



Anexo 19 ao Pacote de  
Programas do PNUD Timor-Leste

---

Fortalecer o Sistema de Justiça para  
Garantir o Estado de Direito Democrático  
- Fortalecimento do Sistema da Justiça  
em Timor-Leste

Julho de 2003



## SUMÁRIO

Este documento representa um esforço concertado da República Democrática de Timor-Leste, em cooperação com o PNUD, para continuar a melhorar o nível de capacitação do sistema da justiça para os próximos três a cinco anos.

Em Agosto de 1999 emergiu a mais recente nação do mundo, fruto de uma situação traumática. As infraestruturas estavam arruinadas e as instituições oficiais eram virtualmente não existentes, dada a partida da administração e polícia indonésia. Não havia juizes no território e apenas uma dúzia de pessoas com algum tipo de formação legal, a maior parte dos quais jovens e inexperientes.

Deste difícil ponto de partida verifica-se já um progresso significativo. Neste preciso momento existe já um Ministério da Justiça em pleno funcionamento, um Tribunal de Recurso e quatro Tribunais Distritais, com um total de 17 juizes de julgamento, 6 juizes de investigação, 9 procuradores e 9 defensores públicos. Porém, o sector da justiça continua a enfrentar grandes desafios: o enquadramento institucional está ainda a emergir; existe falta de uniformidade na aplicação das leis e uma falta de especialistas com experiência legal, de planeamento e de gestão. O PNUD tem fornecido um grande apoio na mentoria e na capacitação de juizes, procuradores e oficiais de justiça, no fornecimento de instalações e equipamento e de tecnologia da informação.

O objectivo geral presente no documento é o de fortalecer a eficácia, equidade e eficiência do sector da justiça. Através da implementação de uma estratégia de desenvolvimento das capacidades, o fim é o de fortalecer a capacidade do sistema da justiça para alcançar os seus próprios objectivos. A visão final é um sistema capaz de servir como garantia do Estado de Direito democrático.

O programa centrar-se-á nos três pilares institucionais: o Ministério da Justiça – incluindo o Centro de Formação Judiciária, os Defensores Públicos e o Sector Prisional; os Tribunais; o Ministério Público. Os esforços consistirão de uma série de intervenções concretas do projecto destinadas, em parte às instituições, isto é, a assistir as instituições a realizar os seus mandatos, papeis e responsabilidades, em parte ao apoio ao desenvolvimento de sistemas e processos no âmbito dessas instituições, e em parte ao desenvolvimento de recursos humanos a nível individual.

Um Conselho de Coordenação (CC) é o responsável pela supervisão geral e pelo assegurar da implementação bem sucedida do programa. Ele compreende o Ministro da Justiça, o Presidente do Conselho Superior da Magistratura e o Procurador Geral. A nível executivo haverá uma Unidade de Coordenação e Apoio ao Programa (UCAP). Cada uma das instituições estatais participantes terá a sua Unidade de Implementação do Programa (UIP).

## ÍNDICE

<b>I A. ANÁLISE DA SITUAÇÃO</b>	<b>5</b>
<b>A. ANTECEDENTES DO PROJECTO</b>	<b>5</b>
1. Fundamentação lógica para o fortalecimento do sistema da Justiça em Timor-Leste	6
<b>B. ENQUADRAMENTO LEGAL E INSTITUCIONAL DO SECTOR DA JUSTIÇA</b>	<b>7</b>
1. Quadro Constitucional	7
2. Leis aplicáveis / Fontes de leis	8
3. O Sistema de Justiça Formal	8
4. Ministério da Justiça	8
5. Centro de Formação Judiciária	9
6. Gabinete da Defensoria Pública	9
7. Prisões	10
8. Magistratura	10
9. Ministério Público	11
10. Conclusão	11
<b>C. ALGUNS DESAFIOS PARA O SECTOR</b>	<b>12</b>
<b>D. APOIO DO PNUD AO SECTOR DA JUSTIÇA EM TIMOR-LESTE</b>	<b>13</b>
<b>E. O VALOR DO ENVOLVIMENTO DO PNUD</b>	<b>14</b>
<b>I B: ESTRATÉGIA DO PROJECTO</b>	<b>15</b>
<b>F. ABORDAGEM DO PROJECTO</b>	<b>15</b>
1. Ministério da Justiça	17
2. Centro de Formação Judiciária	18
3. Gabinete da Defensoria Pública	18
4. Prisões	19
5. Magistratura	19
6. Ministério Público	20
<b>G. LIÇÕES APRENDIDAS</b>	<b>21</b>
<b>H. ESTRATÉGIA DE PARCERIA</b>	<b>22</b>
<b>I. BENEFICIÁRIOS ALVO</b>	<b>22</b>
<b>J. COMPLEMENTARIDADES</b>	<b>22</b>
<b>K. PREOCUPAÇÕES ABRANGENTES</b>	<b>23</b>
1. Direitos humanos	23
2. Género	23
3. Participação e Fiscalização	24
4. Sustentabilidade	24
5. Tecnologias da Informação	25
6. Interpretação/Tradução	25

<b>L. ANÁLISE DE RISCO</b>	<b>25</b>
<b>M. GESTÃO DO PROGRAMA</b>	<b>26</b>
<b>O. MONITORIZAÇÃO E RELATÓRIOS</b>	<b>27</b>
<b>P. AVALIAÇÃO E RELATÓRIO</b>	<b>28</b>
<b>II. RESULTADOS E RECURSOS</b>	<b>29</b>
<b>A. MINISTÉRIO DA JUSTIÇA (MJ)</b>	<b>29</b>
1. O Ministério	29
2. Centro de Formação Judiciária	33
3. Gabinete da Defensoria Pública	35
4. Prisões	39
<b>B. MAGISTRATURA</b>	<b>44</b>
<b>C. MINISTÉRIO PÚBLICO</b>	<b>48</b>
<b>III. CONTEXTO LEGAL</b>	<b>53</b>
<b>IV. ORÇAMENTO</b>	<b>54</b>
<b>A. ORÇAMENTO TOTAL DO PROJECTO</b>	<b>54</b>
<b>B. ORÇAMENTO DE 1 DE AGOSTO DE 2003 A 31 DE JANEIRO DE 2004</b>	<b>62</b>
<b>ANEXOS</b>	<b>65</b>
<b>A. GESTÃO DO CICLO DO PROJECTO</b>	<b>65</b>
<b>B. ESQUEMA DE GESTÃO DO PROJECTO</b>	<b>67</b>
<b>C. PLANO DE TRABALHO PROPOSTO TRÊS PILARES 1 AGOSTO A 31 DEZEMBRO 2003</b>	<b>68</b>
<b>D. PLANO DE TRABALHO PROPOSTO PARA A UCAP 1 AGOSTO A 31 DEZEMBRO 2003</b>	<b>70</b>
<b>E. QUADRO DE PARCERIAS PARA O SECTOR DA JUSTIÇA E FUNÇÃO DE APOIO</b>	<b>72</b>
<b>F. ORÇAMENTO DE RECURSOS E RESULTADOS</b>	<b>74</b>
<b>G. MATRIZ DOS PARCEIROS DE DESENVOLVIMENTO PARA O SECTOR DA JUSTIÇA</b>	<b>80</b>
<b>H. TERMOS DE REFERÊNCIA DO CONSELHO DE COORDENAÇÃO</b>	<b>86</b>
<b>I. TERMOS DE REFERÊNCIA DO PESSOAL E CONSULTORES DO PROJECTO</b>	<b>88</b>
1. Assessor Principal	88
2. Conselheiro Principal para a Justiça	91
3. Director Tecnológico	93
	4

## **I A. ANÁLISE DA SITUAÇÃO<sup>1</sup>**

### **A. ANTECEDENTES DO PROJECTO**

Um sistema legal em funcionamento é de importância fundamental para qualquer Estado: sem isso não poderá haver desenvolvimento sustentável, democracia ou justiça.

Todas as instituições do Estado timorense o reconhecem; de facto, a maioria dos órgãos estatais concordam que o desenvolvimento do sistema da justiça é a principal prioridade na agenda nacional. O PNUD partilha tal análise e apoia inteiramente esta priorização.

Este programa foi concebido para desenvolver componentes chave específicos do sector da justiça para os próximos três a cinco anos. Procura fortalecer o Ministério da Justiça, que deve melhorar a sua capacidade para fornecer apoio administrativo aos vários ramos do sistema da justiça, e os Tribunais. No âmbito do Ministério da Justiça há actores chave individualizados para efeitos de apoio ao seu desenvolvimento, nomeadamente, o Centro de Formação Judiciária, o Gabinete da Defensoria Pública e as Prisões. De igual importância disfruta o Ministério Público que tem um estatuto de independência face ao Ministério e Tribunais.

Naturalmente, este pacote terá de ser visto integrado no seu contexto. A expressão “sector da justiça” é normalmente utilizada de forma mais abrangente do que ministérios da justiça, tribunais e ministérios públicos. O PNUD está fortemente empenhado em todo o sector. Outros programas do PNUD lidam com as dificuldades do sector policial, especialmente com as da recentemente estabelecida Polícia Nacional de Timor-Leste. Além disso, a ênfase que este programa concede aos tribunais é suplementada por actividades de outros programas que apoiam a Comissão para o Acolhimento Verdade e Reconciliação.

Dadas as circunstâncias, é surpreendente que o sistema de justiça de Timor-Leste esteja a funcionar tão bem como está. Em Agosto de 1999 não havia um único juiz no então território de Timor-Leste, sendo que apenas cerca de 70 pessoas tinham formação legal. Em 2000, após alguns cursos de formação intensiva, foram nomeados provisoriamente 25 juizes, 13 procuradores públicos, 10 defensores públicos e 12 oficiais de justiça pela administração das Nações Unidas.<sup>2</sup> Hoje em dia existem 23 juizes estagiários (17 juizes de primeira instância, 6 juizes de investigação), nove procuradores públicos e nove defensores públicos a operar nos quatro tribunais de distrito em Díli, Oecussi, Baucau e muito recentemente em Suai.

Existe ainda uma escassez geral de juristas no país – uma escassez que provavelmente deverá continuar por algum tempo, em face da ausência de uma faculdade de direito na única

---

<sup>1</sup> Pode-se encontrar uma análise mais abrangente da situação no Relatório de Avaliação do PNUD em relação ao Sistema Judicial do Governo de Timor-Leste, de Novembro de 2002. Remete-se também para o Relatório da Conferência Consultiva da Justiça realizada a 5-6 de Junho e disponível em [www.undp.east-timor.org](http://www.undp.east-timor.org).

<sup>2</sup> Estes números não levam em conta a nomeação de juizes, procuradores e defensores públicos internacionais, a maioria dos quais foram destacados para os processos de “Crimes Graves”.

universidade pública em Timor-Leste. Para além disto, os Painéis Especiais para Crimes Graves, estabelecidos pela UNTAET, fazem parte do Tribunal Distrital de Díli.

As avaliações levadas a cabo pelo Ministério da Justiça e pelo PNUD, entre outros, relativamente à situação do sector da justiça em Timor-Leste descrevem um sistema formal com uma capacidade muito reduzida, a lutar por estabelecer as suas instituições ao mesmo tempo que tenta prestar serviços, indo de encontro às expectativas do público. O sistema foi estabelecido em 2000 a partir da estaca zero, em termos de recursos humanos, infra-estruturas e construção de instituições. Após dois anos em funcionamento, é notório que os funcionários do sistema necessitam ainda de formação adicional.

O governo, o qual se tornou Independente em 20 de Maio de 2002 e que em conjunto com a UNTAET administrou o país desde 15 de Setembro de 2001<sup>3</sup>, reconhece que o estabelecimento de sistemas judiciais e legais efectivos é de importância crítica para o desenvolvimento da nação.

## **1. Fundamentação lógica para o fortalecimento do sistema da Justiça em Timor-Leste**

Sistemas legais e judiciais efectivos e eficientes são as pedras basilares da boa governação e do respeito pelos direitos humanos. O Plano de Desenvolvimento Nacional (PDN) a cinco anos de Timor-Leste, entre 2003 e 2007, identifica dois objectivos de desenvolvimento fundamentais para o país. Estes são:

- a) Reduzir a pobreza em todos os sectores e regiões da nação
- b) Promover um crescimento económico que seja equitativo e sustentável, melhorar a saúde, a educação e o bem estar das pessoas de Timor-Leste

O desenvolvimento sustentável económico e humano, levando em conta as necessidades dos pobres, não pode ocorrer sem que se melhore a segurança da população. São muitas vezes os mais pobres que vivem rodeados pela insegurança e pela violência, sendo que precisam de segurança para melhorar a qualidade das suas vidas, bem como a sua situação económica. O insucesso em reformar o sector da justiça e da segurança num país que vive uma situação de crise e de pós-conflito irá perpetuar o ciclo da criminalidade e das injustiças, tornando impossível evitar o ressurgimento de conflitos, o que significa um atraso nos esforços globais de desenvolvimento. Uma aplicação desigual do processo, junto com a incapacidade por parte de largos segmentos da população em acederem aos tribunais, só vem agravar o problema. O posicionamento da administração efectiva da Justiça e o acesso à mesma são uma prioridade na actual agenda do governo, já que a existência de progressos rápidos nesta área é considerada crucial para que se obtenha a estabilidade necessária para atingir os objectivos globais de desenvolvimento. Como parte de um *Programa de Estabilidade* recentemente desenvolvido, o governo aprovou uma lista de *Prioridades Imediatas*<sup>4</sup> na qual a prioridade número 2 é o “Fortalecimento das capacidades administrativas do sistema da justiça, incluindo tanto o sistema consuetudinário como o sistema formal.”<sup>5</sup> Isto vem destacar a

<sup>3</sup> No seguimento das eleições para a Assembleia Constituinte em 30 de Agosto de 2001.

<sup>4</sup> Adoptada em Conselho de Ministros no dia 23 de Janeiro de 2003.

<sup>5</sup> Para a versão completa do Programa de Estabilidade, é favor consultar o Roteiro, Anexo 2.

importância de se conseguir um estado de direito com acesso à justiça, tal como está previsto na Constituição<sup>6</sup> e no Plano de Desenvolvimento Nacional (PDN).<sup>7</sup>

O Plano de Desenvolvimento Nacional estabelece as seguintes intervenções, entre outras, como sendo particularmente significativas: elaboração do quadro legal para a nação, reintrodução do português e do tetum como línguas de trabalho efectivas para a administração da justiça, desenvolvimento da capacidade legal necessária para servir o Governo através do estabelecimento de instituições que sejam essenciais para o funcionamento devido do sistema legal e judicial, bem como facilitar o acesso à justiça por parte das mulheres. Isto inclui, como altas prioridades para o Governo, “a criação de um Centro de Formação Judiciária e de um gabinete de Defensoria Pública como agências independentes”. A promoção do acesso à justiça, em especial por parte das mulheres, é salientada sob o Programa de Direitos e Igualdade.

## **B. ENQUADRAMENTO LEGALE INSTITUCIONAL DO SECTOR DA JUSTIÇA<sup>8</sup>**

### **1. Quadro Constitucional**

A Constituição da RDTL prevê um sistema de governo com quatro ramos: (a) o Presidente da República; (b) um Parlamento de câmara única (o Parlamento Nacional); (c) um governo chefiado pelo Primeiro Ministro e um Conselho de Ministros (Gabinete); e (d) uma magistratura composta por um Supremo Tribunal de Justiça, um Tribunal Superior Administrativo, Fiscal e de Contas e tribunais Militares<sup>9</sup>. (As provisões transitórias na Constituição prevêem que o Tribunal de Recurso funcione como Supremo Tribunal até que este órgão seja estabelecido)

A Constituição prevê uma separação clara de poderes entre estes órgãos do Estado, incluindo também mecanismos para garantir a colaboração entre eles em vários processos essenciais de tomada de decisões políticas. As provisões constitucionais criam um sistema constitucional baseado em modelos legislativos continentais.<sup>10</sup> A Constituição prevê ainda de forma clara um quadro para os direitos humanos, incluindo a adopção específica do direito internacional (Artigo 9º). Existe um número de provisões de responsabilização, incluindo verificações e

<sup>6</sup> Preâmbulo: “...Plenamente consciente da construção de uma cultura democrática e institucional própria de um estado de direito ...”p. 9. Constituição da República Democrática de Timor-Leste, adoptada em 23 de Março de 2002. É favor consultar igualmente a secção 26 no que toca ao acesso aos tribunais para todos.

<sup>7</sup> Apesar das últimas provisões relativas ao sector da justiça necessitarem de mais desenvolvimentos.

<sup>8</sup> O sector de justiça pode ser definido como “todas as instituições, leis e políticas nacionais estabelecidas para administrar tanto a justiça civil como a justiça criminal, incluindo a legislação. Isto inclui tribunais, procuradores, instituições de educação legal, comissões de verdade e de reconciliação, direito consuetudinário, mecanismos de supervisão tais como o Parlamento, a comissão de direitos humanos e o gabinete do provedor de direitos humanos e justiça, a polícia, a administração prisional, o ministério da justiça e o ministério do interior.”

<sup>9</sup> Em Julho de 2003 nenhum destes tribunais havia ainda sido estabelecido.

<sup>10</sup> Nesta fase inicial, não é claro de que modo o equilíbrio de poderes entre o Presidente e o gabinete do Primeiro Ministro irá evoluir. O contexto actual indica a emergência de um sistema semi-presidencial. Contudo, permanece possível desenvolver um sistema semi-parlamentar caso o Primeiro Ministro e o Conselho de Ministros gozem de mais poder que o gabinete do Presidente. As mudanças na lei eleitoral para a eleição de entre 52 a 65 Deputados para a segunda sessão legislativa podem também ter impacto no tipo de sistema legislativo que se irá desenvolver em Timor-Leste.

equilíbrios entre os ramos principais do governo, com ênfase especial na responsabilização do Governo perante os representantes do povo, tanto o Parlamento como o Presidente.

## **2. Leis aplicáveis / Fontes de leis**

O artigo 3.1 do Regulamento 1999/1 da UNTAET, declara que

“Enquanto não forem substituídas por regulamentos da UNTAET ou posterior legislação de instituições timorenses democraticamente criadas, as leis vigentes em Timor Leste antes de 25 de Outubro de 1999 manter-se-ão válidas neste território desde que não entrem em conflito com as normas evocadas no Artigo 2º, nem com o cumprimento do mandato conferido à UNTAET à luz da resolução 1272 (1999) do Conselho de Segurança das Nações Unidas ou com o presente e outros regulamentos e directivas emitidas pelo Administrador Transitório.”

A 22 de Março de 2002, a Constituição da República Democrática de Timor-Leste entrou em vigor como fonte suprema das leis da nação. De acordo com os procedimentos presentes na Constituições, o Parlamento Nacional embarcou num ambicioso programa legislativo, com actos e provisões que terão precedência genérica sobre as várias leis e regulamentos aplicáveis antes da independência.

## **3. O Sistema de Justiça Formal**

O sistema judicial é composto pela Magistratura, pelo Ministério Público, pelos defensores públicos e instituições relacionadas, bem como pelos serviços administrativos prestados pelo Ministério da Justiça. O Código Penal em uso é o código indonésio, com as excepções indicadas pelos Regulamentos da UNTAET. O procedimento criminal que deverá ser usado é o previsto pela Regulamento 2000/30 da UNTAET. O código civil e os procedimentos civis não são regulados em separado, sendo que se usam os indonésios. (O Regulamento 2000/11 diz respeito à organização dos Tribunais; o Regulamento 2000/15 aplica-se ao estabelecimento de Painéis Especiais).

## **4. Ministério da Justiça**

O Ministério da Justiça é o departamento governamental responsável pela concepção, implementação, coordenação e avaliação da política definida e aprovada pelo Conselho de Ministros e pelo Parlamento Nacional, para as áreas legais e de justiça. Assegura o relacionamento do Governo com os tribunais, com o Ministério Público e com o Conselho Superior da Magistratura.

As funções do Ministério na área da magistratura são entre outras criar e desenvolver uma ordenação jurídica apropriada para o país, garantindo a formação dos funcionários necessários para o exercício de funções específicas na área da justiça; e criar e garantir mecanismos adequados de assistência legal e apoio a cidadãos vulneráveis; garantir o funcionamento adequado do sistema de administração da justiça e gerir os recursos humanos, financeiros e materiais afectados à administração da justiça.



No seu apoio ao funcionamento dos tribunais, o MJ é entre outras coisas responsável pela participação na realização de estudos que visem a organização e a modernização dos tribunais e a proposta de medidas adequadas com este fim; assegurar formação, gestão e administração em relação aos funcionários públicos da justiça; recolher e disseminar informações e estatísticas; aprovisionar equipamento de tribunal; e processar a folha de pagamentos dos funcionários públicos da justiça. De forma a cumprir as suas funções o MJ necessita de coordenar o seu desempenho com o Conselho Superior da Magistratura e com o Conselho Superior do Ministério Público.

## **5. Centro de Formação Judiciária**

O CFJ foi mandatado pelo governo para conduzir formação para os juízes, procuradores, defensores públicos, oficiais de justiça e pessoal prisional, entre outros elementos do sector da justiça. É da responsabilidade do MJ, embora se deseja que funcione com algum grau de autonomia.

Até à data as iniciativas de formação organizadas pelo CFJ, e em grande parte implementadas pelo Instituto Internacional de Desenvolvimento Legal (IIDL)<sup>11</sup> têm sido muito pouco efectivas. Podem-se oferecer várias explicações para este estado das coisas, as quais estão identificadas no Relatório da Missão de Avaliação Conjunta. Seja como for, o CFJ apesar da sua infra-estrutura impressionante permanece adormecido de momento em virtude da escassez de recursos que não permite desenvolver acções de formação significativas no sector da justiça.

O CFJ é ainda a única instituição legítima para a formação e capacitação dentro do sector. Como tal, qualquer exercício de capacitação a médio ou longo prazo deve primeiro procurar fortalecer o CFJ. Este fortalecimento deve vir tanto da melhoria dos recursos humanos e outros como do assegurar de apoio firme da parte dos vários órgãos de supervisão no sector da justiça, tais como o MJ, o Conselho Superior da Magistratura e o Conselho Superior do Ministério Público.

## **6. Gabinete da Defensoria Pública**

O Gabinete da Defensoria Pública presta contas ao Ministério da Justiça mas goza de independência funcional. Será regulado por uma lei orgânica separada que foi elaborada e está em vias de ser concluída para submissão ao Conselho de Ministros. A lei orgânica para o Ministério da Justiça irá também articular a relação entre o Ministério e as várias instituições que lhe estão subordinadas. (Também esta deverá em breve ser submetida ao Conselho de Ministros).

O Mandato do Gabinete da Defensoria Pública deverá entre outras coisas ser no sentido de prestar assistência legal a cidadãos com baixos rendimentos, disseminar informações legais e promover a conciliação e a arbitragem. Em Setembro de 2001 foi aprovado um regulamento da UNTAET (2001/24) que estabelece os serviços de assistência judiciária, contudo o seu elemento principal, o estabelecimento de uma Comissão de Assistência Judiciária, nunca foi

---

<sup>11</sup> Conhecida como Organização Internacional de Desenvolvimento Legal (OIDL)

implementado. Esse regulamento inclui um código de ética, o qual foi aplicado como parte do regulamento através de anexo.

Aparentemente, o Gabinete da Defensoria Pública presta actualmente pareceres legais não só aos desfavorecidos, mas também a companhias privadas. Devem ser formulados e aplicados critérios consistentes, cuja implementação deve ser supervisionada. Para além disto, existe falta de priorização no uso do tempo para a apresentação de um caso a tribunal, isto é, gasta-se muito tempo em mediação extra judicial, em detrimento de na gestão do caso. Por fim, deve-se aumentar a capacidade na área do direito civil. A capacidade dos Defensores Públicos aumentou na área do direito criminal, sendo que estes são os casos que tendem a receber mais atenção. Os casos de direito civil por norma são adiados.

## **7. Prisões**

A Direcção dos Serviços Prisionais funciona sob o Ministério da Justiça e é responsável pela definição, gestão e segurança do sistema prisional, tal como está definido pela proposta de lei orgânica do Ministério da Justiça.

Os serviços prisionais em Timor-Leste são geridos por um regulamento separado de Agosto de 2001 (2001/23) mas este regulamento não pode ser aplicado efectivamente devido à falta de correspondência entre os instrumentos referidos nessa lei e as entidades administrativas existentes de momento em Timor-Leste<sup>12</sup>. Espera-se que a Direcção vá coordenar e promover as actividades económicas dos estabelecimentos prisionais; guiar a formação educacional e profissional e o tempo de lazer dos detidos; promover a reinserção social dos detidos; manter registos actualizados sobre processos individuais; gerir a segurança e prestar pareceres técnicos aos tribunais no que diz respeito à execução de sentenças.

## **8. Magistratura**

A Constituição estabelece o Supremo Tribunal como o tribunal de maior instância no país. Contudo, a Constituição declara que até que seja estabelecido um Supremo Tribunal, as suas funções devem ser exercidas pela organização judicial mais elevada existente em Timor-Leste (Art. 164º).

O Estatuto dos Magistrados Judiciais torna esta provisão constitucional mais explícita. Prevê que o Tribunal de Recurso estabelecido pela UNTAET deva funcionar como Supremo Tribunal até que este último esteja operacional. O presidente do Supremo Tribunal (neste caso o Presidente do Tribunal de Recurso) é também o presidente do Conselho Superior da Magistratura, o qual irá desempenhar um papel vital no moldar do sistema judicial do país. Para além de assumir a gestão e o controlo disciplinar da magistratura, tem igualmente o mandato para supervisionar as inspecções judiciais e para propor ao Parlamento iniciativas de legislativas referentes ao sistema judicial. O Conselho Superior é composto por um representante eleito pelo Parlamento, outro eleito pelos juizes, outro nomeado pelo Presidente da República, e finalmente um pelo Governo.

---

<sup>12</sup> Por exemplo, o Comité de Supervisão, incluído no regulamento, não foi estabelecido.

Existem apenas duas instâncias de tribunais em Timor Leste, sendo que a primeira instância é a nível dos distritos. Existem quatro Tribunais de Distrito – cada um abrangendo entre 1 a 4 Distritos – em Oecussi, Baucau, Suai e Díli. O Tribunal de Recurso que regulará recursos provenientes dos Paneis Especiais dos Crimes Graves e dos quatro tribunais distritais do país, à data do juramento do seu Presidente, a 12 de Maio de 2003, já não se reunia desde os finais de 2001 (com excepção para o período de 1 de Abril a 20 de Maio de 2002). O Tribunal recomeçou os seus trabalhos a 30 de Junho de 2003.

## 9. Ministério Público

O Ministério Público representa o Estado, participa na execução da política criminal do Estado, desenvolve acções criminais dentro da lei e é responsável por garantir a protecção dos menores e dos deficientes. O Gabinete do Procurador-Geral chefia o Ministério Público. Existe um Procurador-Geral Adjunto que assiste o Procurador-Geral em relação a Crimes Comuns e um PGA para Crimes Graves. Existem quatro Gabinetes Distritais do Ministério Público. O Presidente da República nomeia o Procurador-Geral.

Segundo a Constituição, o Conselho Superior do Ministério Público supervisiona o Ministério Público. O Conselho Superior não foi ainda estabelecido e a legislação que o irá reger está ainda para ser apresentada a Conselho de Ministros e, seguidamente, ao Parlamento. O Procurador Geral chefia o conselho, um representante é eleito pelo Parlamento, os magistrados do Ministério Público elegem um, o Presidente da República nomeia um, e o Governo nomeia um. O Conselho Superior será responsável por promover e levar a cabo acções disciplinares em relação a procuradores, prestando pareceres sobre regras, regulamentos e directivas internas referentes às acções dos magistrados do Ministério Público, submetendo propostas orçamentais ao Parlamento, e formulando iniciativas legislativas no que toca às funções do Ministério Público.

## 10. Conclusão

O enquadramento legal em Timor-Leste está em evolução rápida. Porém, em grande parte devido às inúmeras necessidades urgentes do país e seu povo, tem sido adoptada uma abordagem de certa forma *ad hoc* no desenvolvimento do quadro legal, situação decorrente já dos tempos da administração da UNTAET. Como resultado, existem leis que têm sido adoptadas tendo na sua base considerações políticas inadequadas, tornando-as difíceis de implementar. Situação agravada pelo facto de as leis não terem vindo a ser disseminadas, o que acarreta desconhecimento e falta de uniformidade na sua aplicação.

Levará tempo até que as instituições acima mencionadas sejam capazes de implementar o seu mandato de uma forma eficiente. Muitas das leis que regulam estas instituições estão ainda em forma de proposta<sup>13</sup>.

---

<sup>13</sup> Em Abril de 2003, as lacunas na legislação que regula o sector da justiça eram:

- ❑ Estatutos para o Conselho Superior da Procuradoria (em formato de proposta e a serem submetidos ao Gabinete de Ministros - CdM)
- ❑ Lei orgânica do Ministério da Justiça (em formato de proposta e a ser submetida ao Gabinete de Ministros - CdM),

### C. A LGUNS DESAFIOS PARA O SECTOR

A falta de recursos humanos mais experientes constitui um grande desafio à implementação da justiça em Timor-Leste. Tal influenciou também a qualidade da formação prestada, a qual tem sido *ad hoc* e muito pouco bem sucedida, na maior parte dos casos.

Uma importante salvaguarda em relação a um julgamento justo é o direito de recurso de modo a garantir o escrutínio de uma decisão de um Tribunal a um nível superior. Embora a UNTAET tenha criado um Tribunal de Recurso, para ouvir recursos de cada um dos Tribunais de Distrito, incluindo os do Painel Especial, o Tribunal de Recurso mal funcionou desde a sua criação, pondo em perigo os direitos dos arguidos. Quando reabriu, a 30 de Junho, era 80 o número de casos pendentes.

Existe também uma falta de consciencialização no sector da justiça em relação ao direito timorense sobre detenções preventivas e princípios internacionais de direitos humanos relativos às detenções preventivas. Por exemplo, não é prestada a devida atenção à duração da detenção preventiva no que toca ao progresso do caso da procuradoria contra o acusado. Em 16 de Agosto de 2002 deu-se um surto de saídas da prisão. Houve quem defendesse que uma das razões para essa saída em massa foi a alta percentagem de detidos cujos mandatos tinham expirado (77% da população prisional está em detenção preventiva e 27% está detida sem mandato válido). Esta elevada percentagem não tem decrescido.

A coordenação permanece uma preocupação no sector da justiça. Existe uma necessidade de proteger a independência, mandatada constitucionalmente, da magistratura e do Ministério Público, ao mesmo tempo existe uma necessidade de garantir uma coordenação administrativa eficiente no sistema da justiça.

A capacidade em termos de planeamento, implementação e monitorização necessita de ser melhorada em todas as instituições do sector. Embora tenham sido conduzidas sessões de trabalho sobre os Planos de Acção Anuais no início do ano, ficou evidente a inexistência da capacidade institucional necessária para levar a cabo o exercício de funções de uma forma adequada. No entanto, foi uma experiência e aprendizagem úteis para todos os envolvidos, esperando-se que o processo do próximo ano seja mais eficiente. Durante este processo ficou também evidente que são necessários mais conhecimentos e qualificações de planeamento e gestão financeira.

- ☐ Lei orgânica do gabinete da defesa pública (em formato de proposta e a ser submetida ao Gabinete de Ministros – CdM),
- ☐ Regras de Procedimento Civil (elaboração ainda não iniciada)
- ☐ Revisão da lei sobre a organização dos tribunais (Regulamento n.º 2000/11 da UNTAET)
- ☐ Revisão do Procedimento Criminal (elaboração ainda não iniciada)
- ☐ Código Civil (elaboração ainda não iniciada)
- ☐ Códigos de conduta (elaboração ainda não iniciada)

Espera-se que algumas das leis acima referidas, em especial aquelas que já foram elaboradas, sejam adoptadas durante a segunda metade de 2003. As leis sobre Procedimento Criminal, Regulamento n.º 2000/30, e sobre Organização dos Tribunais, Regulamento 2000/11, foram desenvolvidas pela UNTAET, tal como a lei sobre Polícia e Prisões. O Estatuto dos Magistrados Judiciais foi adoptado em 2002, definindo o mandato do Conselho Superior da Magistratura.

A capacidade dos recursos humanos pertencentes às instituições do sector da justiça.<sup>14</sup> ainda não é suficiente, tanto em termos de gestão como em termos substantivos. Timor-Leste adoptou recentemente uma abordagem de duas vias face à capacitação, envolvendo formação a longo prazo no estrangeiro para alguns, enquanto que outros recebem formação e apoio por parte de seus pares e assessores internacionais. Existe um protocolo de três anos entre o Governo de Portugal e o Governo de Timor-Leste, sendo que a primeira remessa de oito juízes timorenses se deslocou já para Portugal em Julho de 2003 para aí passar um ano em formação. Até lá, os assessores internacionais da ONU e das ONGIs irão continuar a apoiar o restante pessoal. Todavia, continua a ser necessária uma estratégia no que diz respeito a uma capacitação sistemática.

Permanecem também essenciais a necessidade em termos de uniformidade nos procedimentos seguintes (no seio e entre as instituições), o estabelecimento de mecanismos de responsabilização e a melhoria das comunicações dentro e entre as instituições chave no sistema da justiça.<sup>15</sup>

#### **D. A POIO DO PNUD AO SECTOR DA JUSTIÇA EM TIMOR-LESTE**

Desde Outubro de 1999, o PNUD tem vindo a concentrar as suas actividades nas áreas da boa governação, da reabilitação de infra-estruturas e dos modos de vida sustentáveis. Em Novembro de 1999, o PNUD assumiu um papel de destaque na avaliação da magistratura durante a missão de avaliação conjunta liderada pelo Banco Mundial. Na base deste exercício, o PNUD conduziu em finais de Janeiro – princípios de Fevereiro de 2000 uma missão de programação para apoiar a construção da capacidade judicial e o estabelecimento da magistratura.

Foi levada a cabo uma iniciativa de capacitação no sector da justiça logo em Dezembro de 1999 e Fevereiro de 2000. O PNUD conduziu duas sessões de trabalho para os juízes, procuradores e advogados recém nomeados em Timor-Leste sobre ética profissional, procedimentos de tribunal e direitos humanos. Para além disto, o PNUD financiou um mentor técnico para prestar formação prática aos juízes e procuradores timorenses recém nomeados, bem como um perito para prestar pareceres sobre segurança e gestão de prisões. O PNUD financiou igualmente dois consultores nacionais, um assessor legal e um tradutor.

O Projecto de *Apoio ao Sistema Judiciário* do PNUD, o qual teve início em finais de 2000 e deverá estar concluído em 2003, incidiu sobre a capacitação através de um componente de mentor, prestando formação prática e reabilitando as infra-estruturas físicas dos tribunais. Foi também fornecido equipamento para que as instituições base pudessem começar a operar. Foi providenciado algum material legal e acesso à Internet, para lá de intérpretes aos Painéis Especiais de Crimes Graves. Foi também prestado apoio à formação prática de procuradores timorenses relativamente ao processamento de crimes graves, bem como gestores de casos,

---

<sup>14</sup> As deficiências em termos de equipamento e de infra-estruturas físicas só vêm agravar as questões de capacidade no seio do sector da justiça.

codificadores de dados e assistentes de tecnologia da informação (TI) para ajudarem a desenvolver um sistema de gestão de informações. Para lá disto, este projecto garantiu a prestação de pareceres de orientação geral, bem como actividades de advocacia levadas a cabo no sentido de se adoptar uma abordagem mais estratégica e institucional ao desenvolvimento do sector, em particular em resposta às novas necessidades que derivam da fase pós-independência, no seguimento do 20 de Maio de 2002.<sup>16</sup>

Em Outubro e Novembro de 2002 o PNUD e a UNMISSET levaram a cabo duas missões a pedido do Governo; uma para avaliar o sistema prisional e a outra para avaliar o sistema judicial. Estas missões fizeram várias recomendações no que toca ao Ministério da Justiça, ao Centro de Formação Judiciária, ao Gabinete da Defensoria Pública, às prisões, ao Ministério Público e aos Tribunais. Seguiu-se uma missão de formulação, em Fevereiro de 2003. Em conjunto estas missões identificaram como obstáculos fundamentais ao acesso à justiça várias questões institucionais, de procedimentos e de capacitação, tendo salientado a necessidade de uma abordagem a longo prazo e mais estratégica no que diz respeito à assistência de desenvolvimento ao sector.

Algumas conclusões fundamentais da Missão de Avaliação Conjunta foram: ausência de mandatos, papéis e responsabilidades claramente definidos entre e dentro das instituições no sector da justiça, falta de um quadro legal completo, falta de sistemas e processos uniformes, fraca gestão e capacidade administrativa; e desenvolvimento inadequado de recursos humanos individuais. Estas conclusões foram postas a circular, tendo sido posteriormente comentadas e debatidas com as partes interessadas. Durante e após as missões foram feitas consultas extensivas com as partes interessadas no sector da justiça, tendo sido acordado que o PNUD iria fornecer apoio ao sector em termos de assistência ao desenvolvimento de um quadro com base nos resultados abrangendo o Ministério da Justiça, o Centro de Formação Judiciária, o Gabinete da Defensoria Pública, as prisões, o Ministério Público e os Tribunais.

## **E. O VALOR DO ENVOLVIMENTO DO PNUD**

O PNUD tem estado na vanguarda do crescente consenso internacional de que a boa governação e o desenvolvimento humano sustentável são indivisíveis, e de que a efectividade e a eficiência dos sistemas legal e judicial são as pedras basulares da boa governação e do respeito pelos direitos humanos. A imparcialidade política do PNUD incluindo a área da governação faz dele um parceiro importante. A melhoria do acesso à justiça é a meta global do PNUD no que diz respeito a promover a reforma do sector da justiça e o estado de direito. O PNUD apoiou iniciativas no sector da justiça em mais de 60 países em todo o mundo, incluindo várias jurisdições de direito civil de língua oficial portuguesa. O PNUD está de momento a apoiar um programa abrangente de reforma da justiça em Moçambique, tendo já facilitado trocas entre este programa e a iniciativa de Timor-Leste durante as fases de concepção deste programa. Na região da Ásia-Pacífico o PNUD está a apoiar o sector da justiça no Afeganistão, no Bangladesh, no Camboja, na China, nas Fiji, nas Filipinas, na Índia, na Indonésia, no Laos, na Mongólia, no Nepal, no Sri Lanka e no Vietname. As lições aprendidas a partir destas iniciativas são numerosas, estando a ser codificadas pela sub-

---

<sup>16</sup> Ver secção G sobre Lições Aprendidas

prática regional do PNUD em relação ao Acesso à Justiça e aos Direitos Humanos, indo ficar disponíveis como apoio durante as diferentes fases deste programa.

## **I B: ESTRATÉGIA DO PROJECTO**

### **F. A BORDAGEM DO PROJECTO**

Este programa foi concebido para contribuir para o objectivo do Plano de Desenvolvimento Nacional de:

***Aumentar a efectividade, a equitabilidade e a eficiência do sistema de justiça de Timor-Leste.***

Mais especificamente, o PDN declara: “Os Tribunais (no sentido mais lato do sistema judicial, incluindo todos os três elementos essenciais de juiz, procurador e defensor), deverão:

- (a) Garantir a todos o acesso mais rápido, transparente e equitativo à justiça;
- (b) Administrar a justiça de forma independente, com respeito pelos direitos dos cidadãos, com sensibilidade em relação aos valores culturais e fomentando a participação e o envolvimento de todos.”

De forma a ir de encontro a estes objectivos, o PDN, §9.23 indica que a principal responsabilidade do MJ é:

“Desenvolver a capacidade legal necessária para servir o governo através do estabelecimento das instituições essenciais para o devido funcionamento dos sistemas legal e judicial.”

A importância de se registarem progressos rápidos nesta área foi reiterada na lista de Prioridades Imediatas aprovada pelo Conselho de Ministros em Janeiro de 2003. A prioridade número 2 nesta lista é o “Fortalecimento das capacidades administrativas do sistema da justiça, tanto no que diz respeito ao sistema consuetudinário como ao formal.” Mais especificamente a necessidade de melhorar a prestação de serviços foi mencionada no Programa de Estabilidade, sendo também incluída no Guia do Plano para implementação do Plano de Desenvolvimento Nacional. No sector da justiça existe uma incidência considerável na necessidade de dar resposta a curto prazo aos processos pendentes e à elevada proporção de detidos a aguardar julgamento para lá do prazo legalmente permitido. O Programa de Estabilidade sublinha “...que isto não pode ser tratado pelo sistema de justiça formal com o quadro actual de profissionais timorenses, sendo que será necessário procurar ajuda por parte de pessoal internacional a curto e a médio prazo.”<sup>17</sup>

O *Programa para o Fortalecimento do Sistema da Justiça em Timor-Leste* usa uma **estratégia de capacitação** para apoiar a aptidão do sistema da justiça em alcançar estes objectivos a curto e médio prazo, bem como os objectivos de longo prazo. A estratégia está dirigida para a capacitação tanto em termos institucionais como de recursos humanos. Espera-se que ao melhorar a capacidade das instituições e dos recursos humanos que

---

<sup>17</sup> Guia do Plano, Anexo 2, p. 8 de 25.

compõem o sistema da justiça, haverá um impacto visível na acessibilidade, efectividade e eficiência do sistema.

Os resultados deste programa foram seleccionados com base no seu impacto estratégico, prioridades governamentais e falhas na assistência ao desenvolvimento. A iniciativa incide em quatro áreas estratégicas:

- ❑ facilitação da definição do mandato, papéis e responsabilidades das instituições fundamentais que compõem o sector da justiça,
- ❑ melhoria dos sistemas e dos processos que apoiam a prestação diária de serviços por parte das instituições fundamentais,
- ❑ apoio à formação e melhoria do acesso à informação para a promoção do desenvolvimento dos recursos humanos, e
- ❑ garantia de que as TI e as questões do género e dos direitos humanos são totalmente integradas em todos os componentes do projecto.

O conjunto de intervenções apoia várias instituições, cada uma das quais com um papel importante a desempenhar na prestação da justiça em Timor-Leste. Consequentemente, as iniciativas do programa reúnem-se em torno dos diversos componentes de organização.<sup>18</sup> O que une estes componentes é o papel de coordenação, planeamento estratégico e apoio à implementação por parte do Ministério da Justiça. Estes elementos serão fortalecidos de modo a garantir que o programa apresenta um pacote integrado que como um todo vá melhorar a prestação de serviços no sector da justiça. As relações entre as várias organizações tal como estão relacionadas com o projecto estão delineadas no Anexo B.

As intervenções do programa irão concentrar-se nas seguintes instituições fundamentais do sistema da justiça:

1. O Ministério da Justiça,
2. O Centro de Formação Judiciária
3. O Gabinete da Defensoria Pública
4. Prisões
5. A Magistratura, incluindo o Conselho Superior da Magistratura, o Tribunal de Recurso e os Tribunais de Distrito
6. O Ministério Público

*Podem ser desenvolvidas iniciativas adicionais com a polícia, em especial no que toca às suas interações com as instituições acima referidas durante a fase de implementação, conforme pedido pelo Conselho de Coordenação e sujeito à concordância do Ministério da Administração Interna e do Comissário de Polícia.*

---

<sup>18</sup> Ver Gráfico 1 em baixo



## **1. Ministério da Justiça**

O programa visa apoiar o MJ no que diz respeito à facilitação do desenvolvimento de uma administração de justiça coesa, efectiva e eficaz, através de planeamento estratégico e de uma coordenação melhorada, mobilização de recursos e apoio à implementação do sistema da justiça. Com este fim, o programa irá assistir o estabelecimento de uma unidade de orientação dentro do ministério para facilitar várias iniciativas estratégicas. O programa irá também apoiar o secretário permanente na uniformização da gestão, no planeamento de trabalho, na orçamentação e no processo de planeamento de acção anual dos diversos sectores.

O programa irá fortalecer a capacidade do ministério para gerar recursos adicionais para o sector da justiça em colaboração com o Ministério do Plano e das Finanças, através de actualizações e de reuniões regulares com os parceiros de desenvolvimento e do assegurar do apoio do PNUD no que diz respeito a iniciativas de mobilização de recursos específicos. A capacidade do ministério para considerar opções de política tais como as sentenças alternativas e a resolução alternativa de disputas irá também ser fortalecida através de serviços de assessoria política e de estudos comparativos, de acordo com as necessidades.

A maior capacidade de coordenação no sector terá reflexo na melhoria da administração dos serviços de justiça. Será levada a cabo uma breve avaliação com o intuito de estabelecer uma linha base para o programa. O apoio estratégico para outras partes do sector irá incluir a provisão de assistência técnica (ou a coordenação da assistência existente no país) de forma a desenvolver princípios e processos de gestão de casos e a garantir a implementação uniforme nos vários ramos do sistema judicial. Para além disto será facultada formação aos funcionários responsáveis pela prestação de serviços no sistema judicial na área da administração e gestão financeira, com o objectivo de melhorar a respectiva capacidade. A aptidão do MJ em gerar estatísticas fiáveis será também fortalecida através de processos uniformes de recolha de dados.

O ministério está também encarregue de garantir que o direito aplicável no país existe, é acessível e é entendido. Como parte dos seus esforços para este fim, o ministério procurou a assistência de tradutores e de intérpretes. Actualmente, existem quatro voluntários das Nações Unidas internacionais a prestar serviço como tradutores junto do Centro de Formação Judiciária e nos tribunais. Além destes, existem cinco tradutores e intérpretes nacionais financiados pelo PNUD a assistirem os tribunais e o gabinete dos Procuradores do Distrito de Díli. Contudo, estes serviços vieram a revelar-se globalmente inadequados. Assim sendo, o programa irá apoiar o estabelecimento de dois grupos de tradutores com os requisitos de conhecimentos legais necessários. Um grupo irá apoiar o ministério, incluindo o Centro de Formação Judiciária, os defensores públicos e os procuradores. O segundo grupo irá apoiar os tribunais. Como parte de uma estratégia de investimento em serviços de tradução e de interpretação de alta qualidade no seio do sistema da justiça em Timor Leste, estes tradutores serão recrutados nos níveis mais elevados possível e irão receber formação em especial no que diz respeito a prestarem serviços de tradução e de interpretação para as instituições do sector da justiça.

## **2. Centro de Formação Judiciária**

O governo de Timor-Leste vê o CFJ como a principal instituição responsável pela formação de novos funcionários para o sector da justiça e pela continuação dos programas de educação legal. Contudo, em resultado das contrariedades e dos impedimentos identificados na secção anterior, o CFJ tem sido até aqui pouco bem sucedido. Assim sendo o apoio do PNUD ao CFJ irá incidir na contribuição para a construção de capacidade a longo prazo na instituição de modo a que esta seja capaz de levar a cabo programas de formação, desenvolver currículos e levar a cabo investigações em estreita colaboração com o CSM, com o CSMP e com o MJ. As consultas com as partes interessadas no que toca aos currículos e o apoio das três instituições de supervisão do CFJ e do seu programa de formação serão essenciais para o êxito. Espera-se que esta estratégia dupla de construção de capacidade institucional e de garantir a posse da formação através do CSM, do CSMP e do MJ venha trazer mais credibilidade ao CFJ, e eventualmente estabelecer este último como a principal instituição de investigação e de formação relativa ao sector da justiça no país.

A assistência prestada através do programa irá a curto prazo incidir na ligação com o CFJ para todas as necessidades em termos de formação. Será prestado algum apoio através de uma parceria com os Advogados Sem Fronteiras no que toca à formação de paralegais e ao estabelecimento de um centro de documentação. Outras oportunidades de geminação e de parcerias podem ser exploradas, devendo ser desenvolvidas parcerias para a transferência de conhecimentos e de qualificações. A incidência especial estará no uso de funcionários locais e internacionais no país para prestarem a formação. O governo deverá levar a cabo recrutamentos adicionais de funcionários a tempo inteiro e a tempo parcial para o CFJ, assim que tenha sido concluída uma avaliação abrangente e por sectores das necessidades de recursos humanos, a qual deverá ser comparada com um mapa dos recursos do CFJ existentes.

## **3. Gabinete da Defensoria Pública**

Para que um sistema de justiça seja acessível em especial aos grupos desfavorecidos, é por norma essencial um mecanismo de defesa pública forte. Tal é particularmente o caso num país como Timor-Leste, onde existem muito poucos advogados privados e os recursos de assistência judiciária à sociedade civil são assaz limitados. Como tal, dotar os cidadãos pobres de assistência legal efectiva no país irá não só ajudar a garantir a protecção dos direitos humanos básicos, como também a promover a legitimidade do sistema da justiça entre o povo de Timor-Leste.

Os objectivos de programa da componente do Gabinete de Defensoria Pública dividem-se em três: uniformizar a gestão; aumentar a capacidade dos defensores públicos; e aumentar o acesso aos serviços legais por parte das pessoas desfavorecidas e vulneráveis. De importância extrema nesta fase é a conclusão e a aplicação da lei orgânica relativa aos defensores públicos. Isto irá fornecer a tão necessária clareza em relação aos papéis e responsabilidades, de modo a que os arranjos de gestão e os processos do fluxo de trabalho possam ser então estabelecidos de forma efectiva.

O programa irá providenciar um assessor institucional encarregue de facilitar os processos preparatórios para construir a capacidade institucional do gabinete. Isto será feito em coordenação com os assessores dos 100 Postos de Estabilidade.<sup>19</sup> Os esforços irão incidir na definição de como deverá ser um sistema futuro eficiente de defesa pública. Assim, as formas de organização do trabalho e os procedimentos para os defensores públicos serão sistematizados e orientados mais para os clientes. A componente de TI do projecto será relacionada de perto com o trabalho nesta área. A maior parte da capacitação será prática, através da formação contínua e dos pareceres prestados pelo assessor institucional. Isto será complementado com um curso formal feito à medida para os defensores públicos, desenvolvido através de um processo de consulta com beneficiários, aprovado pelo MJ e conduzido pelo CFJ em cooperação com os Advogados Sem Fronteiras (ASF).

O programa irá também apoiar iniciativas especiais destinadas a melhorar a provisão imediata de assistência legal aos pobres. Em cooperação com os ASF, o MJ irá recrutar até 30 paralegais, os quais serão então formados e distribuídos pelos vários distritos. Espera-se que os paralegais se venham a tornar a extensão distrital dos defensores públicos na prestação de serviços legais ao nível das comunidades, bem como potenciais pontos focais para resoluções alternativas de disputas. Por fim, o programa irá apoiar a produção e a disseminação de informações legais, em especial visando os grupos desfavorecidos.

#### **4. Prisões**

O componente de prisões do projecto incide no desenvolvimento de uma estratégia nacional para o sector das prisões; promovendo o máximo de eficiência de gestão dentro do sistema; encorajando a reintegração de antigos detidos; levando a cabo formação vocacional; e lidando com o problema crónico das detenções preventivas ilegais.

A melhoria da capacidade política e de planeamento é um objectivo fundamental de acordo com o programa. O apoio irá incluir a atenção tanto a jovens como a adultos, com o intuito de reduzir a reincidência no crime. O programa inclui resultados específicos de curto prazo que, no entanto, são muito importantes para lidar com o grave problema das detenções preventivas ilegais. As actividades relativas a este resultado específico serão implementadas sob o Conselho de Coordenação. A iniciativa prevê também alguma assistência em termos de infra-estruturas no que diz respeito às prisões.

#### **5. Magistratura**

Este programa irá fornecer apoio à magistratura a três níveis: o Conselho Superior da Magistratura (CSM); o Tribunal de Recurso; e os tribunais de distrito. Irá ajudar a operacionalizar o CSM de modo a que este possa cumprir as suas obrigações estatutárias. Isto irá incluir apoio ao Secretariado do CSM através entre outras coisas de um assessor internacional que pode aconselhar no que toca a questões de implementação e que irá

---

<sup>19</sup> Caso o assessor da UNMISSET desempenhe com sucesso esta função, o PNUD só irá colocar o seu assessor após a retirada da UNMISSET.

trabalhar com o juiz-secretário do CSM. Este assessor será partilhado com o Tribunal de Recurso.

Um CSM efectivo e a implementação dos estatutos são vitais para assegurar a responsabilização no seio da magistratura, para lidar com algumas das questões sentidas pelos tribunais e para desenvolver um programa de capacitação efectivo para os juizes e funcionários de tribunal. O programa irá trabalhar directamente com o CSM em todos os assuntos relacionados com a magistratura, garantindo também consultas regulares com todos os juizes.

É igualmente importante que o Tribunal de Recurso comece a funcionar com recursos humanos e equipamento adequados de forma a garantir, entre outras coisas, a transcrição de processos, a existência de procedimentos de arquivo correctos, etc. O tribunal tem actualmente 80 processos atrasados. O programa irá apoiar o estabelecimento de uma rede de área local (LAN) no Tribunal de Recurso com o intuito de ajudar a sistematizar a gestão de processos. O Tribunal de Recurso pode depois funcionar como um ponto central de TI para a formação de funcionários e juizes a nível de distrito.

Por fim, o programa irá ajudar na uniformização da administração dos tribunais e no desenvolvimento de um plano de capacitação para os juizes actuais e futuros. Este último exercício será conduzido sob a direcção do CSM e em parceria com o CFJ. Tal como acontece com os procuradores e defensores públicos, o programa será desenvolvido em total consulta e com a participação de todos os juizes.

## **6. Ministério Público**

O programa irá essencialmente prestar apoio a três metas específicas: estabelecer e operacionalizar os Estatutos do Conselho Superior do Ministério Público; assistir o estabelecimento da Procuradoria Geral da República de acordo com o seu mandato e lei orgânica; e melhorar as capacidades dos gabinetes dos procuradores de distrito. Com o intuito de trabalhar rumo a estes objectivos, o programa irá incidir em três níveis distintos; o Conselho Superior do Ministério Público (CSMP); a Procuradoria Geral da República; e os procuradores de distrito.

De forma semelhante ao componente dos defensores públicos, o programa irá tentar construir capacidade institucional através de processos de gestão e administração mais eficazes, passando igualmente pelo fortalecimento da capacidade de recursos humanos através de exercícios consultivos e participativos. Um aspecto adicional será a possível inclusão de procuradores “sombra” para ajudarem à melhoria da capacidade dos procuradores de distrito. Tais procuradores sombra podem ser incluídos neste programa desde que tal seja pedido pela Procuradoria Geral da República ou pelo CSMP em consulta com todos os procuradores de distrito. Os termos de referência para estes indivíduos terão de ser preparados com cuidado, de forma a evitar os erros do programa de mentores. De forma a poupar-se nos custos, pode-se explorar a possibilidade de conseguir o destacamento de um país de língua oficial portuguesa, sujeito à aprovação do governo.

A harmonização de procedimentos em conjunto com a polícia será incorporada em sessões de formação comuns com os procuradores e com a polícia. O agente de ligação para a PNTL e para a UNPOL que foi estabelecido no seio da Procuradoria Geral da República (PGR) poderá provavelmente melhorar a cooperação entre os procuradores e a polícia.

## **G. LIÇÕES APRENDIDAS**

O projecto de assistência técnica *Apoio ao Sistema Judiciário em Timor-Leste* tem vindo a ser executado desde 2000. O projecto teve por objectivo ajudar a Administração Transitória de Timor-Leste (ATTTL) a fortalecer o sector da justiça, em especial através de um programa de mentor para os juizes, procuradores, defensores públicos e administradores de tribunal. Foi também levada a cabo através desta iniciativa alguma reabilitação de infra-estruturas. Em consequência de uma combinação de questões, entre elas a língua, as condições próprias da situação pós-conflito, a falta de sentimento de posse e de consulta com os beneficiários alvo, a preparação inadequada dos mentores e dos mentorados, arranjos institucionais pouco claros e a ausência de lei orgânica e de mecanismos de responsabilização, os resultados da componente de mentoria do projecto foram pouco satisfatórios.<sup>20</sup>

Como resultado das lições aprendidas através da implementação deste projecto, o PNUD tem vindo a tentar assegurar uma participação significativa de todas as partes interessadas em cada etapa deste programa, a começar com a Missão de Avaliação Conjunta em Novembro de 2002 e com as consultas subsequentes. O processo de concepção do programa foi particularmente moroso, em virtude da realização de consultas extensivas com os beneficiários alvo, com as agências de implementação e com os parceiros de desenvolvimento. Talvez um indicador do sucesso desta abordagem seja o Conselho de Coordenação já em funcionamento, composto pelo Ministro da Justiça, pelo Presidente do Conselho Superior da Magistratura, pelo Procurador-Geral e pelo PNUD. A intenção é que todas as actividades do programa sejam implementadas com o mesmo espírito de consulta, não apenas aos níveis mais elevados das instituições, mas também ao nível dos beneficiários visados, de modo a garantir o máximo de posse e a aumentar a sustentabilidade dos resultados. Tal deve ser especialmente o caso no que diz respeito a programas de formação e a outras iniciativas de capacitação.

Com a excepção do Estatuto dos Magistrados Judiciais, muitas das leis orgânicas foram redigidas mas ainda não adoptadas. Assim sendo, continua a ser uma prioridade deste programa acelerar a conclusão, adopção e aplicação destas leis orgânicas de forma a que os arranjos institucionais sejam claros e que sejam estabelecidos mecanismos de responsabilização. A próxima prioridade será de prestar apoio à operacionalização das leis orgânicas.

A questão da língua continua a ser um problema. Todavia, o programa irá tentar minimizar o seu impacto através da afectação de recursos para o recrutamento de intérpretes e tradutores qualificados. Estes indivíduos receberão também formação em relação ao sector da justiça de modo a que possam desempenhar as suas funções de forma mais eficaz que no passado.

---

<sup>20</sup> Uma revisão a meio do semestre conduzida em 2001 e uma segunda revisão em 2002 lidam de forma extensiva com as questões relacionadas com a implementação deste projecto.

Por fim, aprendendo com as lições do passado, este programa foi concebido no âmbito da Política de Desenvolvimento Nacional e dos Programas de Estabilidade, de modo a que os seus objectivos coincidam com as metas das políticas nacionais. O alcançar dos resultados através desta iniciativa torna-se assim um assunto de importância nacional para Timor-Leste.

## **H. ESTRATÉGIA DE PARCERIA**

O desenvolvimento deste programa tem sido apoiado e assegurado na totalidade por todas as instituições envolvidas na iniciativa, bem como por numerosos outros parceiros de desenvolvimento envolvidos no sector, tais como os ASF, a Fundação Ásia, o IDN, a OIDD, a USAID, o PMSJ, a UNICEF, o UNFPA, o Gabinete para a Promoção da Igualdade, o Parlamento, a Polícia, os representantes do Brasil, da Dinamarca, da Irlanda, da Malásia, da Noruega, de Portugal e de outros países, e ONGs locais. Vários agentes internacionais a trabalharem no sector da justiça através da ONU prestaram contribuições essenciais. Foi mantida uma parceria estreita com a Unidade de Direitos Humanos da UNMISSET através da fase de desenvolvimento do programa, a qual irá continuar ao longo das fases de implementação e de monitorização.

Os arranjos de implementação do programa antecipam alguma subadjudicação de componentes específicos a ONGs, de modo a garantir a máxima eficiência na execução. A instituição envolvida e / ou o CC, junto com o PNUD, deverão fazer as respectivas escolhas em conjunto. Uma vantagem acrescida de tais arranjos serão os vastos recursos e redes que ficarão disponíveis para as instituições de justiça de Timor-Leste através destas agências.

Com o consentimento do governo, o programa pode explorar a possibilidade de acordos de destacamento com países de direito civil de língua oficial portuguesa. Não só esta medida pode potencialmente fortalecer os laços entre os respectivos sistemas de justiça, como irá também melhorar de forma assinalável a natureza multilateral da assistência ao desenvolvimento a ser canalizada através deste programa.

## **I. BENEFICIÁRIOS ALVO**

Este projecto visa aumentar e melhorar a qualidade dos serviços judiciais prestados à população em geral, em especial aos grupos vulneráveis. Embora os beneficiários imediatos sejam as instituições do sector da justiça e aqueles que nelas trabalham, os utilizadores do sistema da justiça são igualmente importantes. Como tal, o sucesso deste programa vai eventualmente ser avaliado essencialmente vendo se essas instituições estão ou não a facilitar um melhor acesso à justiça àqueles que mais dela precisam.

## **J. COMPLEMENTARIDADES**

A concepção deste programa incluiu coordenação estreita e troca de informações com outros projectos relevantes apoiados pelo PNUD, como sejam o projecto de 200 postos de desenvolvimento, o projecto de educação cívica, o projecto da Internet, o projecto dos 100

postos de estabilidade da UNMISSET, e a iniciativa para apoiar o processo de recepção, verdade e reconciliação.

O PNUD geriu e participou activamente numa Missão de Avaliação Conjunta de grandes dimensões, com o objectivo de rever as necessidades da inexperiente Polícia Nacional de Timor-Leste em Novembro de 2002. Foram identificadas falhas graves no desenvolvimento institucional da polícia, em especial nas áreas da gestão e administração da polícia. Em Abril de 2003 o PNUD co-organizou uma sessão de trabalho de grandes dimensões para discutir e formular programas no sentido de dar resposta a estas questões.

Como parte do programa de apoio ao sector da justiça, será levada a cabo coordenação com a polícia no que toca à investigação criminal. Poderão ser incluídas no programa actividades envolvendo a polícia, sujeito à concordância por parte do Conselho de Coordenação (CC) e do Ministério da Administração Interna.

## **K. PREOCUPAÇÕES ABRANGENTES**

### **1. Direitos humanos**

Os direitos humanos estão gravados no programa do sector da justiça como princípios abrangentes. A igualdade entre os géneros e o acesso à justiça são tratados como preocupações de direitos humanos. É essencial incluir conceitos de direitos humanos num projecto de reforma da justiça. Enquanto que as intervenções nos vários componentes institucionais visam tornar os procedimentos mais eficientes e efectivos, a incorporação dos direitos humanos vem fomentar os objectivos de tornar a justiça acessível para todos, assegurando uma prestação equitativa dos serviços da justiça. Durante a concepção do programa até à sua implementação irá continuar a parceria estreita com a Unidade de Direitos Humanos da UNMISSET e com o Assessor do Primeiro Ministro para os Direitos Humanos.

### **2. Género**

Não foi possível durante a missão de formulação do programa levar a cabo uma avaliação profunda à questão do género no que diz respeito ao sector da justiça. Contudo, os laços entre o acesso à justiça, um processo de desenvolvimento nacional sustentável e a igualdade do género foram levados em conta durante o processo de redacção. A melhoria do desempenho das instituições do sector da justiça no país irão assim ter impacto nas intervenções específicas no que toca ao género. Falando em termos mais gerais, reconhece-se explicitamente que, sem contar com uma maior vulnerabilidade em outros aspectos, as mulheres sofrem fruto de situações agravadas por algumas das práticas consuetudinárias em Timor-Leste. A questão da violência doméstica, por exemplo, é um problema crónico que só agora começa a ser rectificado através do processo legislativo. O sistema da justiça permanece incapaz de lidar com a questão em termos gerais.

Ao mesmo tempo, certas práticas culturais podem limitar a participação das mulheres e a contribuição destas para os assuntos nacionais. A análise da liderança feminina e da participação nas mulheres é considerada uma necessidade, sendo que irá abrir caminho para

intervenções na área da promoção de um melhor equilíbrio entre os géneros nas instituições da justiça e fortalecer a presença das mulheres na vida pública. Por exemplo, embora tenha sido conseguido algum equilíbrio, a nível de género, na magistratura, as mulheres são no geral representadas de forma insuficiente em posições de liderança nas outras instituições.

Foram tidos em conta e integrados no programa os pontos de vista de um ponto focal sobre género que prestou contribuições para a avaliação do sector. Em especial, as principais contribuições irão resultar na manutenção de um equilíbrio entre os géneros em todas as actividades de programa, com especial ênfase na formação; integrando estas questões nos currículos de formação destinados tanto a homens como a mulheres. É a avaliação da equipa de formulação e das partes nacionais interessadas que, no que diz respeito à formação dos funcionários das instituições do sector da justiça, acarretou a integração das funcionárias nos projectos anteriores juntamente com os seus colegas homens. O CC tenciona continuar esta integração das funcionárias profissionais em todas as actividades de formação. Quando tal for apropriado, serão estabelecidos grupos específicos de mulheres como alvos de actividade.

### **3. Participação e Fiscalização**

O PNUD está de momento a apoiar o fortalecimento do Parlamento Nacional de Timor-Leste. O projecto visa fortalecer a capacidade do Parlamento para desempenhar de forma efectiva e competente as suas funções, em termos de fiscalização, legislação e representação. A justiça e a segurança são questões de boa governação. Quando o sector da justiça e da segurança não têm de prestar contas às instituições democráticas de governação, muito dificilmente o desenvolvimento humano é sustentável. Além disso, o PNUD sustenta um programa vasto de apoio à educação cívica, bem como uma iniciativa para o fortalecimento da sociedade civil, de forma a encorajar a participação cívica e a melhorar as relações entre as instituições de governação e a sociedade civil. Estes projectos irão ligar-se activamente com a iniciativa do sector da justiça de aumentar a responsabilização e a participação das pessoas a todos os níveis.

### **4. Sustentabilidade**

Todas as instituições parceiras nacionais foram intimamente envolvidas na avaliação de necessidades do sector da justiça e na concepção do projecto, sendo agora responsáveis pela implementação do dito projecto. Este processo moroso mas enriquecedor aumentou sem dúvida o sentimento nacional de posse e por consequência aumentou a sustentabilidade dos resultados. Além disso, uma vez que o Plano de Desenvolvimento Nacional e o Programa de Estabilidade do Governo definiram o programa, o sucesso da iniciativa está ligado de forma inseparável à implementação de políticas nacionais. A manutenção de um diálogo contínuo com os parceiros a todos os níveis sobre prioridades e desafios, e o reconhecimento, na concepção do programa, dos constrangimentos e dos desafios sob os quais os parceiros trabalham resultou em alvos e metas realísticos e alcançáveis.



## **5. Tecnologias da Informação**

A sustentabilidade e a manutenção do equipamento adquirido através do programa permanecem uma questão por resolver. Qualquer compra de computadores ou outras ferramentas relacionadas com as TI deve ser acompanhada por formação e identificação de pontos focais para assistência às TI. O componente de TI do programa será faseado de acordo com a capacidade de absorção do sector e com as várias instituições, e embora seja considerado uma potencial base para uma estratégia nacional de TI, estará ligado à capacidade desenvolvida a nível nacional.

## **6. Interpretação/Tradução**

O PNUD, juntamente com o Ministério da Justiça, apoia a constituição de dois grupos de tradutores com os conhecimentos legais necessários, na sequência da avaliação de necessidades. Um dos grupos apoiará o Ministério da Justiça, incluindo o Centro de Formação Judiciária, o Gabinete da Defensoria Pública e o Ministério Público. O Segundo dará apoio aos Tribunais.

Como parte de uma estratégia mais abrangente de fortalecimento e promoção de serviços de interpretação e tradução de elevada qualidade em Timor Leste, estes técnicos, embora recrutados com as mais elevadas qualificações possíveis, receberão formação e serão seguidos e monitorizados através de avaliações regulares e metódicas conduzidas por técnicos profissionais.

## **L. A NÁLISE DE RISCO**

Um pré-requisito muito importante para a boa implementação do programa passa pela adopção e aplicação das leis orgânicas das várias instituições. Estas estão em diferentes estádios do processo de redacção. De forma a que as instituições sejam capazes de estabelecer bons processos de gestão, os papéis e as responsabilidades devem ficar bem claros através destes estatutos.

Em face da natureza abrangente desta iniciativa e uma vez que ela engloba várias instituições independentes, é imperativo conseguir-se um mecanismo de coordenação de alto nível que demonstre uma grande vontade política. O CC preenche totalmente este requisito, sendo que irá sem dúvida garantir que as contribuições do programa são optimizadas de modo a atingir os resultados desejados. Ao mesmo tempo, é necessário um mecanismo de coordenação eficiente a nível de trabalho, o qual terá de estar firmemente estabelecido aquando da implementação.

A falta de sentimento de posse nacional, em particular da parte dos beneficiários visados e das instituições implementadoras, tem conduzido à falta de resultados em várias iniciativas de assistência ao desenvolvimento em Timor-Leste nos últimos três anos. Também por esta razão, entre outras, o programa de mentor do sector da justiça, apoiado pelo PNUD, ficou aquém dos seus objectivos. Este programa reconheceu tal facto e procurou assegurar o

sentimento de posse em relação a todas as partes interessadas, ao longo do processo de concepção. Espera-se que seja mantido um processo participativo e de consulta durante a implementação, de modo a garantir a continuação deste sentimento.

A questão das línguas continua a ser um problema em Timor-Leste, uma vez que muitas pessoas na justiça não falam fluentemente o português. O idioma de trabalho nos tribunais continua a ser em grande medida o indonésio. O programa procura dar resposta a este desafio através, entre outras medidas, do uso de intérpretes com boa formação.

O mandato da UNMISSET irá terminar em Maio de 2004. É provável que nessa altura todos os assessores da UNMISSET para o sector da justiça sejam retirados. Tal pode resultar num vácuo que terá de ser suprido pelo programa. Para além da partida do pessoal da UNMISSET, os quadros da magistratura foram diminuídos em virtude da saída de oito juízes para irem receber formação a Portugal durante um ano.

A capacidade de implementação efectiva dos projectos e de absorver o desenvolvimento da ajuda e da assistência técnica continua a ser um problema, tanto no sector da justiça como em outras áreas. Qualquer apoio ao sector da justiça deve incluir também assistência à sua implementação.

Por fim, tendo em conta que este é um programa directamente executado (DEX), a capacidade do gabinete do PNUD no país para prestar apoio à implementação deve ser devidamente tratada. Isto pode ter de passar pelo recrutamento de funcionários adicionais.

## **M. GESTÃO DO PROGRAMA**

O programa será implementado usando a modalidade de execução directa (DEX) do PNUD<sup>21</sup> sob a supervisão atenta do Conselho de Coordenação (CC), o qual consiste do Ministro da Justiça, do Presidente do Conselho Superior da Magistratura e do Procurador-Geral, cada um dos quais responsável por supervisionar a implementação de um dos três componentes do programa.<sup>22</sup> Todos deverão prestar contas ao PNUD em relação aos resultados, à conclusão dos resultados específicos e ao uso transparente dos recursos durante a vida do programa. Um representante do PNUD será o quarto membro do CC. O documento de programa e quaisquer revisões substanciais, incluindo revisões de orçamento, devem ser aprovadas por *consenso* pelo CC. O CC como um todo deve recrutar os funcionários do programa com tarefas relacionadas a todos os três componentes. As revisões orçamentais, o recrutamento<sup>23</sup> e o aprovisionamento referentes a apenas um dos componentes só podem ser levados a cabo com a concordância do membro do CC que represente esse componente e do PNUD, desde que não afecte os orçamentos ou as actividades dos outros dois componentes. O CC pode convidar outros parceiros a estarem presentes nas reuniões, caso o considere conveniente. O assessor principal (AP) e o agente de projecto nacional (APN) estarão presentes nas reuniões do CC, podendo-lhes ser pedido que apresentem relatórios regulares sobre a implementação

<sup>21</sup> É favor consultar o Manual de DEX do PNUD para obter os regulamentos que gerem a execução do programa

<sup>22</sup> Ver Termos de Referência anexos para o CC

<sup>23</sup> Recomenda-se vivamente que os beneficiários alvo sejam consultados sempre que possível aquando do recrutamento.

do programa. O CC será responsável por fornecer regularmente informações aos parceiros de desenvolvimento, com a ajuda do Ministério do Plano e das Finanças. O CC pode também requerer o parecer do Conselheiro Principal para a Justiça, conforme necessário. A Unidade de Coordenação e Apoio ao Programa (UCAP) irá funcionar como secretariado do CC. A UCAP estará localizada no MJ e será chefiada pelo AP, incluindo o agente de projecto nacional e os funcionários de apoio. Estará totalmente integrada dentro da divisão administrativa do ministério, sendo que este deverá nomear funcionários do seu quadro normal para trabalharem como parceiros com a UCAP. A intenção é que a UCAP ajude a criar capacidades para a implementação do projecto dentro do ministério e das outras instituições envolvidas no programa.

Um grupo de trabalho composto por representantes do Ministro da Justiça, do Presidente do Conselho Superior da Magistratura, do Procurador-Geral, do gabinete da defensoria pública, do CFJ, das prisões, e o AP do programa, o agente de projecto nacional e o agente relevante do PNUD irão coordenar a implementação das actividades do programa. O grupo de trabalho deverá relatar colectivamente ao CC através do AP em relação a assuntos gerais de implementação. O AP e o membro relevante do grupo de trabalho deverão prestar contas sobre actividades específicas referentes a um único componente, ao membro do CC responsável por esse componente. Serão identificadas Unidades de Implementação de Projecto (UIP) em cada uma das instituições envolvidas. Estas serão chefiadas pelo membro do grupo de trabalho da instituição respectiva e irão incluir funcionários dos quadros normais dessa instituição. A UCAP irá também ajudar todas as instituições a implementar este programa e irá desenvolver a capacidade para implementação, monitorização e elaboração de relatórios em todas as UIP. Espera-se também um vasto apoio em termos de gestão de projecto por parte do PNUD, de acordo com os requisitos da DEX, em especial no que toca às adjudicações e aquisições. O PNUD pode cobrar a taxa apropriada para este efeito.

## **O. MONITORIZAÇÃO E RELATÓRIOS**

O projecto está sujeito a uma revisão do CC a cada ano civil, sendo a primeira realizada no último trimestre de 2003, e a um máximo de duas revisões técnicas cada ano, incluindo a revisão do CC. Para a revisão anual do CC o AP e o Agente de Projecto Nacional preparam e fazem circular entre as partes participantes, com pelo menos três semanas de antecedência, um breve Relatório de Progresso de Projecto, as matrizes actualizadas de Resultados, o plano de trabalho actualizado para o próximo ano, bem como o relatório financeiro do fim do ano. Estes preparam e fazem circular, no prazo de duas semanas após a revisão do CC, um resumo até três páginas das avaliações analíticas, conclusões e decisões da reunião, bem como as matrizes e o plano de trabalho concluídos que irão servir como orçamento e plano de trabalho do programa para o ano seguinte.

Lá para o fim do programa, será realizada uma Revisão Final do CC. O AP prepara um Relatório Final de Programa, as matrizes e o plano de trabalho actualizados, bem como o último relatório financeiro, e fá-los circular, com pelo menos um mês de antecedência, pelas partes. A Revisão Final incide na análise dos resultados de projecto e no retirar de lições para aplicar em programas futuros. O AP conclui então o Relatório Final de Projecto incorporando

as contribuições analíticas feitas durante a Revisão e, no prazo de quatro semanas, fá-lo circular por todas as partes.

Em relação às revisões técnicas, o AP prepara e faz circular às partes, com pelo menos duas semanas de antecedência, um breve Relatório de Progresso Trimestral, o plano de trabalho actualizado e o mais recente relatório financeiro. O AP prepara e, no prazo de uma semana, faz circular a todas as partes um resumo até duas páginas das avaliações, conclusões e decisões da reunião, bem como as matrizes finalizadas e o plano de trabalho, os quais servem como o orçamento de projecto / orçamento para o trimestre seguinte.

#### **P. A VALIAÇÃO E RELATÓRIO**

O Director de Programa deverá seguir os procedimentos do PNUD sobre monitorização e avaliação conforme o exemplo presente no Anexo A.

## II. RESULTADOS E RECURSOS

### A. MINISTÉRIO DA JUSTIÇA (MJ)

#### 1. O Ministério

**Resultado Geral<sup>24</sup> 1:** O MJ facilita o desenvolvimento de uma administração da justiça coesa e eficaz, de acordo com os padrões internacionais de direitos humanos, através do planeamento estratégico e de uma melhor coordenação, mobilização de recursos e apoio de implementação ao sistema de justiça.

#### Indicadores<sup>25</sup> de Resultado:

- Implementação de um documento de orientação e um plano de acção estratégico ao longo dos próximos 5 anos para o sector da justiça;
- Aumento nos níveis de satisfação das instituições do sector da justiça para com os serviços administrativos e de apoio prestados;
- Maior mobilização de recursos;
- Alcance de 75 % dos alvos estabelecidos nos PAAs.

**Resultado Específico<sup>26</sup> 1.1:** Desenvolver um documento de orientação abrangente que defina as áreas prioritárias de forma ampla, bem como um plano estratégico de 3 a 5 anos para o sector da justiça com o objectivo de atingir as metas do Plano de Desenvolvimento Nacional, de acordo com o exercício de Plano de Acção Anual (PAA).

#### Indicadores de Resultado Específico

- Unidade de orientação e planeamento implementada e operacional
- Unidade de orientação e planeamento a prestar pareceres ao processo de PAA
- PAAs desenvolvidos para cumprir progressivamente os objectivos do plano de acção estratégico e do PDN

#### Recursos<sup>27</sup>

- Conselheiro Principal para a Justiça (CPJ), o qual pode vir duas vezes por ano, por um período de até dois meses
- Assessor Principal (AP)
- Agente de Projecto Nacional (APN)

<sup>24</sup> Resultado Geral - Mudança efectiva ou pretendida nas condições de desenvolvimento cujas intervenções do PNUD procuram apoiar.

<sup>25</sup> Indicador – Sinal que revela progresso (ou falta dele) face a objectivos; meio para medir aquilo que ocorre efectivamente em comparação com o que foi planeado em termos de quantidade, qualidade e prazos.

<sup>26</sup> Resultado Específico – Produto (ou serviço) tangível de um programa ou projecto necessário à realização dos objectivos de um programa ou projecto.

<sup>27</sup> Recurso – Um meio mobilizado para a realização das actividades de um programa ou projecto, ie, recursos financeiros, humanos e físicos.

- Sessões de trabalho
- Equipamentos e materiais de apoio

### **Actividades<sup>28</sup>**

1.1.1: Facilitar a instrumentalização de uma unidade de orientação e desenvolvimento de políticas no seio do MJ

1.1.2: Estabelecer um grupo de trabalho liderado por funcionários do MJ e englobando representantes e funcionários de instituições chave da justiça com o intuito de redigir o documento de orientação.

1.1.3: Conduzir sessões de trabalho com as partes interessadas para validar a proposta de documento de orientação.

1.1.4: Submeter o documento de orientação ao Conselho de Ministros para aprovação

1.1.5: Formar grupos de trabalho e conduzir um exercício de planeamento estratégico (com assistência técnica bilateral e multilateral)

1.1.6: Sessões de trabalho com as partes interessadas para validar o plano de acção estratégico e aprovação do plano por parte do MJ

1.1.7: Disseminar o documento de orientação e o plano de acção estratégico no seio do sector da justiça, de outras instituições do Estado relevantes, da legislatura, do sector privado e da sociedade civil

1.1.8: Facilitar e assistir a preparação atempada de PAAs para 2004, 2005 e 2006, de modo a reflectir as prioridades do plano de acção estratégico

**Resultado Específico 1.2:** Estabelecer um mecanismo de coordenação eficaz no seio do sistema de justiça e com os parceiros de desenvolvimento aos níveis de orientação e de programação, com o intuito de garantir o uso eficiente das contribuições para o sector; avaliar o atingir progressivo dos objectivos do plano de acção estratégico, do programa de estabilidade e do PDN; e dar resposta a questões emergentes no sector da justiça, incluindo as necessidades de recrutamento e de formação

### **Indicadores de Resultado Específico**

- Reuniões de coordenação com parceiros de desenvolvimento a terem lugar duas vezes ao ano
- Unidades de implementação de projecto de cada instituição a reunirem-se todos os meses

---

<sup>28</sup> Actividade – Acções, necessárias e suficientes, realizadas no contexto de um programa através das quais os recursos (financeiros, humanos, técnicos e materiais) são mobilizados para a produção de resultados específicos ou para a realização dos resultados gerais.

- Parceiros de desenvolvimento a partilharem informações regularmente e um maior apoio em termos de colaboração com o sector da justiça
- Identificação regular e antecipada de falhas na assistência, bem como colaborações coordenadas por parte dos parceiros de desenvolvimento

## **Recursos**

- O AP junto do MJ durante a vida do projecto, encarregue de sustentar a implementação do programa (isto é, todos os três componentes)
- O Conselheiro Principal para a Justiça agindo como recurso para o CC
- O Agente de Projecto Nacional, para a vida do projecto
- Apoio administrativo para a UCAP
- Equipamentos

## **Actividades**

1.2.1: Organizar reuniões semestrais de coordenação com instituições base da justiça, com o Ministério do Plano e das Finanças, com a sociedade civil e os parceiros de desenvolvimento, de modo a considerar o progresso em relação à implementação do plano de acção estratégico e a identificar falhas no que toca à mobilização de recursos e às necessidades de recrutamento e de formação.

1.2.2: Organizar reuniões mensais das UIPs para cada instituição do sector da justiça, de modo a coordenar as actividades e a otimizar os recursos

1.2.3: Institucionalizar uma unidade de coordenação e apoio ao programa (UCAP) no MJ com o objectivo de coordenar a assistência dos parceiros de desenvolvimento ao sector da justiça e a apoiar as instituições de implementação

1.2.4: Através da UCAP, fornecer aos parceiros de desenvolvimento actualizações trimestrais relativas às actividades de projecto e uma breve visão global do apoio ao sector

**Resultado Específico 1.3:** O MJ a prestar apoio administrativo e tecnológico eficiente e contínuo às instituições de base da justiça.

## **Indicadores de Resultado Específico**

- Funcionários qualificados recrutados e todas as posições no MJ preenchidas
- O gestor de TI do MJ e os pontos focais formados no programa de TI e em manutenção de sistemas
- Pontos focais de TI nas instituições judiciais a fornecerem apoio no que toca à manutenção de hardware
- Documentos administrativos disponíveis em tetum, português e inglês
- Procedimentos harmonizados estabelecidos para questões administrativas e financeiras
- Diminuição das demoras no aprovisionamento e no recrutamento

## **Recursos**

- Director Tecnológico (DT) por dois anos, para desenvolver e implementar uma estratégia de tecnologia para o sistema de justiça
- Dependendo da disponibilidade e da capacidade dos parceiros em diferentes instituições, 4 a 6 VNUs como Arquitecto Técnico, Analista Empresarial, Criador de Aplicações, Administrador de Rede, Administrador de Base de Dados e Gestor de Apoio ao Utilizador.
- Hardware e software para a equipa de TI (pode incluir estações de trabalho, ferramentas de software de desenvolvimento)
- Formador sobre gestão e administração financeira
- Sessões de trabalho
- Participação em fora internacionais sobre tópicos específicos
- Tradutores e intérpretes nacionais
- Pareceres de peritos no país sobre manuais, guias, padrões, bem como sobre princípios para gestão de processos

## **Actividades**

1.3.1: Levar a cabo formação para agentes administrativos e gestores de programa de instituições base sobre aprovisionamento e procedimentos orçamentais, desenvolvendo um mecanismo para partilha de informações financeiras no seio do sector

1.3.2: Estabelecer acesso online ao Freebalance para o MJ

1.3.3: Levar a cabo formação para os pontos focais de TI

1.3.4: Desenvolver formatos padrão para relatórios e gestão electrónica de casos, com disseminação aos utilizadores.

1.3.5: Conduzir sessões de trabalho para introduzir estes formatos e padrões e monitorizar o seu uso entre oficiais de justiça, juízes, procuradores e defensores.

1.3.7: Recrutar um director tecnológico para ser responsável pela avaliação e facilitação da visão para uso de tecnologia no seio do sector da justiça. Esta pessoa ficará colocada numa posição de relevo dentro do Ministério da Justiça e irá trabalhar com um parceiro nacional, o qual irá assumir o mesmo papel daí a dois anos.

1.3.8: Desenvolver um plano estratégico para o uso sustentável de TI no sistema de justiça

1.3.9: Construir uma equipa de gestão, desenvolvimento e apoio em termos de TI dentro do MJ, de modo a servir as várias instituições no seio do sector da justiça e a gerar estatísticas. Este grupo irá ajudar a construção de uma base de recursos qualificados nas bases de dados de sector, gestão de casos, tanto em formato electrónico como em papel.



1.3.10: Estabelecer um quadro para processos de harmonização com outras instituições da justiça. Este quadro irá incluir processos para relacionamento com cada instituição no que toca a necessidades em termos de TI e a gestão de casos.

1.3.11: Desenvolver um guia de práticas e padrões para uso de tecnologia dentro do sistema de justiça.

1.3.12: Recrutar tradutores e intérpretes de acordo com critérios de exame padrão, prestar formação específica ao sector da justiça e estabelecer um grupo estratégico para servir a magistratura, o MJ, os procuradores e os defensores públicos

## **2. Centro de Formação Judiciária<sup>29</sup>**

**Resultado Geral 2:** O CFJ a funcionar como um centro de recursos para o sistema de justiça com um centro de investigação e documentação funcional; dotando os juízes, procuradores, defensores públicos e oficiais de justiça com os conhecimentos e as qualificações exigidos para o desempenho dos seus papéis institucionais; e capaz de ministrar os cursos de formação identificados pelo CSM, pelo CSMP e pelo MJ.

### **Indicadores de Resultado:**

- Capacidade do CFJ aumentada em virtude do número de formadores e funcionários
- Melhorias progressivas nos resultados de avaliação dos cursos de formação
- Aumento progressivo no número de cursos de formação organizados e no número de participantes formados
- Aumento do uso das instalações de investigação do CFJ por parte dos juízes, oficiais de justiça, procuradores, defensores públicos, juristas, funcionários prisionais, paralegais, etc.

**Resultado Específico 2.1:** Aumento da capacidade do CFJ em prestar sistematicamente formação e serviços de investigação ao sector da justiça

### **Indicadores de Resultado Específico**

- Aumento do uso das instalações de biblioteca e de investigação do CFJ por utilizadores e facilitadores de serviços do sistema da justiça
- Aumento da capacidade dos formadores nacionais na concepção de programas, prestação de programas (como seja a facilitação em termos de sessões práticas) e dos conhecimentos sobre técnicas de gestão.

---

<sup>29</sup> Oportunidades de parcerias: O programa irá cooperar com os Advogados sem Fronteiras (ASF) no que diz respeito à formação de paralegais e de DPs. Serão exploradas possíveis oportunidades de parcerias com a ACLEA (Associação de Administradores de Ensino Legal Contínuo) ([www.aclea.org](http://www.aclea.org)). Coordenação com a UNICEF em relação à formação de juízes, procuradores e defensores na área da Justiça para Menores (Resultado 2.1). A UNICEF irá também apoiar o estabelecimento de uma biblioteca no CFJ. Funcionários nacionais e internacionais a prestarem formação no país. Serão consideradas parcerias com centros de formação judicial em outras jurisdições de direito civil. O CFJ levará em conta a formação no estrangeiro patrocinada pelo Governo Português. O projecto pode talvez vir a cooperar com a OIDD no desenvolvimento de currículos.

- Aumento das taxas de aprovação dos formandos do CFJ

## **Recursos**

- Materiais e equipamento de biblioteca
- Especialista de desenvolvimento de currículos legais e de metodologias de formação
- Formadores / instrutores no país a curto prazo relativamente a campos específicos
- Especialista em investigação legal
- Sessões de trabalho
- Materiais de formação
- Custos de publicação
- Custos de ligação

## **Actividades**

2.1.1: Avaliar as necessidades de capacidade de recursos humanos no sector da justiça ao longo dos próximos cinco anos

2.1.2: Preparar o quadro para possibilitar ao CFJ ir ao encontro dessas necessidades, incluindo a esquematização dos recursos existentes e potenciais e da tabela de quadros necessária, com submissão ao MJ para mobilização de recursos

2.1.3: Identificar parceiros apropriados (incluindo um possível acordo de geminação entre o CFJ e uma instituição semelhante no estrangeiro), desenvolver propostas de currículo e conceber metodologias através de um processo consultivo envolvendo grupos alvo e órgãos orçamentais (CSM, CSMP<sup>30</sup>, MJ) para programas educativos legais contínuos e formação para futuros recrutas do sector, levando em consideração a avaliação de necessidades em termos de capacidade de recursos humanos e o quadro do CFJ

2.1.4: Conduzir separadamente sessões de trabalho de validação com os respectivos grupos alvo de modo a finalizar os currículos e as metodologias

2.1.5: Assegurar a aprovação dos programas de formação a partir dos respectivos órgãos de supervisão

2.1.6: Desenvolver um esquema de ponto focal de aprendizagem que inclua incentivos e controlos de qualidade, garantindo a aprovação por parte dos respectivos órgãos de supervisão (CSM, MJ, CSMP)

2.1.7: Definir com mais detalhe a sequência das actividades e facilitar a nomeação de pontos focais de aprendizagem em cada instituição da justiça (os pontos focais de aprendizagem devem ser identificados na base da sua disponibilidade para servirem mais tarde como formadores no CFJ).

---

<sup>30</sup> Até que o Conselho Superior da Procuradoria seja estabelecido, o Gabinete do Procurador Geral deverá levar a cabo as funções do Conselho relativas às actividades deste projecto.

2.1.8: Estabelecer um grupo formado por formadores nacionais incluindo funcionários a tempo inteiro do CFJ bem como pontos focais de aprendizagem a partir do sector da justiça (juizes, oficiais de justiça, procuradores, defensores públicos, etc.) servindo como instrutores a tempo parcial

2.1.9: Prestar formação a curto prazo no país para os pontos focais de aprendizagem e para os instrutores do CFJ em concepção de programas e desenvolvimento de abordagens interactivas (por exemplo, abordagens em sessões de trabalho, abordagens com base nos problemas, etc.)

2.1.10: Conduzir sessões de trabalho de sensibilização sobre a relevância da educação legal contínua

2.1.11: Levar a cabo educação legal contínua sistemática para os oficiais do sector da justiça, usando pontos focais de aprendizagem, peritos internacionais e quando necessário recursos externos aprovados pelos órgãos de supervisão respectivos

2.1.12: De forma semelhante, implementar programas de formação para novos recrutas

2.1.13: Prestar formação em reunir material de aprendizagem e de referência para os funcionários do CFJ, de forma a aumentar a utilidade do centro de documentação legal e de investigação para os participantes dos cursos de formação.

2.1.14: Conduzir formação no país sobre gestão bibliotecária e documentação para os funcionários do CFJ apropriados

2.1.15: Recrutar funcionários de pesquisa para o CFJ, prestar formação em investigação legal e aprovisionar o equipamento necessário

2.1.16: Ligações a curto prazo para dois funcionários seniores do CFJ em instituições semelhantes no estrangeiro

### **3. Gabinete da Defensoria Pública<sup>31</sup>**

**Resultado Geral 3:** Melhoria no acesso e na qualidade dos serviços de assistência judiciária às pessoas carenciadas, através do fortalecimento da capacidade institucional do Gabinete de Defensoria Pública.

#### **Indicadores de Resultado:**

- Os DPs cumprem as suas responsabilidades preventivas
- Aumento no número de casos tratados por mês
- Redução no número de pessoas detidas ilegalmente por mês

---

<sup>31</sup> Oportunidades de parcerias: O PNUD irá colaborar com os ASF no que toca ao componente de formação dos DPs e paralegais. O PNUD irá coordenar com a UNICEF no que diz respeito a iniciativas de formação específicas relacionadas com a justiça de menores.

- Redução no número de casos em atraso
- Número de consultas de paralegais a aumentar todos os anos
- Critérios para elegibilidade dos beneficiários da assistência judiciária estabelecidos e aplicados
- Código de conduta para os DPs estabelecido e em uso

**Resultado Específico 3.1:** Mecanismos de gestão e organização e procedimentos de trabalho sistematizados e tomados mais eficientes, sendo orientados para os clientes de modo a permitir o fortalecimento institucional do gabinete da DP.

### **Indicadores de Resultado Específico**

- Defensor público de serviço e escalas de serviço estabelecidos
- Esquema para a distribuição de casos estabelecido
- Ponto focal de TI identificado e capaz de prestar serviços
- Princípios de gestão de casos estabelecidos e em uso
- Estratégia de tecnologia implementada
- Capacidade de levar a cabo investigações e de redacção legal melhorada

### **Recursos**

- Assessor institucional com especialização em assuntos de direito civil para continuar o trabalho do actual assessor da UNMISSET
- Sessões de trabalho (uma por ano)
- Hardware e software informático (pode incluir servidor, router, fonte de alimentação contínua, backup de hardware e software)

### **Actividades**

3.1.1: Identificar e estabelecer um assessor Institucional a longo prazo com experiência tanto de gestor / mediador como de assessor / formador

3.1.2: Finalizar a lei orgânica do GDP, submetê-la ao Conselho de Ministros e conseguir a nomeação de um líder formal para a instituição

3.1.3: Redigir as descrições de funções para os DPs e para os funcionários

3.1.4: Elaborar um código de conduta para DPs, conduzir sessões de trabalho de validação e adoptá-lo

3.1.5: Levar a cabo sessões de trabalho todos os anos para discutir experiências, definir prioridades de capacitação institucional e desenvolver um plano de trabalho e aprendizagem para o gabinete

3.1.6: Definir sistemas de monitorização e relatórios para medir o progresso institucional e individual

3.1.7: Estabelecer horas extraordinárias ou uma escala de defesa pública

3.1.8: Estabelecer um sistema de reuniões regulares com os clientes, incluindo visitas a centros de detenção

3.1.9: Estabelecer procedimentos de coordenação com advogados privados

3.1.10: Introduzir sistemas para monitorizar a carga de trabalho com vista a uma distribuição eficiente dos casos

3.1.11: Identificar um ponto focal de TI no seio do gabinete da defesa pública para fomentar a tecnologia dentro do grupo e servir como ponto de contacto principal para o grupo central de TI.

3.1.12: Avaliar a viabilidade de estabelecer uma rede de área local (LAN) no gabinete

3.1.13: Desenvolver e implementar uma estratégia de tecnologia com incidência nos processos de apoio, recolha electrónica de dados e armazenamento central num sistema de gestão de processos

3.1.14: Compilar material de formação sobre princípios, práticas e aplicações de gestão de casos.

3.1.15: Conduzir formação aos utilizadores sobre princípios, práticas e aplicações de gestão de casos.

**Resultado Específico 3.2:** Capacidade em termos de recursos humanos do gabinete da defensoria pública aumentada através de iniciativas de formação e de melhor acesso à informação

#### **Indicadores de Resultado Específico**

- Capacidade dos DPs nas várias áreas do direito aumentada
- Capacidade dos DPs em questões de direitos humanos e de género aumentada
- Melhoria da competência dos DPs em termos de liderança / ética
- Livros, manuais e materiais essenciais em uso
- Estratégia de TI aplicada
- Responsabilidade dos DPs aumentada

#### **Recursos**

- Curso de Formação sobre as várias áreas do direito e sobre liderança / ética, direitos humanos e género
- Acordos de geminação possivelmente com o Gabinete de Defensoria Pública da UNMISSET
- Acesso a Informação Legal

## **Actividades**

3.2.1: Avaliar a capacidade e a necessidade em termos de capacitação de cada defensor público

3.2.2: Definir currículo de formação, metodologia e perfil de formação

3.2.3: Identificar e recrutar formadores e tradutores em coordenação com o CFJ

3.2.4: Conceber e conduzir curso formal de formação através do CFJ com incidência sobre a liderança / ética, direitos humanos e género, e leis processuais fundamentais (os ASF deverão aqui assumir um papel de relevo).

3.2.5: Providenciar acordos de gemação entre formandos em direito e DPs internacionais na UNMISSET

3.2.6: Prestar apoio contínuo através do Assessor internacional

3.2.7: Avaliar a necessidade de textos legais específicos nos tribunais de distrito e fornecer materiais aos quais possam aceder juizes, procuradores e DPs.

3.2.8: Conceber um sistema de registo para controlar os empréstimos de livros

3.2.9: Desenvolver intranet através do CFJ para distribuição de informações legais recolhidas e para troca de ideias. Assim que estiver estabelecida, a intranet estará disponível para servir outros sectores no sistema da justiça.

**Resultado Específico 3.3:** Aumentar o acesso por parte dos grupos vulneráveis à informação e a serviços legais (os ASF devem assumir um papel de liderança).

## **Indicadores de Resultado Específico**

- Paralegais formados e colocados nos distritos
- Aumento do conhecimento do direito nos grupos vulneráveis
- Consultor a Curto Prazo para Informação Educação e Comunicação (IEC) pronto
- Materiais de IEC produzidos e disseminados

## **Recursos**

- Curso de formação para paralegais
- Consultor a curto prazo para a produção de materiais do IEC
- Produção e disseminação de materiais a grupos vulneráveis
- Equipamento para paralegais

## **Actividades**

- 3.3.1: Levar a cabo uma avaliação das necessidades de assistência judiciária nos distritos
- 3.3.2: Compilar experiências comparativas nos papéis e responsabilidades dos paralegais em outros países
- 3.3.3: Conceber plano de formação para paralegais na base das necessidades e das experiências comparativas
- 3.3.4: Recrutar paralegais com base em critérios objectivos e processos transparentes
- 3.3.5: Conduzir curso de formação
- 3.3.6: Avaliar experiências comparativas relativamente a informações legais noutros países (exemplo bem sucedido: TRR Fiji).
- 3.3.7: Produzir documentos de informação no que toca a áreas prioritárias (como sejam direito de propriedades, direito familiar, violência contra as mulheres)
- 3.3.8: Identificar o melhor mecanismo de disseminação e levar a cabo a aplicação do mesmo

## **4. Prisões<sup>32</sup>**

**Resultado Geral 4:** Melhorar a qualidade do sistema correcional timorense de acordo com os padrões internacionais. (Regras mínimas para o tratamento de prisioneiros, Compêndio dos padrões e normas da ONU sobre justiça criminal)

### **Indicadores de Resultado:**

- Menos notícias de problemas de disciplina envolvendo funcionários
- Aumento da confiança entre guardas e detidos
- Mecanismo de supervisão estabelecido
- Redução das detenções preventivas ilegais

---

<sup>32</sup> Oportunidades de parcerias: Explorar ligações com o projecto de cooperação do Brasil (SENAI) sobre formação vocacional em Becora; Cooperação potencial com a OIT e com a Dinamarca, no que se refere a formação vocacional; A Reforma Penal Internacional como recurso potencial para estudo e sessões de trabalho sobre detenções preventivas e consultoria sobre formação vocacional; Cooperação no que toca à justiça de menores com a UNICEF e com a Secretaria de Estado do Trabalho e Solidariedade (Divisão dos Serviços Sociais) para a reintegração social de crianças detidas e presas. A UNICEF irá apoiar a capacitação dos directores de prisões em relação a direitos humanos e justiça para menores; Assistência técnica e apoio do Governo da Dinamarca para a reabilitação física e formação; Cooperação com os serviços prisionais da Malásia para capacitar os guardas para a gestão das prisões

**Resultado Específico 4.1:** Estratégia Nacional para o sector das prisões desenvolvida na sequência do Diálogo Nacional.

**Indicadores de Resultado Específico**

- Estratégia nacional para o sector das prisões a ser implementada e monitorizada regularmente

**Recursos**

- Perito internacional – estudo de opções comparativas para o desenvolvimento do sector das prisões, no seguimento do Diálogo Nacional
- Equipamento e materiais de apoio
- Sessões de trabalho

**Actividades**

4.1.1: Recrutar um perito internacional para fornecer opções comparativas para o desenvolvimento do sector das prisões, incluindo sentenças alternativas (supervisão de transgressores na comunidade e outras formas de correcção com base na comunidade); reconciliação; e a implementação de sentenças alternativas

4.1.2: Conduzir uma sessão de trabalho estratégica para actores do sector da justiça, com o intuito de serem consideradas opções comparativas, sendo recomendadas soluções apropriadas.

4.1.3: Submeter propostas de sessões de trabalho para consideração do MJ

**Resultado Específico 4.2:** Fortalecimento da capacidade do sector da justiça para lidar eficazmente com a questão das detenções preventivas.

**Indicadores de Resultado Específico**

- Redução progressiva e eventual eliminação dos detidos preventivos ilegais

**Recursos**

- Consultor a curto prazo
- Sessões de trabalho

**Actividades**

4.2.1: Identificar as raízes do problema das detenções preventivas ilegais, e apresentação ao Conselho de Coordenação



4.2.2: Conduzir uma sessão de trabalho nacional organizada pelo Conselho de Coordenação para actores no sector da justiça, com a ajuda de um consultor externo, de forma a desenvolver soluções apropriadas para lidar com a questão das detenções preventivas ilegais.

4.2.3: Estabelecer um grupo de trabalho representativo e facilitar a implementação das recomendações da sessão de trabalho.

4.2.4: Relatórios semestrais submetidos ao Conselho de Coordenação relativamente ao progresso da implementação e ao estado das detenções preventivas ilegais

**Resultado Específico 4.3:** Aumentar a capacidade dos funcionários das prisões, na área da gestão, direitos humanos, segurança e reabilitação social

### **Indicadores de Resultado Específico**

- Directores e supervisores de todas as prisões formados em gestão de prisões
- Redução no número de detidos evadidos
- Todos os guardas prisionais formados em reabilitação social
- Redução no número de queixas sobre violações de direitos humanos nas prisões

### **Recursos**

- Perito internacional para desenvolver opções comparativas ao longo de 12 meses
- Equipamento e material de apoio
- Perito internacional para formar directores e supervisores em gestão e supervisão de prisões
- Perito internacional para formar funcionários administrativos das prisões caso tal seja necessário
- Visitas a duas instituições semelhantes no estrangeiro

### **Actividades**

4.3.1: Preparar materiais de formação e conduzir cursos de formação no estrangeiro para guardas prisionais em colaboração com o CFJ e com a academia de polícia, desenvolvendo igualmente acções nos campos da segurança, gestão, direitos humanos e reabilitação social.

4.3.2: Conduzir cursos de formação em gestão de prisões para os directores e supervisores de prisões

4.3.3: Formar os funcionários administrativos e desenvolver procedimentos e guias administrativos para aprovação do MJ

4.3.4: Desenvolver e implementar uma estratégia de tecnologia com incidência em processos de apoio, destinada a recolher electronicamente dados sobre os prisioneiros. A concepção do sistema deve ser feita em coordenação com outros sistemas de TI da justiça, sendo supervisionada pelos serviços centrais de TI do sector da justiça.

4.3.5: Conduzir formação sobre princípios, práticas e aplicações relativamente a dados sobre prisioneiros.

4.3.6: Facilitar a visita do director dos serviços prisionais de modo a estudar duas instituições semelhantes no estrangeiro.

**Resultado Específico 4.4:** Formação vocacional e oportunidades educativas para os prisioneiros, tais como alfabetização em tetum, com vista a uma eventual reintegração na sociedade.

#### **Indicadores de Resultado Específico**

- Estabelecimento de formação vocacional e de programa de trabalho para os detidos
- Ensino primário a decorrer
- Detidos formados e a trabalhar
- Aumento da taxa de alfabetização entre os detidos

#### **Recursos**

- Consultor a curto prazo sobre formação vocacional
- Equipamento para formação vocacional

#### **Actividades**

4.4.1: Desenvolver um programa de trabalho e de formação vocacional para os detidos

4.4.2: Aproveisionar maquinaria para programas de formação, tais como carpintaria, costura e soldadura

4.4.3: Oferecer serviços tais como de lavandaria e de padaria

4.4.4: Facilitar o ensino primário para detidos através de professores locais

4.4.5: Conduzir formação em auto-controlo, em especial para aqueles detidos por violência doméstica

**Resultado Específico 4.5:** Meios e programas para jovens transgressores com vista a facilitar a sua reintegração na sociedade. Isto deve ser feito em colaboração estreita com a UNICEF

#### **Indicadores de Resultado Específico**

- Decréscimo do número de jovens transgressores reincidentes em 75%
- Instalações para jovens transgressores respeitando padrões mínimos de qualidade

## **Recursos**

- Coordenação das iniciativas existentes com peritos presentes no país
- Apoio em termos de infra-estruturas

## **Actividades**

4.5.1: Apoio a estratégias para facilitar a reintegração social de jovens transgressores, incluindo formação vocacional, educação e apoio psicológico

4.5.2: Caso tal seja aplicável e no melhor interesse das crianças, apoio à construção de um local separado para os jovens transgressores.

**Resultado Específico 4.6:** Infra-estruturas prisionais fundamentais reabilitadas ou construídas

## **Indicadores de Resultado Específico**

- As instalações prisionais respeitando os padrões mínimos em termos de segurança e de direitos humanos

## **Recursos**

- Apoio no que toca às infra-estruturas

## **Actividades**

4.6.1: Reconstrução da prisão de Becora

4.6.2: Construção de vedação de segurança em Gleno

4.6.3: Construção de centro para detenções preventivas em Suai

## **B. MAGISTRATURA – Conselho Superior da Magistratura, Tribunal de Recurso e Tribunais de Distrito<sup>33</sup>**

**Resultado Geral 1:** Melhoria na prestação de serviços judiciais de acordo com o direito aplicável e em conformidade com os padrões internacionais de direitos humanos, juntamente com o aumento da confiança do público no sistema judicial.

### **Indicadores de Resultado:**

- Eliminação de decisões ilegais
- Redução nas detenções preventivas
- Aumento do acesso ao sistema formal de justiça por parte de pessoas residentes em áreas remotas
- Redução no número de processos em atraso
- Aumento das qualificações e dos conhecimentos dos juízes
- Aplicação harmonizada de regras e procedimentos nos tribunais
- Aumento das taxas de aprovação do público

**Resultado Específico 1.1:** Conselho Superior e Tribunal de Recurso totalmente operacionais e a desempenhar as suas funções tais como estão prescritas pela Constituição e pelo direito relevante.

### **Indicadores de Resultado Específico**

- Estatutos dos Magistrados Judiciais implementados
- Secretariado do Conselho Superior estabelecido e a funcionar
- Mentor de Conservador / Administrador de Tribunal em funções
- Sistema abrangente de gestão de processos estabelecido
- Conservadores de todos os tribunais formados
- Aumento da competência dos juízes e dos funcionários do Tribunal de Recurso
- Estratégia de TI desenvolvida e implementada no Tribunal
- Sistemas de troca de informações e de elaboração de estatísticas fiáveis
- Aumento da competência do Juiz Secretário do CSM
- Estabelecimento da Unidade de Gestão Financeira dos Tribunais

### **Recursos**

- Quatro Juízes Internacionais para prestarem assistência técnica durante ano e meio, divididos entre o Conselho Superior da Magistratura e o Tribunal de Recurso (partilhado com o resultado específico 1.2)

---

<sup>33</sup> Oportunidades de parcerias: O PNUD pode considerar cooperar com a OIT no que toca à formação de administradores de tribunal e de conservadores e para a formação de juízes, sujeito à aprovação por parte do CSJ. O PNUD irá igualmente coordenar com a UNICEF no que diz respeito a iniciativas de capacitação para Juízes em relação à justiça para menores.

- Assessor internacional financeiro e de gestão durante 6 meses, a ser partilhado pelos tribunais e pelo ministério público
- Ligação a uma instituição semelhante no estrangeiro para o juiz secretário do CSM
- Mentor internacional de oficiais de justiça no Tribunal de Recurso durante 12 meses, após a conclusão do mandato da UNMISSET
- Equipamento e Materiais de TI
- Formação em TI

## **Actividades**

1.1.1: Pareceres técnicos relativos à operacionalização das provisões dos Estatutos dos Magistrados Judiciais, incluindo procedimentos no que toca à nomeação, inspecção e promoção.

1.1.2: Estudo comparativo do funcionamento de órgãos semelhantes em jurisdições de direito civil e consuetudinário

1.1.3: Estabelecer e racionalizar o funcionamento da secretaria do Conselho Superior

1.1.4: Desenvolver um sistema de gestão de casos e formar o conservador do Tribunal de Recurso

1.1.5: Equipar a secretaria do Conselho Superior do edifício do Tribunal de Relação

1.1.6: Facilitar uma ligação para o juiz secretário do CSM numa instituição semelhante no estrangeiro

1.1.7: Identificar um ponto focal de TI no seio do Tribunal de Recurso para fomentar a tecnologia e servir como ponto de contacto principal para o grupo central de TI.

1.1.8: Estabelecer uma rede de área local (LAN) no tribunal. Esta será uma rede de servidor para clientes, com backup.

1.1.9: Compilar materiais de formação sobre princípios, práticas e aplicações de gestão de casos, em colaboração com o Centro de Formação Judiciária.

1.1.10: Estabelecer a unidade de gestão financeira do Conselho Superior e dos tribunais

1.1.11: Assistir a capacitação dos oficiais de justiça em termos de gestão financeira e administrativa no sistema de tribunais

**Resultado Específico 1.2:** Estrutura institucional dos tribunais de distrito racionalizada, gestão uniformizada, administração melhorada e um ambiente propício a melhorias nos sistemas e procedimentos judiciais e ao ensino contínuo estabelecido no seio do CFJ, Tribunais de Distrito e Tribunal de Recurso

### **Indicadores de Resultado Específico**

- Esquema de horas extraordinárias para juízes de investigação em uso
- Ponto focal de TI identificado e a trabalhar
- Administradores de tribunal formados
- Programa de formação para futuros magistrados judiciais interinos definido e aprovado
- Curso de formação para os funcionários dos tribunais realizado
- Legislação essencial traduzida
- Discussões em Mesa Redonda
- Princípios de gestão de casos harmonizados e em uso
- Funcionários e juízes formados em TI
- Estratégia de tecnologia implementada nos tribunais
- Sistema de gestão de casos estabelecido e conservadores de tribunais de distrito formados
- Textos legais base fornecidos

### **Recursos**

- Quatro juízes internacionais<sup>34</sup>
- Mentor internacional de oficiais de justiça para os tribunais de distrito, após a conclusão do mandato da UNMISSET
- Equipamento e formação de TI
- Reuniões em mesa redonda
- Textos legais
- Tradução de textos legais
- Intérpretes e tradutores nacionais

### **Actividades**

1.2.1: Desenvolver e aplicar um plano organizacional para uma administração de tribunais uniformizada.

1.2.2: Preparar um programa de formação para juízes e funcionários de tribunal actuais e futuros sob a direcção do CSM e em colaboração com o CFJ<sup>35</sup>

1.2.3: Identificar um ponto focal de TI no seio do tribunal de distrito para fomentar a tecnologia e servir como ponto de contacto principal para o grupo central de TI.

1.2.4: Levar a cabo uma avaliação de viabilidade no que toca ao estabelecimento de uma rede de área local (LAN) nos tribunais, junto com submissão de recomendações ao CSM

1.2.5: Desenvolver e implementar uma estratégia de tecnologia com incidência em apoiar processos, recolha electrónica de dados e armazenamento centralizado num sistema de gestão de casos.<sup>36</sup>

---

<sup>34</sup> Caso pedido pelo CSJ e sujeito a selecção do CSJ

<sup>35</sup> Orçamentado sob componente do CFJ

1.2.6: Quando tal for apropriado, integrar formulários uniformes no sistema de gestão de casos.

1.2.7: Compilar material de formação sobre princípios, práticas e aplicações de gestão de casos.

1.2.8: Conduzir formação ao utilizador sobre princípios, práticas e aplicações de gestão de casos

1.2.9: Formar administradores e juizes em gestão de casos através do CFJ, usando os juizes e os mentores como instrutores e como recursos para desenvolver um plano de formação harmonizado e consistente

1.2.10: Organização de discussões trimestrais em mesa redonda para todo o sistema judiciário, presididas pelo Presidente do Conselho Superior da Magistratura, em relação a novas leis, a questões emergentes e a atrasos na administração da justiça, tais como no que diz respeito às detenções preventivas, administração de tribunais e acesso atempado à informação

1.2.11: Estabelecer um centro de investigação judicial no Centro de Formação Judiciária<sup>37</sup>

1.2.12: Providenciar textos legais base aos quatro tribunais de distrito

1.2.13: Desenvolver intranet para distribuição de informações legais recolhidas e para partilha de ideias. Assim que estiver estabelecida, a intranet, ela ficará disponível para servir outros sectores no sistema da justiça

1.2.14: Rever os Regulamentos da UNTAET no que toca à administração de tribunais sob a orientação do Conselho Superior da Magistratura e à colaboração de magistrados judiciais e oficiais de justiça de tribunais.

1.2.15: Desenvolver um grupo estratégico de intérpretes e tradutores altamente qualificados para prestar serviço ao tribunal<sup>38</sup>

---

<sup>36</sup> Esta actividade tem de ser feita garantindo que as questões de confidencialidade são devidamente tratadas

<sup>37</sup> Orçamentado sob o componente do CFJ

<sup>38</sup> A ser parte distinta do grupo de tradutores / intérpretes de sector e com formação específica

## **C. MINISTÉRIO PÚBLICO<sup>39</sup>**

**Resultado Geral 1:** Ministério Público fortalecido de modo a desempenhar o seu mandato constitucional, cumprir os requisitos da sua lei orgânica e facilitar o acesso à justiça

### **Indicadores de Resultado:**

- Uma lei orgânica para os Procuradores que cubra a carreira e a administração organizacional de gabinetes, defina papéis e responsabilidades bem como padrões profissionais, ética e mecanismos internos de responsabilidade implementados e disseminados através das comunidades;
- Ministério Público fortalecido e em permanente coordenação com os seus órgãos legais internos;
- Mecanismos e procedimentos eficazes para coordenação com outras agências do sector da justiça, tais como a polícia e os tribunais institucionalizados;
- Redução nos atrasos na definição de acusações;
- Redução no número de detidos preventivos ilegais;
- Todos os procuradores plenamente conscientes e a respeitar os padrões legais nacionais e internacionais aplicáveis a procuradores no exercício das suas funções;
- Melhoria das qualificações e dos conhecimentos dos procuradores, em especial no que diz respeito a questões relativas aos direitos humanos e ao género.

**Resultado Específico 1.1:** Conselho Superior do Ministério Público totalmente operacional e a desempenhar as suas funções da forma prescrita pela lei orgânica e pelo seu mandato constitucional.

### **Indicadores de Resultado Específico**

- Secretaria do Conselho Superior estabelecida e totalmente funcional
- Supervisão regular e sistemática dos procuradores de distrito por parte do Conselho Superior e da Procuradoria Geral

### **Recursos**

- Assessor Técnico Principal a trabalhar com o Conselho Superior e com o Procurador Geral por 12 meses<sup>40</sup>
- Ligação com instituição semelhante no estrangeiro para o Secretário Procurador do CSMP
- Equipamento para a secretaria do Conselho Superior

---

<sup>39</sup> Oportunidades de parcerias: o PNUD irá coordenar com a UNICEF no que toca a iniciativas de capacitação para os procuradores em termos de justiça de menores.

<sup>40</sup> De momento encontra-se a trabalhar um assessor financiado pela UNMISSET.



## **Actividades**

1.1.1: Pareceres técnicos sobre operacionalização das provisões da Lei Orgânica de Procuradores, incluindo procedimentos de nomeação, inspecção e promoção.

1.1.2: Estabelecer e racionalizar as operações da secretaria do Conselho Superior

1.1.3: Equipar o gabinete da secretaria do Conselho Superior

1.1.4: Arranjar uma ligação para o Procurador Secretário do CSMP em instituições gémeas

**Resultado Específico 1.2:** Um sistema de planeamento e gestão eficaz desenvolvido para o serviço do Ministério Público

## **Indicadores de Resultado Específico**

- Processos estabelecidos para uma disseminação eficiente de informações
- Processos estabelecidos para participação dentro do Ministério Público
- Organismos internos a trabalhar como um todo
- Procedimentos claros estabelecidos e serviços do Ministério Público a funcionar de uma forma responsável e transparente
- Eficiência na gestão a contribuir para a redução do número de processos em atraso
- Planos de unidade desenvolvidos e ligados aos PAAs
- Estabelecimento de um sistema estatístico fiável
- Estabelecimento de Unidade de Gestão Financeira para os Procuradores

## **Recursos**

- Assessor Internacional Financeiro e de Gestão para 12 meses (partilhado com os tribunais)
- Sessões de trabalho
- Dois a quatro procuradores internacionais em funções operacionais por um ano<sup>41</sup>
- Especialistas existentes a nível nacional, em termos de procuradores nacionais e internacionais e assessores da UNMISSET

## **Actividades**

1.2.1: Dotar os procuradores com a documentação e materiais legais no que toca ao direito criminal comparativo e aos padrões internacionais.

1.2.2: Condução de discussões sobre a lei orgânica com todos os agentes no seio do Ministério Público, garantindo clareza em relação aos papeis e etc.

---

<sup>41</sup> O Conselho Superior pode solicitar assistência individual e pareceres legais a procuradores através do uso de procuradores internacionais.

1.2.3 Levar a cabo avaliações periódicas das necessidades e progresso de aprendizagem no que toca ao Ministério Público.

1.2.4: Organizar uma sessão de trabalho com as partes interessadas (policia, unidade de direitos humanos, juizes, etc.) para disseminar informações em relação à lei orgânica.

1.2.5: Estabelecer uma estratégia para disseminar, nas comunidades, informações sobre o direito.

1.2.6: Levar a cabo sessões de trabalho internas no seio do Ministério Público todos os anos para discutir experiências, definir prioridades de capacitação institucional e elaborar um plano de trabalho e aprendizagem para o gabinete

1.2.7: Institucionalização de reuniões periódicas entre todos os organismos internos: Conselho Superior do Ministério Público, Procuradori Geral, Gabinete de Procuradoria para Crimes Comuns, Gabinete de Procuradoria para Assuntos Cíveis, Gabinetes de Procuradoria a Nível de Distrito.

1.2.8: Prestar formação em gestão e administração financeira.

1.2.9: Redigir um plano de gestão a 5 anos de acordo com a lei orgânica, levando em conta os recursos humanos existentes, o apoio orçamental e a assistência dos parceiros de desenvolvimento. Este plano deve estar ligado ao plano de acção estratégico do sector da justiça.

1.2.10: Ajudar no desenvolvimento de Planos de Acção Anuais por parte da Procuradoria Geral.

1.2.11: Ajudar na elaboração de planos de unidade de acordo com o plano de gestão e com os Planos de Acção Anuais.

1.2.12: Estabelecer a Unidade de Gestão Financeira do Conselho Superior da Procuradoria

1.2.13: Ajudar na capacitação dos funcionários em termos de gestão administrativa e financeira.

**Resultado Específico 1.3:** Fortalecer a capacidade da Procuradoria Geral<sup>42</sup> para processar de forma eficaz processos cíveis e criminais.

#### **Indicadores de Resultado Específico**

- Oficial de ligação PNTL / UNPol estabelecido
- Programa de formação definido
- Sistema de gestão de processos em uso

---

<sup>42</sup> Isto irá incluir todos os procuradores a nível de distrito e a nível nacional a trabalharem em processos cíveis e em processos criminais.

- Livro de registo legal em uso
- Procuradores e funcionários formados
- Estratégia de tecnologia implementada
- Aumento da competência dos procuradores em processos civis e criminais
- Redução do número de processos em atraso

### **Recursos:**

- Assessor aos procuradores para implementação de processos normais civis e criminais
- Hardware e software informático (pode incluir servidor, router, fonte de alimentação contínua e backup de hardware e software)
- Formação em TI
- Programas de formação para procuradores com a possível cooperação de jurisdições de direito civil
- Parceria com a UNFPA e com o Gabinete para a Promoção da Igualdade, em especial na área da violência doméstica
- Parceria com a UNICEF em relação à justiça de menores

### **Actividades**

1.3.1: Ajudar a estabelecer procedimentos padrão para investigações em colaboração com a polícia de investigação, de acordo com os direitos humanos.

1.3.2: Criar um gabinete de ligação (PNTL e UNPol e Direitos Humanos) dentro da Procuradoria Geral e do MJ.

1.3.3: Apoiar a formação entre polícia e procuradores no que toca a assuntos criminais específicos, bem como a questões do género e de direitos humanos;

1.3.4: Ajudar a estabelecer um sistema uniforme, simples e sustentável de gestão de casos / procedimentos legais a serem usados por todos os procuradores a nível nacional e dos distritos, delineando claramente os deveres e as funções.

1.3.5: Desenvolver formulários uniformes legais e administrativos a usar pelos procuradores (como sejam pedidos para mandados, pedidos para procedimentos complementares, etc.).

1.3.6: Compilar material de formação sobre princípios e práticas de gestão de casos, levando a cabo as acções de formação necessárias.

1.3.7: Ajudar o Conselho Superior do Ministério Público e a Procuradoria Geral a desenvolverem um programa de formação abrangente (substância e metodologia) com a devida consideração ao papel do CFJ.

1.3.8: Formação de procuradores em gestão de casos através do CFJ, utilizando recursos existentes no país<sup>43</sup> conforme necessário para desenvolver um plano de formação. Prestar igualmente a formação necessária a polícias e a juizes do ponto de vista dos procuradores.

1.3.9: Reuniões trimestrais em mesa redonda presididas pelo Presidente do Conselho Superior do Ministério Público sobre novas leis, questões emergentes e atrasos na administração da justiça.

1.3.10: Providenciar serviços de tradução e de interpretação através do grupo de apoio para o Ministério Público.

1.3.11: Ajudar na identificação e reabilitação de um novo edifício para alojar os gabinetes dos procuradores de distrito, garantindo espaço suficiente para os gabinetes, bem como uma sala de reuniões privada e salas seguras para o armazenamento em segurança de provas, dependendo da afectação orçamental. O edifício deve estar perto dos tribunais de distrito.

1.3.12: Providenciar textos legais base aos quatro tribunais de distrito

1.3.13: Identificar um ponto focal de TI no seio da procuradoria geral para fomentar a tecnologia dentro do grupo e servir como ponto de contacto principal para o grupo central de TI, o qual irá prestar formação ao utilizador em princípios, práticas e aplicações de gestão de casos.

1.3.14: Estabelecer uma rede de área local (LAN) no gabinete da procuradoria, dependendo da capacidade e sustentabilidade dos gabinetes, mantendo igualmente cópias em papel. Esta será uma rede de servidor para clientes, com backup.

1.3.15: Desenvolver e implementar uma estratégia de tecnologia para, a um nível apropriado, apoiar processos, recolher electronicamente dados sobre processos (mantendo ao mesmo tempo cópias em papel) e armazenar dados centralmente num sistema de gestão de casos. A concepção do sistema deve ser feita em coordenação com outros sistemas de TI da justiça e de acordo com a sustentabilidade e capacidade institucional, supervisionada pelos recursos de TI do sector central da justiça, tendo sempre em mente a questão da confidencialidade.

---

<sup>43</sup> Isto não exclui o uso de recursos externos.

### **III. CONTEXTO LEGAL**

Este documento será o instrumento referido como tal no Artigo 1 dos Procedimentos Básicos do Acordo de Assistência (Standard Basic Assistance Agreement) entre o Governo da República Democrática de Timor-Leste e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, assinado a 20 de Maio de 2002. A agência implementadora do país de acolhimento fará, para os objectivos dos Procedimentos Básicos do Acordo de Assistência, referência à agência de cooperação governamental descrita no Acordo. Depois de assinados pelo Representante Residente do PNUD e apenas depois de ele(a) se assegurar de que os outros signatários do documento não têm objecções, podem ser efectuados os seguintes tipos de revisões a este documento de projecto:

- a) Revisões ou aditamentos em anexos do Documento do Projecto;
- b) Revisões que não envolvam mudanças significativas nos objectivos imediatos, resultados ou actividades de um projecto mas que provenham pela reformulação de resultados já acordados ou pelo aumento dos custos devido à inflação;
- c) Revisões anuais obrigatórias que alterem a implementação dos resultados acordados devido ao aumento de especialistas ou outros custos provenientes da inflação ou que tenham em conta a flexibilidade da agência relativamente aos respectivos gastos.

## IV. ORÇAMENTO

### A. ORÇAMENTO TOTAL DO PROJECTO

#### Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

TIM/00/007 - Projecto da Justiça

Orçamento

Principal Fonte de Fundos: 01 - UNDP-IPF / TRAC - (Trac 1.1.1 & 1

Agência Executora: PNUD – Execução Directa

Sbln	Descrição	Implementação	Fundos	Total	2003	2004	2005	2006
<b>010</b>	<b>PESSOAL</b>							
<b>011</b>	<b>Consultores Internacionais</b>							
011.01	Conselheiro Principal Justiça	PNUD	Montante Líq	126,000		42,000	42,000	42,000
			Total	126,000		42,000	42,000	42,000
011.02	Assessor Principal MJ	PNUD	Montante Líq	288,000	36,000	96,000	96,000	60,000
			Total	288,000	36,000	96,000	96,000	60,000
011.03	Director Tecnológico MJ	PNUD	Montante Líq	152,000		77,000	75,000	
			Total	152,000		77,000	75,000	
011.04	Formador em Finanças e Administ	PNUD	Montante Líq	30,000		15,000	15,000	
			Total	30,000		15,000	15,000	
011.05	Assessor Institucional DP	PNUD	Montante Líq	90,000		45,000	45,000	
			Total	90,000		45,000	45,000	
011.06	Consultor Internacional IEC DP	PNUD	Montante Líq	15,000		15,000		
			Total	15,000		15,000		
011.07	Espec Int Opç Comparativas Pris	PNUD	Montante Líq	15,000		15,000		
			Total	15,000		15,000		
011.08	Formador Internacional Guardas Pris	PNUD	Montante Líq	90,000	20,000	60,000	10,000	
			Total	90,000	20,000	60,000	10,000	

*Anexo 19 ao Pacote do Programa do PNUD de Timor-Leste*  
*Fortalecimento do Sistema da Justiça*

011.09	Formador Intl Directores Prisões	PNUD	Montante Líq	30,000		30,000	
			Total	30,000		30,000	
011.10	Formador Intl em Administração	PNUD	Montante Líq	15,000		15,000	
			Total	15,000		15,000	
011.11	Espec Formação vocacional Prisões	PNUD	Montante Líq	15,000	5,000	10,000	
			Total	15,000	5,000	10,000	
011.12	Espec Detenções Preventivas	PNUD	Montante Líq	15,000		15,000	
			Total	15,000		15,000	
011.13	Espec Curriculum e Formação JTC	PNUD	Montante Líq	15,000		15,000	
			Total	15,000		15,000	
011.14	Espec em Pesquisa Legal JTC	PNUD	Montante Líq	15,000		15,000	
			Total	15,000		15,000	
011.15	Mentor Oficiais Justiça Trib Rec	PNUD	Montante Líq	60,000		30,000	30,000
			Total	60,000		30,000	30,000
011.16	Mentor Oficiais Justiça Judiciário	PNUD	Montante Líq	60,000		30,000	30,000
			Total	60,000		30,000	30,000
011.18	Assessor Técnico Principal Proc	PNUD	Montante Líq	120,000		70,000	50,000
			Total	120,000		70,000	50,000
011.19	Assessor Proc Standard Proc	PNUD	Montante Líq	30,000		30,000	
			Total	30,000		30,000	
011.20	Formador em Fin, gest. e Adm	PNUD	Montante Líq	30,000		30,000	
			Total	30,000		30,000	
011.21	Juíz Internacional I	PNUD	Montante Líq	80,480	8,540	39,240	32,700
			Total	80,480	8,540	39,240	32,700
011.22	Juíz Internacional II	PNUD	Montante Líq	57,590		41,240	16,350
			Total	57,590		41,240	16,350
011.23	Juíz Internacional III	PNUD	Montante Líq	41,240		33,065	8,175
			Total	41,240		33,065	8,175
011.24	Juíz Internacional IV	PNUD	Montante Líq	41,240			21,620
			Total	41,240			21,620

*Anexo 19 ao Pacote do Programa do PNUD de Timor-Leste*  
*Fortalecimento do Sistema da Justiça*

011.25	Procurador Internacional Sombra I	PNUD	Montante Líq	41,240	5,270	35,970		
			Total	41,240	5,270	35,970		
011.26	Procurador Internacional Sombra II	PNUD	Montante Líq	41,240		41,240		
			Total	41,240		41,240		
011.27	Procurador Internacional Sombra III	PNUD	Montante Líq	41,240		21,620	19,620	
			Total	41,240		21,620	19,620	
011.28	Gestor de Projecto	PNUD	Montante Líq	13,500	13,500			
			Total	13,500	13,500			
<b>011.99</b>	Total de Linha	-----	Montante Líq	1,568,770	88,310	867,375	491,465	121,620
			Total	1,568,770	88,310	867,375	491,465	121,620
<b>013</b>	Apoio Administrativo							
013.01	Coordenador Nacional de Projecto	PNUD	Montante Líq	36,000		12,000	12,000	12,000
			Total	36,000		12,000	12,000	12,000
013.02	Assistente Nacional de Projecto	PNUD	Montante Líq	3,000	3,000			
			Total	3,000	3,000			
<b>013.99</b>	Total de Linha	-----	Montante Líq	39,000	3,000	12,000	12,000	12,000
			Total	39,000	3,000	12,000	12,000	12,000
<b>014</b>	Voluntários NU							
014.01	Especialista TI I	PNUD	Montante Líq	50,400		46,200	4,200	
			Total	50,400		46,200	4,200	
014.02	Especialista TI II	PNUD	Montante Líq	50,400		25,200	25,200	
			Total	50,400		25,200	25,200	
014.03	Especialista TI III	PNUD	Montante Líq	50,400		25,200	25,200	
			Total	50,400		25,200	25,200	
014.04	Especialista TI IV	PNUD	Montante Líq	50,400		12,600	37,800	
			Total	50,400		12,600	37,800	
<b>014.99</b>	Total de Linha	-----	Montante Líq	201,600		113,400	88,200	
			Total	201,600		113,400	88,200	
<b>017</b>	Consultores Nacionais							
017.01	Grupo Trad e Interpretes nacionais	PNUD	Montante Líq	258,000	22,800	134,400	100,800	



Anexo 19 ao Pacote do Programa do PNUD de Timor-Leste  
Fortalecimento do Sistema da Justiça

			Total	258,000	22,800	134,400	100,800	
017.02	Formandos da Unidade Cr Graves	PNUD	Montante Líq	40,500	17,500	23,000		
			Total	40,500	17,500	23,000		
<b>017.99</b>	Total de Linha	-----	Montante Líq	298,500	40,300	157,400	100,800	
			Total	298,500	40,300	157,400	100,800	
<b>019</b>	TOTAL PESSOAL PROJECTO	-----	Montante Líq	2,107,870	131,610	1,150,175	692,465	133,620
			Total	2,107,870	131,610	1,150,175	692,465	133,620
<b>020</b>	CONTRATOS							
<b>021</b>	Contrato A							
021.01	Curso de formação para Paralegais	PNUD	Montante Líq	223,230		170,000	53,230	
			Total	223,230		170,000	53,230	
021.02	Componente Defensores Públicos	PNUD	Montante Líq	120,100	40,640	79,460		
			Total	120,100	40,640	79,460		
021.03	Auditoria	PNUD	Montante Líq	9,000		3,000	3,000	3,000
			Total	9,000		3,000	3,000	3,000
<b>021.99</b>	Total de Linha	-----	Montante Líq	352,330	40,640	252,460	56,230	3,000
			Total	352,330	40,640	252,460	56,230	3,000
<b>024</b>	Contrato D							
024.01	Reabilitação Becora	PNUD	Montante Líq	50,000	50,000			
			Total	50,000	50,000			
024.02	Reabilitação Suai	PNUD	Montante Líq	20,000		20,000		
			Total	20,000		20,000		
024.03	Reabilitação Gleno	PNUD	Montante Líq	10,000		10,000		
			Total	10,000		10,000		
024.04	Justiça Juvenil	PNUD	Montante Líq	50,000	10,000	40,000		
			Total	50,000	10,000	40,000		
<b>024.99</b>	Total de Linha	-----	Montante Líq	130,000	60,000	70,000		
			Total	130,000	60,000	70,000		
<b>029</b>	TOTAL SUBCONTRATOS	-----	Montante Líq	482,330	100,640	322,460	56,230	3,000
			Total	482,330	100,640	322,460	56,230	3,000

Anexo 19 ao Pacote do Programa do PNUD de Timor-Leste  
Fortalecimento do Sistema da Justiça

<b>030</b>	FORMAÇÃO							
<b>032</b>	Outra Formação							
032.01	Workshops e Acons Técnico MJ	PNUD	Montante Líq	20,000	5,000	10,000	5,000	
			Total	20,000	5,000	10,000	5,000	
032.02	Fora Internacional MJ	PNUD	Montante Líq	20,000		10,000	10,000	
			Total	20,000		10,000	10,000	
032.03	Workshops e Formação DP	PNUD	Montante Líq	25,000		15,000	10,000	
			Total	25,000		15,000	10,000	
032.04	Visita inst similares, Workshop Pris	PNUD	Montante Líq	20,000		10,000	10,000	
			Total	20,000		10,000	10,000	
032.05	Visita inst similares, formação JTC	PNUD	Montante Líq	65,000	2,000	30,000	20,000	13,000
			Total	65,000	2,000	30,000	20,000	13,000
032.06	Visitas estudo, estágios, form, Jud.	PNUD	Montante Líq	30,000		15,000	10,000	5,000
			Total	30,000		15,000	10,000	5,000
032.07	Workshop e formação Proc	PNUD	Montante Líq	55,000	2,000	38,000	15,000	
			Total	55,000	2,000	38,000	15,000	
032.08	Biblioteca no CFJ	PNUD	Montante Líq	15,000		5,000	5,000	5,000
			Total	15,000		5,000	5,000	5,000
032.09	Workshops Justiça Juvenil	PNUD	Montante Líq	20,000		10,000	10,000	
			Total	20,000		10,000	10,000	
032.10	Formação Vocacional	PNUD	Montante Líq	25,000		10,000	15,000	
			Total	25,000		10,000	15,000	
<b>032.99</b>	Total de Linha	-----	Montante Líq	295,000	9,000	153,000	110,000	23,000
			Total	295,000	9,000	153,000	110,000	23,000
<b>039</b>	TOTAL FORMAÇÃO	-----	Montante Líq	295,000	9,000	153,000	110,000	23,000
			Total	295,000	9,000	153,000	110,000	23,000
<b>040</b>	EQUIPAMENTO							
<b>045</b>	Equipamento							
045.01	Equipamento para MJ	PNUD	Montante Líq	20,000		10,000	5,000	5,000
			Total	20,000		10,000	5,000	5,000

*Anexo 19 ao Pacote do Programa do PNUD de Timor-Leste*  
*Fortalecimento do Sistema da Justiça*

045.02	Equipamento para DP	PNUD	Montante Líq	20,000	5,000	10,000	5,000
			Total	20,000	5,000	10,000	5,000
045.03	Equipamento Vocacional para Pris	PNUD	Montante Líq	40,000	20,000	20,000	
			Total	40,000	20,000	20,000	
045.04	Equipamento CFJ	PNUD	Montante Líq	15,000	9,000	3,000	3,000
			Total	15,000	9,000	3,000	3,000
045.05	Equipamento para o Judiciário	PNUD	Montante Líq	15,000	5,000	5,000	5,000
			Total	15,000	5,000	5,000	5,000
045.06	Equipamento para os Procuradores	PNUD	Montante Líq	20,000	10,000	5,000	5,000
			Total	20,000	10,000	5,000	5,000
045.07	Equipamento para as Prisões	PNUD	Montante Líq	20,000	10,000	5,000	5,000
			Total	20,000	10,000	5,000	5,000
045.08	Equipamento para a Equipa de TI	PNUD	Montante Líq	18,300	18,300		
			Total	18,300	18,300		
<b>045.99</b>	Total de Linha	-----	Montante Líq	168,300	87,300	53,000	28,000
			Total	168,300	87,300	53,000	28,000
<b>049</b>	TOTAL EQUIPAMENTO	-----	Montante Líq	168,300	87,300	53,000	28,000
			Total	168,300	87,300	53,000	28,000
<b>050</b>	MISCELÂNEO						
<b>052</b>	Custos de Relatório						
052.01	Relatórios e Traduções	PNUD	Montante Líq	20,000	10,000	10,000	
			Total	20,000	10,000	10,000	
052.02	Traduções de Documentos Legais	PNUD	Montante Líq	30,000	15,000	15,000	
			Total	30,000	15,000	15,000	
052.03	Informação Pública	PNUD	Montante Líq	1,500	500	500	500
			Total	1,500	500	500	500
<b>052.99</b>	Total de Linha	-----	Montante Líq	51,500	25,500	25,500	500
			Total	51,500	25,500	25,500	500
<b>053</b>	Diversos						
053.01	Unidade de Gestão do Projecto	PNUD	Montante Líq	15,000	5,000	10,000	

*Anexo 19 ao Pacote do Programa do PNUD de Timor-Leste*  
*Fortalecimento do Sistema da Justiça*

			Total	15,000	5,000	10,000		
<b>053.99</b>	Total de Linha	-----	Montante Líq	15,000	5,000	10,000		
			Total	15,000	5,000	10,000		
<b>059</b>	TOTAL MISCEIÂNEO	-----	Montante Líq	66,500	5,000	35,500	25,500	500
			Total	66,500	5,000	35,500	25,500	500
<b>099</b>	ORÇAMENTO TOTAL	-----	Montante Líq	3,120,000	246,250	1,748,435	937,195	188,120
			Total	3,120,000	246,250	1,748,435	937,195	188,120

## NOTAS SOBRE O ORÇAMENTO

BL 11.01 Conselheiro Principal Justiça	Virá duas vezes por ano por um período de dois meses. \$10,000/mês mais \$2000 viagem
BL 11.02 Assessor Principal	Trabalhará durante a vida do projecto \$8,000/mês. Trabalhará 4,5 meses em 2003 mais viagem
BL 11.03 Director Tecnológico	Começará a trabalhar nos princípios de 2004 com \$6,250/mês e em 2003 mais \$2,000 de viagem
BL 11.04 Formador em Finanças e Administ	Trabalhará por seis meses nos finais de 2004 princípios de 2005 com \$5,000/mês
BL 11.05 Assessor Institucional DP	Trabalhará por um ano com \$7,500/mês depois do assessor da UNMISSET sair
BL 11.06 Consultor Internacional IEC DP	Curto Prazo
BL 11.07 Espec Int Opç Comparativas Pris	Curto Prazo
BL 11.08 Formador Internacional Guardas Pris	Trabalhará durante 4 meses em 2003 num total de 18 meses. Salário será de \$5,000/mês
BL 11.09 Formador Intl Directores Prisões	\$5,000/mês por 6 meses em 2004
BL 11.10 Formador Intl em Administração	Curto Prazo
BL 11.11 Espec Formação vocacional Prisões	Curto Prazo. Começará nos finais deste ano por um período de 3 meses
BL 11.12 Espec Detenções Preventivas	Curto Prazo
BL 11.13 Espec Curriculum e Formação JTC	Curto Prazo
BL 11.14 Espec em Pesquisa Legal JTC	Curto Prazo
BL 11.15 Mentor Oficiais Justiça Trib Rec	Trabalhará por um ano depois da UNMISSET sair. \$5,000/mês
BL 11.16 Mentor Oficiais Justiça Judiciário	Trabalhará por um ano depois da UNMISSET sair. \$5,000/mês
BL 11.18 Assessor Técnico Principal Proc	Trabalhará por um ano depois da UNMISSET sair. \$5,000/mês
BL 11.19 Assessor Proc Standard Proc	Seis meses em 2004 por \$5,000/mês
BL 11.20 Formador em Fin, gest. e Adm	Seis meses em 2004 por \$5,000/mês
BL 11.21 Juíz Internacional I	Através de destacamento receberá \$109/dia. Chegará em Novembro de 2003, mais \$2,000 viagem, por 2 anos
BL 11.22 Juíz Internacional II	Através de destacamento receberá \$109/dia. Chegará nos início de 2004 e trabalhará por 17 meses, mais \$2,000
BL 11.23 Juíz Internacional III	Através de destacamento receberá \$109/dia. Trabalhará por 12 meses (9,5 em 2004)
BL 11.24 Juíz Internacional IV	Através de destacamento receberá \$109/dia. Trabalhará por 12 meses, com início em meados de 2004
BL 11.25 Procurador Internacional Sombra I	Através de destacamento receberá \$109/dia. Trabalhará um mês em 2003 (mais \$2,000 viagem) e 11 meses em 2004
BL 11.26 Procurador Internacional Sombra II	Através de destacamento receberá \$109/dia. Trabalhará um ano em 2004
BL 11.27 Procurador Internacional Sombra III	Através de destacamento receberá \$109/dia. Trabalhará desde meados de 2003 a meados de 2004
BL14.01 Especialista TI I	UNV começará em Fevereiro de 2004 por um ano
BL 14.02 Especialista TI II	UNV trabalhará um ano desde meados de 2003 a meados de 2004
BL 14.03 Especialista TI III	UNV trabalhará um ano desde meados de 2003 a meados de 2004
BL 14.04 Especialista TI IV	UNV trabalhará três meses em 2004 e 9 meses em 2005
BL 17.01 Grupo Trad e Interpretes nacionais	Depois da formação trabalharão por uma ano e meio

## B. ORÇAMENTODE 1 DE AGOSTO DE 2003 A 31 JANEIRODE 2004

### Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

TIM/00/007 - Projecto da Justiça

Orçamento

Principal Fonte de Fundos: 01 - UNDP-IPF / TRAC - (Trac 1.1.1 & 1

Agência Executora: PNUD – Execução Directa

Sbln	Descrição	Implementação	Fundos	Total	2003	2004
<b>010</b>	PESSOAL					
<b>011</b>	Consultores Internacionais					
011.02	Assessor Principal MJ	PNUD	Montante Líq	42,000	34,000	8,000
			Total	42,000	34,000	8,000
011.03	Director Tecnológico MJ	PNUD	Montante Líq	8,250		8,250
			Total	8,250		8,250
011.08	Formador Internacional Guardas Pris	PNUD	Montante Líq	25,000	20,000	5,000
			Total	25,000	20,000	5,000
011.11	Espec Formação vocacional Prisões	PNUD	Montante Líq	10,000	5,000	5,000
			Total	10,000	5,000	5,000
011.21	Juíz Internacional I	PNUD	Montante Líq	9,810	6,540	3,270
			Total	9,810	6,540	3,270
011.22	Juíz Internacional II	PNUD	Montante Líq	5,270		5,270
			Total	5,270		5,270
011.25	Procurador Internacional Sombra I	PNUD	Montante Líq	6,540	3,270	3,270
			Total	6,540	3,270	3,270
011.26	Procurador Internacional Sombra II	PNUD	Montante Líq	5,270		5,270
			Total	5,270		5,270
011.28	Gestor de Projecto	PNUD	Montante Líq	13,500	13,500	
			Total	13,500	13,500	

Anexo 19 ao Pacote do Programa do PNUD de Timor-Leste  
Fortalecimento do Sistema da Justiça

<b>011.99</b>	Total de Linha	-----	Montante Liq	125,640	82,310	43,330
			Total	125,640	82,310	43,330
<b>013</b>	Apoio Administrativo					
013.01	Coordenador Nacional de Projecto	PNUD	Montante Liq	1,000		1,000
			Total	1,000		1,000
013.02	Assistente Nacional de Projecto	PNUD	Montante Liq	3,000	3,000	
			Total	3,000	3,000	
<b>013.99</b>	Total de Linha	-----	Montante Liq	4,000	3,000	1,000
			Total	4,000	3,000	1,000
<b>017</b>	Consultores Nacionais					
017.01	Grupo Trad e Interpretes nacionais	PNUD	Montante Liq	23,405	20,363	3,042
			Total	23,405	20,363	3,042
<b>017.99</b>	Total de Linha	-----	Montante Liq	23,405	20,363	3,042
			Total	23,405	20,363	3,042
<b>019</b>	TOTAL PESSOAL PROJECTO	-----	Montante Liq	153,045	105,673	47,372
			Total	153,045	105,673	47,372
<b>020</b>	CONTRATOS					
<b>021</b>	Contrato A					
021.02	Componente Defensores Públicos	PNUD	Montante Liq	40,640	40,640	
			Total	40,640	40,640	
<b>021.99</b>	Total de Linha	-----	Montante Liq	40,640	40,640	
			Total	40,640	40,640	
<b>029</b>	TOTAL SUBCONTRATOS	-----	Montante Liq	40,640	40,640	
			Total	40,640	40,640	
<b>030</b>	FORMAÇÃO					
<b>032</b>	Outra Formação					
032.01	Workshops e Acons Técnico MJ	PNUD	Montante Liq	8,000	8,000	
			Total	8,000	8,000	
032.05	Visita inst similares, formação JTC	PNUD	Montante Liq	2,000	2,000	
			Total	2,000	2,000	

*Anexo 19 ao Pacote do Programa do PNUD de Timor-Leste*  
*Fortalecimento do Sistema da Justiça*

032.07	Workshop e formação Proc	PNUD	Montante Liq	2,000	2,000	
			Total	2,000	2,000	
<b>032.99</b>	Total de Linha	-----	Montante Liq	12,000	12,000	
			Total	12,000	12,000	
<b>039</b>	TOTAL FORMAÇÃO	-----	Montante Liq	12,000	12,000	
			Total	12,000	12,000	
<b>050</b>	MISCELÂNEO					
<b>053</b>	Diversos					
053.01	Unidade de Gestão do Projecto	PNUD	Montante Liq	2,000	2,000	
			Total	2,000	2,000	
<b>053.99</b>	Total de Linha	-----	Montante Liq	2,000	2,000	
			Total	2,000	2,000	
<b>059</b>	TOTAL MISCELÂNEO	-----	Montante Liq	2,000	2,000	
			Total	2,000	2,000	
<b>090</b>	TAXA DE EXECUÇÃO					
<b>096</b>	Taxa de Execução Directa					
096.01	Taxa de Execução Directa	PNUD	Montante Liq	10,877	8,437	2,440
			Total	10,877	8,437	2,440
<b>096.99</b>	Total de Linha	-----	Montante Liq	10,877	8,437	2,440
			Total	10,877	8,437	2,440
<b>099</b>	ORÇAMENTO TOTAL	-----	Montante Liq	218,562	168,750	49,812
			Total	218,562	168,750	49,812



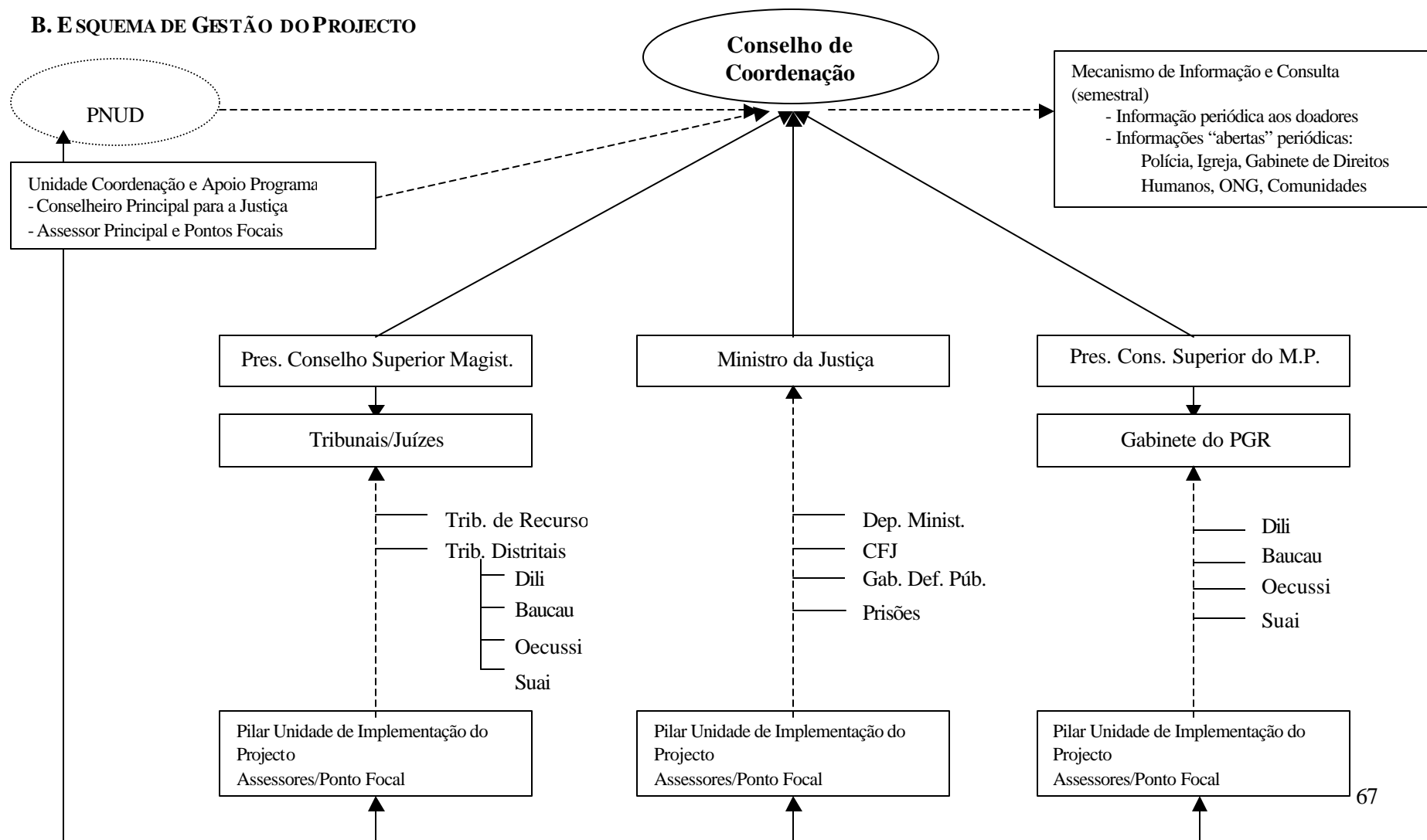
## ANEXOS

### A. GESTÃO DO CICLO DO PROJECTO

Aprovação do Projecto:	Documento de Concepção do Projecto
	LPAC para um esboço do documento do projecto (em linha)
	Documento do projecto assinado pelo Governo, Agência Executora e PNUD
	Início do Projecto
Plano de Trabalho:	Parte do documento do projecto (anual e global)
	Revisão dois meses depois da assinatura do documento do projecto
	Todos os Trimestres
	Anual
Revisão do Orçamento:	Revisão dentro dos dois meses depois da assinatura com base no Plano de Trabalho Revisto
	Revisão "obrigatória" a 10 de Junho (para reflectir a despesa anual do ano transacto)
	"Refaseamento" da revisão orçamental em 30 de Novembro (para reflectir despesas estimadas do ano corrente e refasear o remanescente para ano(s) futuro(s))
	Revisão "Substantiva" do orçamento (quando necessário)
	Revisão orçamental "Semi-Final" quando o projecto terminou as suas operações
	"Revisão Final" um ano depois da Revisão Semi-Final (para declarar o projecto finalmente concluído)
Projeção de Despesas:	Todos os meses
	Todos os Trimestres
	Anual
Relatórios:	Relatórios de Acompanhamento:
	- Relatórios trimestrais
	- Relatório Anual (APR)
	- Relatório Anual Orientado para os Resultados (ROAR). Relatório consolidado anual do CO para a sede
	Relatórios Financeiros:
	Relatório Trimestral de Execução (CDR)

Reuniões/Visitas:	Relatório Annual Combinado de Execução (CDR)
	Relatório trimestral e anual de execução do projecto (PDR) para projectos executados por Agências Especializadas das NU.
	Outros relatórios:
	Relatório de visita de campo (depois de todas as visitas)
	Reunião do comité de acompanhamento (todos os trimestres)
	Reuniao dos parceiros (no princípio do projecto e no final do ano)
	Visitas de campo (todos os três meses ou quando necessário)
	Revisão anual
Equipamento:	Pesado - anual
	Transferência de equipamento pesado quando o projecto terminou: - Transferência para outro projecto - Transferência para o Governo - Venda e o crédito é canalizado para o projecto
Avaliação:	Avaliação do Projecto: a meio e no final do projecto (opcional)
	Avaliação dos Resultados (de acordo com os prazos do CO)
Arquivos:	1. Geral ( <i>cartas encaminhando documentos do projecto, revisões do orçamento, relatórios de acompanhamento e actas de reuniões com o governo, a sede do PNUD, Agências das NU, doadores e outros. Actas de LPAC, BPAC e PSC.</i> )
	2. Documento do Projecto ( <i>Documento do Projecto "A" e revisões subsequentes do orçamento</i> ).
	3. Finanças ( <i>Relatórios de execução combinada, de despesas, pedidos de pagamento com respectivas cópias de facturas</i> )
	4. Pessoal ( <i>documentos separados para especialistas internacionais, profissionais nacionais, um dossiê para consultores de curto prazo</i> )
	5. Formação ( <i>dossiês separados para bolsas individuais, formação em grupo/visitas de estudo e formação/workshops no local de trabalho</i> )
	6. Equipamento ( <i>dossiês separados para equipamento pesado e ligeiro.</i> )
	7. Relatórios ( <i>relatórios de acompanhamento, de avaliação, técnicos e de visitas de estudo</i> )

## B. ESQUEMA DE GESTÃO DO PROJECTO



**C. PLANO DE TRABALHO SEMESTRAL PROPOSTO PARA OS TRÊS PILARES DE 1 DE AGOSTO A 31 DE DEZEMBRO DE 2003**

Actividades	Responsabilidade	PLANO DE TRABALHO DO PROGRAMA																			
		01 Agosto, 2003 – 31 Dezembro, 2003																			
		Agosto				Setembro				Outubro				Novembro				Dezembro			
		¼ semanas				¼ semanas				¼ semanas				¼ semanas				¼ semanas			
A.1. MJ																					
1.1.1. Estabelecimeno da unidade de orientação no MJ	MJ/Projecto																				
1.1.2. Estab. Grupo de trabalho p/ redigir doc de orientação	MJ/Projecto/ CC																				
1.2.3. Estabelecimento do UCAP	Projecto/MJ																				
1.2.4. Inf. Trimestral aos parceiros de desenvolvimento	Projecto/CC																				
1.3.12 Recrutamento trad/inter e início da formação																					
A.2. CFJ																					
2.1.1. Aval. da capacidade em rec. humanos do sector	CFJ/Projecto/CC																				
2.1.2. Preparar enquadramento para o CFJ	Projecto/CTJ																				
2.1.3. Identificar possíveis parceiros (acordos geminação)	Projecto/CTJ																				
A.3. Defensores Públicos																					
3.1.2. Submissão lei orgânica CM, nomeação do coord. DP	MJ/DP																				
3.1.3. Descrição de funções dos DP e funcionários	Projecto/DP/MJ																				
3.1.5. Primeiro workshop anual em planeam. do trab	DP/Projecto																				
3.2.1. Ava. das cap. actuais e neces. de desenv. dos DP	Projecto/DP/CFJ																				
3.3.1. Efectuar aval. das neces de ajuda legal nos distritos	Projecto/MJ/DP																				
3.3.2. Comparação de experiências do uso de paralegais	Projecto																				
3.3.3. Concepção de plano de formação para paralegais	Projecto/MJ/DP																				
3.3.4. Recrutamento de paralegais	MJ																				
3.3.5. Início de cursos de formação	Projecto																				
A.4. Prisões																					
4.1.1. Preparar opçõespara as prisões por specialist int'al	Projecto/Prisões																				
4.2.1. Identificar causas das detenções preventivas ilegais	Projecto/CC																				
4.2.2. Conduzir workshop nacional organizado pelo CC	Projecto/CC																				
4.4.1. Desenv de programas de formação vocacional	Projecto/MJ/Prisões																				
4.4.4. Proporcionar educação primária aos prisioneiros	MJ/Prisões/ME																				

Anexo 19 ao Pacote do Programa do PNUD de Timor-Leste  
Fortalecimento do Sistema da Justiça

Actividades	Responsabilidade	PLANO DE TRABALHO DO PROGRAMA 01 Agosto, 2003 – 31 Dezembro, 2003															
		Agosto				Setembro				Outubro				Novembro			
		¼ semanas				¼ semanas				¼ semanas				¼ semanas			
4.5.1. Apoiar estratégias de integração social dos jovens	MJ/Prisões/ UNICEF/Projecto																
4.6.1. Início da reabilitação de Becora	MJ/Prisões/Projecto																
<b>B.1. CSM e Tribunais</b>																	
1.1.1. Assistência técnica na operacionalização do estatuto	Projecto																
1.1.2. Estudo Comparativo	Projecto																
1.1.3. Racionalizar o trabalho do secretariado do CSM	CSM/Projecto																
1.1.5. Equipar o secretariado	Projecto/PNUD																
1.2.1. Recrutar e nomear 4 juizes internacionais	CC/Projecto/PNUD																
1.2.2. Desenv plano organizacional para adm dos tribunais	CSM/Trib/Projecto																
1.2.10 Efectuar 1a. mesa redonda trimestral	CSM/Projecto																
<b>C.1. Procuradores</b>																	
1.1.1. Submeter lei orgânica ao CM	PG/MJ																
1.1.2. Assist. Técnica na operacionalização da lei orgânica	PG/Projecto																
1.1.2. Estabelecer funcionamento do secretariado	PG/Projecto																
1.1.3. Equipar o secretariado	PG/Projecto/PNUD																
1.2.1. Recrutar procuradores “sombra”	PG/Projecto/PNUD																
1.2.2. Fornecer materiais de lei criminal comparativa																	
1.2.3. Conduzir discussões sobre a lei orgânica	PG/Projecto																
1.2.5. Workshop de intervenientes na lei orgânica	PG/Projecto																
1.3.2. Estabelecer elementos de ligação com PNTL, UNPOL e UDH	PG/MAI/PNTL/ UNMISSET																
1.3.3. Conduzir formação transversal à polícia e procuradores	PG/PNTL/UNPOL/ Projecto																

**D. PLANO DE TRABALHO SEMESTRAL PROPOSTO PARA A UNIDADE DE COORDENAÇÃO E APOIO AO PROGRAMA 1 AGOSTO A 31 DEZEMBRO 2003**

Actividades e Tarefas	Responsabilidade	PLANO DE TRABALHO DO PROGRAMA 01 Agosto, 2003 – 31 Dezembro, 2003															Estatuto	
		Agosto			Setemb			Outubro			Novemb			Dezemb				
		¼ seman	¼ seman	¼ seman	¼ seman	¼ seman	¼ seman	¼ seman	¼ seman	¼ seman	¼ seman	¼ seman	¼ seman	¼ seman				
<b>1. Fim do Projecto anterior</b>																		
1.1. Extensão do projecto até 30 Setembro	Projecto/ CAP																	Concluído
1.2. Finalização da reabilitação do Trib. Suai	Projecto/ UNMISSET																	A decorrer
1.3. Transfeência de fundos para o novo Projecto	Projecto/PSU																	Concluído
1.4. Revisão Semi-final	Projecto																	Concluído
1.5. Avaliação do Projecto	Projecto/PSU																	A decorrer
1.6. Revisão Final	Projecto/PSU																	Planeado
<b>2. Início do novo documento</b>																		
2.1. Recrutamento do AP e do CPJ	Projecto, CC																	A decorrer
2.2. Localização da Unidade de Gestão do Projecto	Projecto/CC																	A decorrer
2.3. Mobilização de Recursos	PNUD																	A decorrer
2.4. Recrutamento de pessoal de apoio	PNUD																	Planeado
<b>3. Reabilitação da Administração Prisão de Becora</b>																		A decorrer
3.1. Abertura de propostas	MJ/ PNUD																	Concluído
3.2. Avaliação	MJ/ PNUD																	Concluído
3.3. Atribuição do contrato	MJ/ PNUD																	Concluído
3.4. Construção	MJ/PNUD																	Planeado
3.5. Conclusão e entrega da obra	MJ/ PNUD																	Planeado
<b>4. Justiça Juvenil</b>																		
4.1 Concepção da proposta	Projecto/UNICEF																	Concluído
4.2. Aprovação do ministério	MJ/CC																	A decorrer
4.3. Implementação	Projecto/UNICEF																	Planeado

Actividades e Tarefas	Responsabilidade	PLANO DE TRABALHO DO PROGRAMA												Estatuto
		01 Agosto, 2003 – 31 Dezembro, 2003												
		Agosto			Setemb			Outubro			Novemb			
		¼ seman	¼ seman	¼ seman	¼ seman	¼ seman	¼ seman	¼ seman	¼ seman	¼ seman	¼ seman	¼ seman	¼ seman	
5. Juízes Internacionais														
5.1. Desenvolvimento dos TR	Projecto/Judiciário													Planeado
5.2. Publicação/Destacamento	Projecto/Parceiros													Planeado
5.3. Recrutamento	Proj/parceiros/judiciário													Planeado
6. Formação Vocacional														
6.1. Formulação do Projecto	Projecto/OIT/Prisões													Planeado
6.2. Aprovação	MJ													Planeado
6.3. Implementação	OIT													Planeado
7. Grupo de Intérpretes	200 Postos													
7.1. Formulação de Projecto	200Postos/GrupoCentral													Planeado
7.2. Mobilização de Recursos	200Postos/GrupoCentral													Planeado
7.3 Aprovação pelo Ministério	MJ													Planeado
7.4. Avaliação do pessoal existente	200Postos/GrupoCentral													Planeado
7.5. Exames ao pessoal	200Postos/GrupoCentral													Planeado
7.6. Recrutamento de candidatos	200Postos/GrupoCentral													Planeado
7.7. Formação	200Postos/GrupoCentral													Next Year
7.8. Criação de dois grupos de intérpretes	MJ/Judiciário													Next Year
8. Decisão política face ao centro detenção de Suai	CC													Planeado
9. Procuradores Internacionais sombra														
9.1. Desenvolvimento de TR	Projecto/PG													Planeado
9.2. Publicação/Destacamento	Project/PG													Planeado
9.3. Recrutamento	Project/PG													Planeado
10. Planos de trabalho desenvolvidos para os três pilares	CC													Planeado
11. Finalização dos acordos de parceria	CC/Projecto													Planeado

## **E. QUADRO DE PARCERIAS PARA O SECTOR DA JUSTIÇA E FUNÇÃO DE APOIO**

### **I. Introdução**

O Governo de Timor-Leste embarcou num programa ambicioso para fortalecer a capacidade do sector da justiça, com uma avaliação abrangente das necessidades no sistema da justiça e com a preparação de programas de acção incisivos. Em face da complexidade das tarefas com que é necessário lidar, torna-se bastante óbvio que será vital para a implementação do programa a existência de mecanismos de coordenação, gestão e financiamento eficazes. Para lá disto, já foi salientada diversas vezes ao longo da formulação deste programa a necessidade de garantir que os parceiros de desenvolvimento respondam num todo, de uma forma sistemática e sinérgica, de modo a ajudarem o governo a atingir os seus objectivos de capacitação.

O ponto de partida para o desenvolvimento de uma cooperação significativa com os parceiros de desenvolvimento no que toca a melhorar as capacidades no seio do sector da justiça pode bem ser o quadro estabelecido pelas estratégias, resultados gerais, resultados específicos e actividades identificados do programa preparado com o apoio do PNUD. Existe uma necessidade clara de mobilizar recursos adicionais para a implementação eficaz deste projecto. Todas as actividades e intervenções e assistência dos doadores serão coordenadas através do Conselho de Coordenação e de um secretariado apoiado pelo PNUD.

A liderança prestada pelo CC durante a formulação do programa e a consequente posse demonstrada pelas instituições do sector da justiça prestam uma garantia convincente em termos de uma boa implementação e sustentabilidade de programa.

Os contribuintes iniciais para este quadro de parceria são a Bélgica, a Dinamarca, a Noruega e o PNUD. Encoraja-se a participação de outros doadores nesta parceria.

### **II. Objectivos**

1. Mobilizar recursos para os resultados específicos próprios deste programa e outras necessidades prioritárias tal como sejam identificadas pelo CC através da devida documentação e participação, bem como por reuniões regulares entre os doadores e agências envolvidos no programa.
2. Minimizar o risco de duplicação e assegurar responsabilização por parte do CC e das várias instituições do sector da justiça no que diz respeito a gerir, coordenar e monitorizar a implementação de assistência técnica e programas de desenvolvimento.
3. Ajudar o CC a garantir que os projectos a curto prazo apoiados por parceiros de desenvolvimento estão ligados a iniciativas a médio e longo prazo do Plano de Desenvolvimento Nacional e ao plano de acção estratégica para o sector da justiça.



### **III. Modalidades**

De acordo com a necessidade de facilitar a assistência dos doadores através de mecanismos de financiamento eficientes, todavia flexíveis e simples, os parceiros de desenvolvimento interessados podem considerar as seguintes modalidades de participação:

#### **1. Acordos de partilha de custos com o PNUD**

Os arranjos de partilha de custos com o PNUD são contribuições directas de governos doadores bilaterais, organizações não governamentais ou organizações multilaterais ao orçamento do programa para a sua implementação de acordo com os Regulamentos do PNUD e com os acordos estabelecidos com o governo de Timor-Leste.

As contribuições ao orçamento podem ser feitas como verba geral ou para o financiamento de resultados gerais, resultados específicos ou actividades concretas seleccionados pelo doador. A selecção dos resultados gerais, resultados específicos e actividades pode ser feita de acordo com o gráfico “Orçamento de Recursos e Resultados” (Ver Anexo F). Para facilidade dos doadores, o gráfico apresenta uma discriminação dos componentes de programa, retendo um quadro e uma estratégia de implementação comuns. Os parceiros serão sistematicamente informados em relação às despesas, progressos e conquistas dos resultados de programa pela UCAP e pelo CC.

Os parceiros de desenvolvimento que façam parte deste arranjo serão membros permanentes das revisões semestrais de programa e podem ser convidados a participar em reuniões relevantes do CC. As contribuições serão destacadas e promovidas nas actividades, documentação e relatórios de programa.

#### **2. Financiamento paralelo**

Sob esta modalidade o PNUD e doadores bilaterais ou organizações multilaterais podem financiar iniciativas conjuntamente, mas administrando os seus recursos em separado.

Nas iniciativas de financiamento paralelo, os respectivos parceiros de desenvolvimento gerem as contribuições; estas não entram nas contas do PNUD. Nestes casos, os parceiros devem trabalhar através do CC e podem usar a UCAP como uma *câmara de compensação* para melhorar a cooperação e a coordenação entre os doadores participantes que dependem uns dos outros para atingirem objectivos comuns e evitarem a duplicação de esforços. A selecção dos resultados gerais, resultados específicos e actividades pode ser feita de acordo com o gráfico “Orçamento de Recursos e Resultados”.

## F. ORÇAMENTODE RECURSOSE RESULTADOS

### Ministério da Justiça

Resultados Geral	Resultado Específico	Recursos	Budget
1 O MJ facilita o desenvolvimento de uma administração da justiça coesiva e eficaz, de acordo com os padrões internacionais de direitos humanos, através do planeamento estratégico e de uma melhor coordenação, mobilização de recursos e apoio de implementação ao sistema de justiça..	1.1. Desenvolver um documento de política abrangente que defina as áreas prioritárias de forma ampla, bem como um plano estratégico de 3 a 5 anos para o sector da justiça com o objectivo de atingir os objectivos do Plano de Desenvolvimento Nacional, de acordo com o exercício de Plano de Acção Anual (PAA)	<ul style="list-style-type: none"> <li>o Conselheiro Principal para a Justiça (CPJ), o qual pode vir duas vezes por ano, por um período de até dois meses</li> <li>o Assessor Principal (AP)</li> <li>o Agente de Projecto Nacional (APN)</li> <li>o Sessões de trabalho</li> <li>o Equipamentos e materiais de apoio</li> </ul>	126,000  288,000 36,000 10,000 10,000
	1.2. Estabelecer um mecanismo de coordenação eficaz no seio do sistema de justiça e com os parceiros de desenvolvimento aos níveis de política e de programação, com o intuito de garantir o uso eficiente das contribuições para o sector; avaliar o atingir progressivo dos objectivos do plano de acção estratégico, do programa de estabilidade e do PDN; e dar resposta a questões emergentes no sector da justiça, incluindo as necessidades de recrutamento e de formação	<ul style="list-style-type: none"> <li>o O AP junto do MJ durante a vida do projecto, encarregado de sustentar a implementação do programa (isto é, todos os três componentes)</li> <li>o O Conselheiro Principal para a Justiça agindo com recurso para o CC</li> <li>o O Agente de Projecto Nacional, para a vida do projecto</li> <li>o Apoio administrativo para a UCAP</li> <li>o Equipamentos</li> </ul>	     15,000 10,000

Anexo 19 ao Pacote do Programa do PNUD de Timor-Leste  
Fortalecimento do Sistema da Justiça

	1.3. O MJ a prestar apoio administrativo e tecnológico eficiente e contínuo às instituições base da justiça.	o Director Tecnológico (DT) por dois anos, para desenvolver e implementar uma estratégia de tecnologia para o sistema de justiça	152,000
		o Dependendo da disponibilidade e da capacidade dos parceiros em diferentes instituições, 4 a 6 VNUs como Arquitecto Técnico, Analista Empresarial, Criador de Aplicações, Administrador de Rede, Administrador de Base de Dados e Gestor de Apoio ao Utilizador.	201,600
		o Hardware e software para a equipa de TI (pode incluir estações de trabalho, ferramentas de software de desenvolvimento)	18,300
		o Formador sobre gestão e administração financeira	
		o Sessões de trabalho	30,000
		o Participação em fóruns internacionais sobre tópicos específicos	5,000
		o Tradutores e intérpretes nacionais	20,000
2. O CFJ a funcionar como um centro de recursos para o sistema de justiça com um centro de investigação e documentação funcional; dotando os juízes, procuradores, defensores públicos e oficiais de justiça de tribunal com os conhecimentos e as qualificações exigidos para o desempenho dos seus papéis institucionais; e capaz de ministrar os cursos de formação identificados pelo CSM, pelo CSP e pelo MJ.	2.1 Aumento da capacidade do CFJ em prestar sistematicamente formação e serviços de investigação ao sector da justiça	o Pareceres de peritos no país sobre manuais, guias, padrões, bem como sobre princípios para gestão de processos	129,000
			5,000
		o Materiais e equipamento de biblioteca	30,000
		o Especialista de desenvolvimento de currículos legais e de metodologias de formação	15,000
		o Formadores / instrutores no país a curto prazo relativamente a campos específicos	10,000
		o Especialista em investigação legal	15,000
		o Sessões de trabalho	20,000
		o Materiais de formação	10,000
		o Custos de publicação	10,000
		o Custos de ligação	15,000

*Anexo 19 ao Pacote do Programa do PNUD de Timor-Leste*  
*Fortalecimento do Sistema da Justiça*

3. Melhoria no acesso e na qualidade dos serviços de assistência judiciária às pessoas carenciadas, através do fortalecimento da capacidade institucional do Gabinete da Defesa Pública..	3.1. Mecanismos de gestão e arranjos e procedimentos de trabalho sistematizados e tornados mais eficientes, sendo orientados para os clientes de modo a permitir o fortalecimento institucional do gabinete da DP..	<ul style="list-style-type: none"> <li>○ Assessor institucional com especialização em assuntos de direito civil para continuar o trabalho do actual assessor da UNMISSET</li> <li>○ Sessões de trabalho (uma a cada ano)</li> <li>○ Hardware e software informático (pode incluir servidor, router, fonte de alimentação contínua, backup de hardware e software)</li> </ul>	90,000  10,000 5,000
	3.2. Capacidade em termos de recursos humanos do gabinete da defesa pública aumentada através de iniciativas de formação e de melhor acesso à informação	<ul style="list-style-type: none"> <li>○ Curso de Formação sobre as várias áreas do direito e sobre liderança / ética, direitos humanos &amp; géneros</li> <li>○ Arranjos de geminação possivelmente com o Gabinete de Defesa Pública da UNMISSET</li> <li>○ Acesso a Informação Legal</li> </ul>	120,100 15,000
	3.3. Aumentar o acesso por parte dos grupos vulneráveis à informação e serviços legais (os ASF devem assumir um papel de liderança).	<ul style="list-style-type: none"> <li>○ Curso de formação para paralegais</li> <li>○ Consultor a curto prazo para a produção de materiais do IEC</li> <li>○ Produção e disseminação de materiais a grupos vulneráveis</li> <li>○ Equipamento para paralegais</li> </ul>	223,230 15,000 10,000 5,000

*Anexo 19 ao Pacote do Programa do PNUD de Timor-Leste*  
*Fortalecimento do Sistema da Justiça*

4. Melhorar a qualidade do sistema correcional timorense de acordo com os padrões internacionais. (Regras mínimas para o tratamento de prisioneiros, Compêndio dos padrões e normas da ONU sobre justiça criminal)	4.1. Estratégia Nacional para o sector das prisões desenvolvida como seguimento do Diálogo Nacional.	<ul style="list-style-type: none"> <li>○ International expert – study on comparative options for the development of the prison sector following National Dialogue</li> <li>○ Support Equipamento and materials</li> <li>○ Workshops</li> </ul>	15,000 15,000 5,000
	4.2. Fortalecimento da capacidade do sector da justiça para lidar eficazmente com a questão das detenções preventivas.	<ul style="list-style-type: none"> <li>○ Consultor a curto prazo</li> <li>○ Sessão de trabalho</li> </ul>	15,000 5,000
	4.3. Aumentar a capacidade dos funcionários das prisões, na área da gestão, direitos humanos, segurança e reabilitação social	<ul style="list-style-type: none"> <li>○ Perito internacional para desenvolver opções comparativas ao longo de 12 meses</li> <li>○ Equipamento e material de apoio</li> <li>○ Perito internacional para formar directores e supervisores em gestão e supervisão de prisões</li> <li>○ Perito internacional para formar funcionários administrativos das prisões caso tal seja necessário</li> <li>○ Visitas a duas instituições semelhantes no estrangeiro</li> </ul>	90,000 5,000 30,000 15,000 10,000
	4.4. Formação vocacional e oportunidades educativas para os prisioneiros, tais como alfabetização em tetum, com vista a uma eventual reintegração na sociedade..	<ul style="list-style-type: none"> <li>○ Consultor a curto prazo sobre formação vocacional</li> <li>○ Equipamento para formação vocacional</li> </ul>	15,000 25,000 40,000
	4.5. Meios e programas para jovens transgressores com vista a facilitar a sua reintegração na sociedade. Isto deve ser feito em colaboração estreita com a UNICEF	<ul style="list-style-type: none"> <li>○ Coordenação das iniciativas existentes com os peritos no país</li> <li>○ Apoio em termos de infra-estruturas</li> </ul>	20,000 50,000
	4.6. Infra-estruturas prisionais fundamentais reabilitadas ou construídas	<ul style="list-style-type: none"> <li>○ Apoio no que toca às infra-estruturas</li> </ul>	80,000

## Magistratura

Resultados Geral	Resultado Específico	Recursos	Budget
1. Melhoria na prestação de serviços judiciais de acordo com o direito aplicável e em conformidade com os padrões internacionais de direitos humanos, juntamente com o aumento da confiança do público no sistema judicial	1.1. Conselho Superior e Tribunal de Recurso totalmente operacionais e a desempenhar as suas funções tais como estão prescritas pela Constituição e pelo direito relevante.	<ul style="list-style-type: none"> <li>○ Assessor internacional financeiro e de gestão durante 6 meses, a ser partilhado pelos tribunais e pelos procuradores</li> <li>○ Ligação a uma instituição semelhante no estrangeiro para o juiz secretário do CSM</li> <li>○ Mentor internacional de oficiais de justiça no Tribunal de Recurso durante 12 meses, após a conclusão do mandato da UNMISSET</li> <li>○ Equipamento e Materiais</li> <li>○ Formação em TI</li> </ul>	30,000  5,000  60,000  5,000 5,000
	1.2. Institutional structure of district courts rationalized, Estrutura institucional dos tribunais de distrito racionalizada, gestão uniformizada, administração melhorada e um ambiente propício a melhorias nos sistemas e procedimentos judiciais e ao ensino contínuo estabelecido no seio do CFJ, Tribunais de Distrito e Tribunal de recurso	<ul style="list-style-type: none"> <li>○ Quatro juizes internacionais</li> <li>○ Mentor internacional de oficiais de justiça para os tribunais de distrito, após a conclusão do mandato da UNMISSET</li> <li>○ Equipamento e formação de TI</li> <li>○ Reuniões em mesa redonda</li> <li>○ Textos legais</li> <li>○ Tradução de textos legais</li> <li>○ Intérpretes e tradutores nacionais</li> </ul>	220,550 60,000  5,000 10,000 15,000 30,000 129,000

## Procuradores

Resultados Geral	Resultado Específico	Recursos	Budget
1. Serviço de Procuradoria Pública fortalecido de modo a desempenhar o seu mandato constitucional, cumprir os requisitos da sua lei orgânica e facilitar o acesso à justiça	1.1: Conselho Superior da Procuradoria totalmente operacional e a desempenhar as suas funções da forma prescrita pela lei orgânica e pelo seu mandato constitucional.	○ Assessor Técnico Sênior a trabalhar com o Conselho Superior e com o Procurador Geral por 12 meses	120,000
		○ Ligação com instituição semelhante no estrangeiro para o Secretário Procurador do CSP	10,000
		○ Equipamento para a secretaria do Conselho Superior	5,000
	1.2. Um sistema de planeamento e gestão eficaz desenvolvido para o serviço de procuradoria pública	○ Assessor Internacional Financeiro e de Gestão para 12 meses (partilhado com os tribunais)	
		○ Sessões de trabalho	10,000
		○ Dois a quatro procuradores internacionais em funções operacionais possíveis por um ano	123,720
	1.3. Fortalecer a capacidade do Gabinete do Procurador Geral para processar de forma eficaz processos civis e criminais	○ Conhecimentos nacionais em termos de procuradores nacionais e internacionais e assessores da UNMISSET	5,000
		○ Advisor to prosecutors for standard criminal and Assessor aos procuradores para implementação de processos normais civis e criminais	30,000
		○ Hardware e software informático (pode incluir servidor, router, fonte de alimentação contínua e backup de hardware e software)	15,000
		○ Formação em TI	5,000
		○ Programas de formação para procuradores com a possível cooperação de jurisdições de direito civil	20,000
		○ Parceria com a UNFPA e com o Gabinete para a Promoção da Igualdade, em especial na área da violência doméstica	2,500
		○ Parceria com a UNICEF em relação à justiça de menores	2,500

## G. MATRIZ DOS PARCEIROS DE DES ENVOLVIMENTO PARA O SECTOR DA JUSTIÇA

Parceiro	Actividade	Estado	Compro- misso Financeiro
<b>PORTUGAL</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li><input type="checkbox"/> Providenciar formação no estrangeiro (Portugal) para 12 funcionários legais (magistrados e procuradores) durante um ano</li> <li><input type="checkbox"/> Recrutamento de um assessor internacional para servir de mentor ao Chefe de Gabinete;</li> <li><input type="checkbox"/> Providenciar assistência para o CSM</li> <li><input type="checkbox"/> Organização e implementação do Gabinete da Procuradoria Geral e dos Gabinetes de Distrito;</li> <li><input type="checkbox"/> Prestar assistência ao Ministério Público;</li> <li><input type="checkbox"/> Melhorar o Centro de Formação do Ministério da Justiça de modo a ser capaz de dar resposta às necessidades projectadas;</li> <li><input type="checkbox"/> Iniciar a condução de cursos de formação de acordo com os Planos de Acção. Contratar ou de qualquer outra forma conseguir formadores internacionais devidamente qualificados para servirem de mentores aos funcionários do Centro local.</li> <li><input type="checkbox"/> Conseguir redactores internacionais para assistirem na elaboração das propostas &amp; servirem de mentores aos recrutas locais</li> <li><input type="checkbox"/> Recrutar peritos internacionais para prestarem formação intensiva e relativamente breve sobre técnicas de elaboração de leis</li> <li><input type="checkbox"/> Estabelecer uma bolsa de estudos para ser atribuída a cada ano ou a cada dois anos a um aluno nacional de direito adequado e que tenha obtido aprovação nos estudos (Em princípios estamos preparados para apoiar esta iniciativa, mas é necessário limar as arestas finais)</li> <li><input type="checkbox"/> Estabelecer e manter um pequeno grupo de recursos de redacção especializados</li> <li><input type="checkbox"/> Prestação intensiva de formação em língua portuguesa de uma forma sensível</li> </ul>		
<b>ASF</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Apoio ao CFJ <ul style="list-style-type: none"> <li>• Estudar a lista existente e encomendar mais livros de direito em inglês, indonésio e português;</li> <li>• Documentos relativos a Convenções Internacionais e leis Humanitárias;</li> <li>• Providenciar jornais e revistas legais;</li> </ul> </li> </ul>	-	-



Parceiro	Actividade	Estado	Compromisso Financeiro
	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Criar um sítio na internet com todas as informações relevantes sobre o CFJ;</li> <li>• Providenciar meios de tradução e de cópia.</li> <li>• Apoio à investigação sobre direito tradicional não escrito <ul style="list-style-type: none"> <li>• Identificar uma potencial ONG parceira;</li> <li>• Conceber a metodologia de levantamento;</li> <li>• Apoiar a equipa de estudo no que toca a conduzir pesquisas sobre sistemas tradicionais de justiça</li> <li>• Assistir no processo de incorporar o sistema tradicional de justiça na estrutura formal, caso as leis tradicionais sejam compatíveis com os padrões de direitos humanos.</li> </ul> </li> <li>• Associação de Juristas de Timor-Leste <ul style="list-style-type: none"> <li>• Iniciar a ideia e estudar modelos de Ordem dos Advogados que possam servir a Timor-Leste</li> <li>• Avaliar o quadro organizativo actual da AJTL e conceber um plano de acção que inclua os papéis e as responsabilidades dos postos chave;</li> <li>• Liderar o processo de redacção da constituição da ordem dos advogados;</li> <li>• Prestar pareceres técnicos e apoio no que toca à redacção do estatuto dos Advogados;</li> <li>• Apoio aos advogados privados no estabelecimento de uma ordem dos advogados em Timor-Leste</li> <li>• Assistir no desenvolvimento de contactos com outras Ordens de Advogados na região e fora;</li> <li>• Providenciar apoio institucional por um período de tempo limitado para ajudar a ordem dos advogados a ganhar confiança;</li> </ul> </li> <li>• Capacitação dos Procuradores <ul style="list-style-type: none"> <li>• Reunir com a magistratura de forma a entender as necessidade individuais e colectivas dos procuradores. Conceber programa de formação adequado</li> <li>• Identificar formador potencial com experiência teórica e prática</li> <li>• Organizar esquemas de formação</li> </ul> </li> <li>• Formação de trabalhadores paralegais <ul style="list-style-type: none"> <li>• Avaliação de necessidades</li> </ul> </li> </ul>		

Parceiro	Actividade	Estado	Compro- misso Financeiro
	<ul style="list-style-type: none"> <li>Análise comparativa dos trabalhadores paralegais em outros países para ajudar a definir com clareza o papel e as responsabilidades dos trabalhadores paralegais em Timor-Leste;</li> <li>Assistir no processo de recrutamento de novos trabalhadores paralegais;</li> <li>Conduzir formação</li> <li>Assistir os trabalhadores paralegais no que toca a organizar campos de assistência judiciária e a disseminar informações sobre leis e legislações ao público em geral.</li> <li>Capacitação – Defensores públicos <ul style="list-style-type: none"> <li>Estudar necessidades de formação</li> <li>Analisar e elaborar lei orgânica para os defensores públicos</li> <li>Identificar formadores e recursos de formação com experiência relevante em direito e procedimentos civis e criminais;</li> <li>Assistir no estabelecimento de gabinetes de assistência judiciária, bem como de um sistema de informação ao público.</li> </ul> </li> <li>Estudo de viabilidade em relação a uma Academia de Direito <ul style="list-style-type: none"> <li>Organizar reuniões e entrevistas;</li> <li>Estudar a proposta preparada pelo governo de transição;</li> <li>Reunir com as autoridades educativas e com os funcionários de forma a avaliar o nível da faculdade de direito recém iniciada</li> <li>Definir os requisitos para um curso de direito e identificar os recursos dentro e fora do país</li> </ul> </li> </ul>		
			\$46,000

*Anexo 19 ao Pacote do Programa do PNUD de Timor-Leste*  
*Fortalecimento do Sistema da Justiça*

<b>Parceiro</b>	<b>Actividade</b>	<b>Estado</b>	<b>Compro- misso Financeiro</b>
			\$46,000
			\$33,000
			\$5,000
			\$10,000
			\$8,000
			\$19,000
			\$10,000

---

\* Em conformidade com o Acordo sobre Áreas de Cooperação no Sector da Justiça, entre o Ministério da Justiça e a UNICEF, assinado em 9 de Outubro de 2002

Parceiro	Actividade	Estado	Compromisso Financeiro
	<ul style="list-style-type: none"> <li>Apoiar as crianças detidas e promover a sua reintegração social. As actividades irão incluir a educação, actividades recreativas, apoio psicossocial e psicológico.</li> <li>Trabalhar com o Registo Central para promover o registo dos nascimentos através de um projecto piloto nos distritos de Bobonaro e Manatutu, representação e capacitação.</li> </ul>	<p>A aguardar a aprovação do MJ.</p> <p>Recrutamento de Assessor para os Registos de Nascimento a decorrer.</p>	\$145,500
<b>USAID</b>	<p>Reabilitação das casas dos juizes em Baucau; Gabinete da defesa pública em Díli; Expansão do gabinete do departamento de terras e propriedades; Melhoria do Centro de Formação Judiciária e dos tribunais no que diz respeito a materiais de referência fornecidos pelo Ministério da Justiça; FISE – Colocação de mentor internacional junto do Gabinete da Defesa Pública A OIDD propôs ao Ministério da Justiça que o Juiz Formador e a equipa residente pudessem assistir com a formação dos oficiais de justiça bem como de membros da magistratura no que diz respeito a gestão de tribunais e de processos em 2003. Isto poderia incluir a elaboração de um manual de formação sobre gestão de tribunais e de processos em Timor-Leste.</p> <p>A Fundação Asiática deve desenvolver um glossário legal em vários idiomas, que inclua termos e conceitos usados nos mecanismos formais e tradicionais de resolução de conflitos; A Fundação Asiática deve apoiar as campanhas de informação ao público do Departamento de Direitos e de Cidadania de forma a aumentar a consciencialização das pessoas no que toca aos seus direitos legais e ao sistema legal;</p> <p>Conduzir Estudo de Terras e Posses (a identificar grupo de pesquisa de universidade dos Estados Unidos da América); Desenvolvimento de sistema SIG, providenciando software e hardware e formação para os funcionários</p>	<p>Concluída</p> <p>Concluído</p> <p>A decorrer</p> <p>Concluída</p> <p>A decorrer</p> <p>A aguardar a resposta do Ministério da Justiça à Proposta da OIDD relativa à Formação Judicial submetida em Fevereiro de 2003.</p> <p>A decorrer</p> <p>Implementação em discussão com o Departamento, a ter início em Julho de 2003</p> <p>A decorrer</p>	<p>\$94,742</p> <p>\$91,209</p> <p>\$70,000</p> <p>\$1,785</p> <p>A verba da USAID à OIDD cobre o programa de formação até finais de 2003.</p> <p>\$55,790</p> <p>\$34,700</p>

Anexo 19 ao Pacote do Programa do PNUD de Timor-Leste  
Fortalecimento do Sistema da Justiça

Parceiro	Actividade	Estado	Compro- misso Financeiro
	do Departamento de Terras e Propriedades; Desenvolvimento de Sistema de Cadastro e Formação para os funcionários do Departamento de Terras e Propriedades.	A decorrer	
<b>PNUD</b>	Veja-se o Documento Resultados e Recursos		
<b>ALRI</b>	Formação de um grupo de intérpretes legais específicos (não intérpretes de tribunal, mas sim especialistas na tarefa mais difícil de assistir discussões legais complexas e formação). De início inglês - tetum, indonésio - inglês. (Sob os auspícios da FA / USAID)	Junho - Agosto de 2003	TBC
	Sessões de trabalho sobre ética para os Juízes, Procuradores e Defensores. Elicitação de padrões éticos de acordo com os quais estes profissionais desejem ser responsabilizados. Possível socialização regional subsequente destes padrões. (Sob os auspícios da FA / USAID)	Julho - Novembro de 2003	TBC
	Elicitação dos princípios usados nos sistemas de justiça das comunidades (que usam o tetum). Investigação e consultas de forma a identificar de que modo estes sistemas resolvem as disputas. (Sob os auspícios da FA)	Setembro - Outubro de 2003	TBC
	Continuação da provisão de recursos legais; materiais de referência, equipamento de escritório, etc.	A decorrer	Sim
	Continuação da assistência ao estabelecimento de uma Ordem dos Advogados. (Financiamento da AusAID / ALRI, condução em coordenação com os ASF)	Julho de 2003	Sim
	Colocação de um paralegal para estar disponível para todas as firmas de direito e organizações de assistência judiciária em Díli. (ALRI/AusAID)	Março de 2003	Sim
	Colocação de um advogado junto da CAVR. (ALRI / AusAID)	Março de 2003	Sim

## H. TERMOS DE REFERÊNCIA DO CONSELHO DE COORDENAÇÃO

### **Conselho de Coordenação** **Programa para o fortalecimento do sector da Justiça em Timor-Leste**

#### **Antecedentes:**

Com base nas conclusões de várias avaliações que o governo e o PNUD levaram a cabo em Outubro e Novembro de 2002, em cooperação com a UNMISSET, o Ministério da Justiça e o PNUD criaram uma missão conjunta com o objectivo de formular um quadro de programa para assistir o sector da justiça em Timor-Leste ao longo dos próximos 3 a 5 anos, com início em Julho de 2003. O documento de programa, o qual está actualmente a ser validado pelos líderes dos três pilares do sector; o Ministro da Justiça, o presidente do Conselho Superior da Magistratura e o Procurador Geral, visa dar resposta às necessidades do sector, tais como foram identificadas no Relatório de Avaliação do sistema Judicial em Novembro, preparado em consulta com todas as partes interessadas, e de acordo com o Plano de Desenvolvimento Nacional, com os Planos de Acção Anuais e com o Programa de Estabilidade do Governo para o sector da justiça em Timor-Leste. O objectivo global do programa do sector da justiça é o de aumentar a efectividade, a igualdade de tratamento e a eficiência do sistema de justiça, aumentando dessa forma o acesso à justiça em Timor-Leste. Usa uma estratégia de capacitação para sustentar a capacidade do sistema de justiça em atingir os seus objectivos. A estratégia visa construir capacidades tanto institucionais como em termos de recursos humanos. A visão do PNUD é de que ao contribuir para a capacitação das instituições e dos recursos humanos que compõem o sistema de justiça, haverá um impacto visível na acessibilidade, efectividade e eficiência do sistema. O programa será levado a cabo com um apoio substancial em termos de gestão por parte do PNUD. A ferramenta de gestão do programa será um quadro de gestão com base nos resultados que inclua resultados concretos, indicadores de desempenho, actividades e alvos anuais, acordados pelos líderes dos três pilares do sector de justiça.

#### **Descrição:**

O Conselho de Coordenação do Programa de Justiça irá desempenhar um papel vital na supervisão e na garantia da implementação bem sucedida do programa. O Conselho garantirá que os objectivos de programa são cumpridos, ou caso tal não seja possível, que são feitas revisões de modo atempado. O Conselho de Programa será assistido por um Assessor Principal, o qual será responsável pela implementação e gestão diárias do programa, bem como por um Conselheiro Principal para a Justiça, o qual irá assessorar no que toca à gestão estratégica fundamental e à qualidade global da capacitação e à efectividade da sua implementação. O Conselho terá um papel activo no sentido de garantir o respeito pelos alvos anuais e pelos resultados indicados em relação ao programa.

O Conselho estará familiarizado com o documento de programa, sendo responsável por atingir os alvos anuais, bem como os resultados. Será ainda responsável por informar os doadores e o público em geral. Os membros do conselho irão discutir os relatórios de projecto contra objectivos em relação a cada um dos pilares, contribuindo para o estabelecimento do terreno comum necessário para a resolução de problemas que atrasem o progresso sob o projecto. O Conselho de Coordenação tomará decisões de natureza política que irão afectar a implementação dos projectos, sendo responsáveis pela facilitação do progresso dos mesmos. O conselho manterá princípios de transparência e de responsabilização.

**Deveres:**

**a)** O Conselho de Coordenação (CC) de Programa será composto pelo Ministro da Justiça, pelo Procurador Geral, pelo Presidente do Conselho Superior de Magistratura e pelo PNUD:

As principais responsabilidades do CC:

- Participa e é responsável por todas as fases do processo de programa (concepção e formulação e apreciação, implementação, avaliação, etc.);
- Constrói consenso e compromissos à volta das estratégias e resultados planeados do projecto;
- É responsável pelo progresso do projecto;
- Presta conselhos e informação sempre que sejam necessárias mudanças substanciais nas estratégias ou resultados planeados do programa;
- Contribui para um ambiente favorável de forma a possibilitar o atingir dos objectivos do programa;
- Monitoriza o progresso, consulta com os assessores e beneficiários caso tal seja necessário, inicia estudos, garante que as oportunidades e riscos potenciais, incluindo lições aprendidas com a experiência, são tidos em conta pela gestão do projecto;
- Garante a coordenação dos doadores;
- Garante que as actividades sob o projecto são complementares;
- Facilita a implementação de programas e ajuda a resolver problemas e atrasos;
- Garante que é incorporada uma perspectiva de Direitos Humanos;
- Garante a sustentabilidade das actividades de programa;
- Garante que as actividades em cada pilar correspondem ao objectivo global do programa, e com os resultados para cada pilar e instituição individual;
- Garante a participação das partes interessadas (por exemplo, representantes da sociedade civil);
- Representa o programa perante as autoridades nacionais e o público;
- Informa os doadores ou as missões estrangeiras interessados em relação às actividades do programa;
- Garante que a informação é prestada à sociedade civil, ao parlamento, à polícia, à igreja e a outras partes interessadas através de reuniões de informação abertas pelo menos duas vezes ao ano;
- Fortalece os canais de comunicação sobre reforma judicial com o parlamento;
- Garante que não há qualquer interferência com a independência da Magistratura e do Ministério Público;
- Garante que as decisões tomadas estão de acordo com os princípios das regras e procedimentos do PNUD.

**Procedimentos:**

- O CC deve reunir-se com regularidade, numa base rotativa, pelo menos a cada dois meses, e extraordinariamente sempre que as circunstâncias obrigarem à tomada de decisões;
- As decisões das reuniões são registadas e adoptadas por consenso;
- As reuniões são convocadas por solicitação de pelo menos um dos membros do CC;
- Os documentos e materiais para revisão por parte do Conselho devem circular com pelo menos 3 dias de antecedência.

## I. TERMOS DE REFERÊNCIA DO PESSOAL E CONSULTORES DO PROJECTO

### 1. Assessor Principal

**Posto de Colocação:**

**Díli – Timor-Leste**

**Duração:**

**Seis meses com possível extensão até 3 anos**

#### **Antecedentes:**

Em meados de 2002, visando responder à situação pós independência, o PNUD manteve discussões com o Ministério da Justiça (MJ) em relação à assistência actual e futura do PNUD para o Sector da Justiça de Timor-Leste, com o objectivo de passar de uma abordagem orientada em relação aos componentes para um quadro de programa orientado de uma forma mais estratégica. Em conjunto com o Governo, o PNUD começou então o trabalho de preparação para a reformulação da assistência técnica prestada a este sector, continuando ao mesmo tempo as actividades sob o projecto existente. Tal incluiu a acção de duas missões de avaliação; uma missão avaliou a situação no sector das prisões (Outubro de 2002), e a outra a situação do sistema judicial, incluindo o MJ, o gabinete da Procuradoria, o gabinete da Defensoria Pública, o Centro de Formação Judicial e os Tribunais (Novembro de 2002). Ambas as missões foram accionadas a pedido do Governo de Timor-Leste e constituíram esforços conjuntos entre o PNUD e o MJ.

Com base nas conclusões das missões de avaliação, o Ministério da Justiça e o PNUD accionaram uma missão conjunta com o objectivo de formular, em estreita consulta dos três pilares do sector; o Ministro da Justiça, o Presidente do Conselho Superior da Magistratura e o Procurador Geral, um quadro de programa para assistir o sector da justiça em Timor-Leste ao longo dos próximos 3 a 5 anos, com início em Julho de 2003. O documento de programa visa dar resposta às necessidades do sector de acordo com o Plano de Desenvolvimento Nacional e com o Programa de Estabilidade, tal como está reflectido no Guia do Plano para o Sector da Justiça em Timor-Leste. O Assessor Principal irá desempenhar um papel vital na implementação do projecto, estabelecendo ligações eficazes com os líderes dos três pilares do sector de forma a garantir que os objectivos dos projectos são atingidos, ou, caso não o sejam, que a revisão é feita de modo atempado. O AP deverá igualmente assegurar a realização regular de briefings com os doadores.

#### **Descrição:**

O AP deverá trabalhar com o Conselheiro Principal para a Justiça (CPJ) na Unidade de Coordenação e Apoio ao Programa (UCAP), com base no Ministério da Justiça, com os parceiros designadas, de modo a garantir a implementação das actividades de acordo com o perfil detalhado do documento de projecto acordado entre o PNUD e as instituições chave do sector da justiça. O AP irá coordenar o trabalho das três Unidades de Implementação de Projecto (UIP) e dos seus funcionários (Director Tecnológico, Assessor Técnico Sénior, Juíz Assessor e Assessor Procurador). O AP será responsável por assistir na preparação de planos de trabalho em ligação com os parceiros nacionais, coordenando os relatórios referentes a estes planos de trabalho, prestando apoio substancial à organização de todas as actividades de projecto, estabelecendo ligações com todas os parceiros, preparando e contribuindo para um exercício contínuo de formulação de programas, monitorizando as actividades de projecto, relatando à gestão do PNUD os progressos e os resultados atingidos pelas actividades de projecto.



**Deveres:**

**a) Gestão de Projectos:** O AP irá assessorar e assistir os Pontos Focais Nacionais (PFNs) e o Conselho de Coordenação (CC), incluindo o Ministério da Justiça, o Presidente do Conselho Superior de Magistratura e o Procurador Geral em todos os aspectos relacionados com as seguintes responsabilidades:

- Gestão operacional dia a dia do projecto. Em estreita colaboração com os PFNs, o AP deverá planear, iniciar, facilitar e gerir as actividades de projecto, medindo os respectivos desempenhos e relatando sobre os resultados e as consequências dos projectos ao director de programa do PNUD e ao CC;
- Preparação e actualização de planos de trabalho e monitorização da sua implementação, gestão de orçamentos e afectação de recursos, gestão de volume de trabalho, avaliação de desempenho e definição de indicadores para os diferentes departamentos;
- Capacitar o país no que toca à implementação / gestão / monitorização de projectos;
- A preparação de Termos de Referência e a concepção para eventos tais como formação (currículos, cursos, calendários), visitas de estudo, conferências e sessões de trabalho, bem como a assessoria ao PNUD em relação à aprovação conjunta destes documentos;
- Preparação de Termos de Referência para o recrutamento de assessores e consultores nacionais e internacionais, e assessoria ao governo e ao PNUD no que diz respeito à identificação, selecção e aprovação conjunta de tais assessores e consultores;
- Prestar informações e orientação aos líderes das instituições e aos consultores a trabalhar para o projecto;
- Supervisão, coordenação e avaliação do trabalho dos assessores e de todos os funcionários de apoio administrativo do projecto;
- Rever e monitorizar a gestão, o desempenho e o progresso gerais do projecto, preparando indicadores que permitam monitorizar o progresso no documento de projecto;
- Relatar à administração os progressos e resultados conseguidos;
- Manter um sistema de documentação e arquivo adequado em relação à gestão do projecto, treinando os funcionários locais nesta área;
- Assistir a promoção do diálogo e de boas práticas entre diferentes partes interessadas;
- Coordenar e preparar a condução das reuniões do Mecanismo de Coordenação, preparar as actas destas reuniões e prosseguir com a implementação das decisões tomadas;
- Ser responsável por seleccionar e por usar as lições internacionais aprendidas de forma a conseguir atingir os resultados desejados para o projecto e a facilitar o uso das redes de trabalho globais relativas à área. Assistir os PFNs na partilha dos resultados do projecto, incluindo através da revisão de publicações de projecto, assumindo responsabilidade pelo trabalho de conhecimento em rede com as agências nacionais e com a comunidade global do PNUD;
- Representar o projecto perante o PNUD, prestando outros conselhos conforme necessário ao PNUD relativamente à evolução e papel do Ministério da Justiça, da Magistratura e da Procuradoria Geral.

**b) Coordenação com o Governo**

- Representar o projecto perante as autoridades nacionais;
- Prestar a assessoria e o apoio pedidos pelo Ministério da Justiça, pela Magistratura e pelo Gabinete da Procuradoria, conforme se espera que aconteça num processo dinâmico de mudança.

**c) Coordenação com os Doadores e informação**

- Informar os doadores ou missões estrangeiras interessados em relação às actividades do projecto.
- Assistir o CC a prestar informação em reuniões abertas semestrais com a sociedade civil, as ONGs, a igreja.
- Assessorar o CC em briefings com os doadores.

**Qualificações e Experiência:**

- Diploma universitário em Direito
- Diploma universitário em Gestão / mudanças Institucionais;
- Experiência com os procedimentos de trabalho das instituições do sector da justiça em Países de Direito Civil;
- Sete a doze anos de experiência de trabalho intensa na área da concepção, gestão, capacitação e implementação de processos de reformas legais, trabalhando numa profissão legal;
- Domínio em Direitos Humanos no que se refere ao sector da justiça;
- Bom domínio escrito e falado de inglês. É necessário conhecimento de português. Conhecimento de tetum ou disposição para aprender são igualmente úteis;
- Capacidade de formar equipas e habilidade comprovada no sentido de trabalhar com grupos diversos e de facilitar o diálogo;
- Conhecimentos e domínio no campo da tecnologia de informação, no campo da Justiça;
- Excelentes capacidades em termos de gestão e de comunicação
- Será útil experiência em gestão financeira e orçamental de projectos do PNUD;
- Capacidade sólida em termos de julgamento, flexibilidade e adaptabilidade, excelentes capacidades de comunicação, sensibilidade cultural;
- Recomenda-se o conhecimento do contexto e das mentalidades de Timor-Leste, ou a posse de experiências semelhantes.

**Quadro de tempo:**

O Assessor Principal irá começar os seus deveres logo que tal seja possível. O contrato será inicialmente de 6 meses à experiência, podendo ser convertido num contrato por um ano, com a possibilidade de ser prolongado até um total de três anos.

## **2. Conselheiro Principal para a Justiça**

**Posto de Colocação:** Base do Conselheiro, com deslocações periódicas a Díli  
**Duração:** Dois meses, duas vezes ao ano, por um período de três anos

### **Antecedentes:**

Em meados de 2002, visando responder à situação pós independência, o PNUD manteve discussões com o Ministério da Justiça (MJ) em relação à assistência actual e futura do PNUD para o Sector da Justiça de Timor-Leste, com o objectivo de passar de uma abordagem orientada em relação aos componentes para um quadro de programa orientado de uma forma mais estratégica. Em conjunto com o Governo, o PNUD começou então o trabalho de preparação para a reformulação da assistência técnica prestada a este sector, continuando ao mesmo tempo as actividades sob o programa existente. Tal incluiu a acção de duas missões de avaliação; uma missão avaliou a situação no sector das prisões (Outubro de 2002), e a outra a situação do sistema judicial, incluindo o MJ, o gabinete da Procuradoria, o gabinete da Defensoria Pública, o Centro de Formação Judicial e os Tribunais (Novembro de 2002). Ambas as missões foram accionadas a pedido do Governo de Timor-Leste e constituíram esforços conjuntos entre o PNUD e o MJ.

Com base nas conclusões das missões de avaliação, o Ministério da Justiça e o PNUD accionaram uma missão conjunta com o objectivo de formular, em estreita consulta com os três pilares do sector; o MJ, os Tribunais e o Ministério Público um quadro de programa para assistir o sector da justiça em Timor-Leste ao longo dos próximos 3 a 5 anos, com início em Julho de 2003. O documento de programa visa dar resposta às necessidades do sector de acordo com o Plano de Desenvolvimento Nacional, com os Planos de Acção Anuais e com o Programa de Estabilidade, tal como está reflectido no Guia do Plano para o Sector da Justiça em Timor-Leste.

### **Descrição:**

O Conselheiro Principal para a Justiça em tempo parcial deverá assistir a gestão estratégica do Ministério da Justiça de Timor Leste no que toca à qualidade global da Capacitação no apoio ao programa do Sector Judicial. As contribuições deste assessor internacional irão garantir a integridade geral da concepção e implementação do programa, o desdobramento eficaz em termos de custos das contribuições do PNUD e de outros doadores, e a aplicação de estratégias e planos de implementação viáveis e realistas. O CPJ irá assistir no desenvolvimento da capacidade institucional de modo a que seja possível levar a cabo as reformas pretendidas. O timing e os termos de referência específicos para cada missão serão desenvolvidos em estreita coordenação com o CC e com o PNUD. O Conselheiro Principal para a Justiça irá trabalhar de perto com os líderes dos três pilares do sector da Justiça e com o PNUD. O apoio será prestado através de uma combinação de consultas no local e de análises na base. O CPJ pode ser um indivíduo ou uma firma num contrato de retenção, ou uma plêiade de indivíduos com contratos de curta duração separados, dependendo da escolha do PNUD e do CC.

### **Deveres:**

- Assessorar o programa em relação a abordagens de concepção e implementação, de modo a garantir que são construídas capacidades institucionais que permitam alcançar os objectivos e as metas especificados no documento de programa;
- Assessorar o CC bem como a gestão do governo, o AP, o PNUD, o Procurador Geral, o Presidente do Conselho Superior de Magistratura;
- Assessorar o programa em aspectos substanciais de concepção de programas e estratégias de implementação, abrangendo aspectos tais como o alcance, as prioridades, as medidas de desempenho, a coordenação, os princípios de implementação e áreas relacionadas, tendo sempre presente a necessidade de garantir a posse;
- Providenciar avaliações independentes ao projecto e ao PNUD relativamente ao progresso geral e aos resultados atingidos, recomendando estratégias e planos conforme for apropriado para garantir a continuação da obtenção de resultados;

- Assessorar o programa em relação à preparação de termos de referência para o recrutamento de consultores e peritos internacionais e não só;
- Prestar a assessoria e o apoio substanciais pedidos pelo PNUD e pelo programa, conforme se espera que aconteça num processo dinâmico de mudança sustentável;
- Funcionar como pessoa de recurso para o AP, o PNUD e o CC;
- Assistir na prestação de informações e na orientação aos consultores que trabalham para o programa, informando igualmente os doadores e as missões estrangeiras interessados relativamente às actividades do programa;
- Assistir o CC na prestação de informações ao público;
- Outras tarefas conforme possam ser necessárias.

#### **Tarefas Específicas**

- Assistir a institucionalização de uma unidade de planeamento e desenvolvimento de orientações no Ministério da Justiça;
- Assistir o estabelecimento de um grupo de trabalho liderado pelo Ministério da Justiça e incluindo representantes de instituições chave da justiça, com o intuito de redigir um documento de orientação para o sector da justiça;
- Assessorar o CC, incluindo o Ministro da Justiça, o Presidente do Conselho Superior de Magistratura e o Procurador Geral,;
- Supervisionar e assistir a preparação atempada de PAAs para 2004 e 2005, de modo a reflectir as prioridades do plano de acção estratégico de 3 a 5 anos para o sector da justiça;
- Assessorar a equipa de redacção do Ministério da Justiça no que toca a questões de redacção legislativa relativamente ao sector da justiça.

#### **Qualificações e Experiência:**

- Experiência substancial (15-20 anos) em reformas no sistema Judicial em países de direito civil, com preferência para experiência em países lusófonos;
- Experiência substancial em redacção de leis relativamente à área da justiça num país de direito civil;
- Experiência substancial em gestão de mudanças institucionais em situações de pós-conflito;
- Capacidade provada para comunicar com grupos distintos e facilitar a comunicação e a coordenação inter-institucionais;
- Experiência substancial em gestão, monitorização e avaliação de programas e projectos é uma vantagem importante;
- Experiência substancial em Direitos Humanos no sector da justiça
- Experiência substancial em planeamento estratégico, corporativo e operacional;
- Experiência substancial em capacitação e fortalecimento institucional;
- Experiência substancial em mudança, gestão, desenvolvimento e facilitação de processos;
- Bom domínio escrito e falado de inglês. É necessário conhecimento de português;
- Capacidade sólida em termos de julgamento, flexibilidade e adaptabilidade, sensibilidade cultural.

### **3. Director Tecnológico**

**Duração:** Seis Meses

**Posto:** Díli, Timor-Leste

#### **Antecedentes:**

Em meados de 2002, visando dar resposta à situação pós independência, o PNUD manteve discussões com o Ministério da Justiça (MJ) em relação à assistência actual e futura do PNUD ao Sector da Justiça de Timor-Leste, de modo a passar de uma abordagem orientada pelos componentes para um quadro de programa com uma orientação mais estratégica. Juntamente com o Governo, o PNUD começou então a trabalhar na preparação da reformulação da assistência técnica prestada a este sector, ao mesmo tempo que dava continuação às actividades sob o projecto actual. Isto incluía a realização de duas missões de avaliação; 1) uma missão avaliava a situação no sector das prisões (Outubro de 2002), e 2) a outra a situação no sistema judicial, incluindo o MJ, o gabinete da Procuradoria Pública, o gabinete da Defesa Pública e os Tribunais (Novembro de 2002). Ambas as missões foram realizadas a pedido do Governo de Timor-Leste, tendo sido esforços conjuntos entre o PNUD e o MJ.

Com base nas conclusões das missões de avaliação, o Ministério da Justiça e o PNUD realizaram uma missão conjunta com o objectivo de formular um quadro de programa para assistir o sector da justiça em Timor-Leste ao longo dos próximos 3 a 5 anos (Fevereiro de 2003). O documento de programa visa ir ao encontro das necessidades previstas pelo Ministério da Justiça no que toca à implementação do Plano de Desenvolvimento Nacional, o qual define o objectivo do sistema da justiça como, “desenvolvendo e administrando um sistema de justiça efectivo e acessível, em conformidade com valores positivos e com a herança cultural nacional de Timor-Leste”. Contudo, também o Programa de Estratégia do Governo e o Plano de Acção Anual do Ministério para o próximo ano financeiro, bem como as prioridades para o período restante, deverão ser levados em conta no exercício de formulação.

#### **Justificação**

O programa do PNUD para o Fortalecimento da Justiça em Timor-Leste visa desenvolver no sistema de justiça de Timor-Leste a capacidade organizacional para usar a tecnologia como uma ferramenta estratégica para ajudar o sistema a conseguir os seus objectivos. O uso da tecnologia nas instituições de justiça timorenses está actualmente num nível básico, sendo que existe uma oportunidade para estabelecer aplicações e sistemas uniformizados e integrados de forma a melhorar a eficiência e a eficácia do sistema de justiça.

#### **Descrição**

Sob a coordenação do Assessor Principal, o Director Tecnológico deverá levar a cabo os papéis vitais de visionamento, gestão e monitorização no que se refere ao desenvolvimento e à implementação de uma estratégia tecnológica para o sistema de justiça. O AP deverá trabalhar em colaboração estreita com os parceiros nacionais com vista a transferir conhecimentos e qualificações para essas pessoas ao longo de um período de 2 anos.

**Deveres e Responsabilidades:**

- Estabelecer um quadro para trabalhos de TI no Ministério da Justiça e em outras instituições da justiça.
- Desenvolver a visão global de como as TI deverão ser usadas para melhor servir o sistema da justiça.
- Desenvolver um plano estratégico para o uso e manutenção de TI no sistema da justiça.
- Formar uma equipa de gestão, desenvolvimento e apoio de TI no seio do Ministério da Justiça, com o intuito de servir as várias instituições no sector da justiça.
- Aumentar o perfil e o entendimento sobre a tecnologia e sobre a forma como esta pode ter impacto na eficiência e na efectividade da prestação da justiça com uma ênfase na gestão de expectativas e no influenciar de prioridades dos funcionários de nível superior no sistema da justiça.
- Dirigir o desenvolvimento dos padrões e das políticas de TI, em coordenação com esforços semelhantes em outras partes do governo.
- Liderar o desenvolvimento e a implementação de uma estratégia de tecnologia com incidência no apoio a processos institucionais, recolha electrónica de dados sobre processos e armazenamento central num sistema de gestão de processos, tendo sempre presente as questões relativas à confidencialidade.
- Participar no estabelecimento da equipa de TI que irá prestar apoio a todo o sector da Justiça, e pela qual será o principal responsável;
- Medir a efectividade das estratégias de TI dentro do sistema da justiça.
- Transferir conhecimentos e qualificações para a contraparte nacional.
- O incumbente terá de prestar contas ao Comité Assessor de Orientação, sendo monitorizado por este
- Estabelecer ligações com os pontos focais das diferentes instituições

**Qualificações:**

- Mínimo de 10 anos de experiência na gestão de grupos tecnológicos
- Mínimo de 5 anos de experiência como agente de informações chefe ou Director Tecnológico numa organização com mais de 100 pessoas
- Proficiência de trabalho técnico de forma a ser capaz de levar a cabo qualquer dos papéis do grupo de TI, como sejam arquitecto técnico, analista empresarial, criador de aplicações, administrador de redes, administrador de bases de dados, ou apoio ao utilizador.
- Experiência em países de direito civil
- Necessário saber inglês e português.

**Características pessoais:**

- Habilidade para reunir apoio de alto nível num ambiente de governo
- Qualificações em termos de formação, transferência de conhecimentos e capacitação
- Disposição para viver em locais com infra-estruturas limitadas
- Capacidade para lidar com um meio cultural e mentalidades diferentes.



**UNDP Timor-Leste**  
UN House, Caicoli Street, Dili, Timor-Leste  
Tel: +670 390 312 418  
Fax: +670 390 312 408  
Email: [registry.tp@undp.org](mailto:registry.tp@undp.org)  
Website: [www.undp.east-timor.org](http://www.undp.east-timor.org)